

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE HISTÓRIA

Valéria Pedron

A HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL EM VISTA ALEGRE DO PRATA/RS

Passo Fundo/RS

2020

Valéria Pedron

A HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL EM VISTA ALEGRE DO PRATA/RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao curso de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História, sob a orientação da Profª Drª Jacqueline Ahlert.

Passo Fundo

2020

Valéria Pedron

A História Pré-Colonial em Vista Alegre do Prata/RS

Monografia apresentada ao curso de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em História, sob a orientação da Profª Drª Jacqueline Ahlert.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Jacqueline Ahlert

Prof. Dr. Fabrício José Nazzari Vicoski

DEDICATÓRIA

**Aos munícipes vista-alegenses, que mais do que
ninguém merecem conhecer a própria História.**

AGRADECIMENTOS

Não se constrói nada sozinho, sempre encontramos indivíduos no decorrer da nossa trajetória de vida que colaboram de maneira significativa para o desenvolvimento de nossos projetos, por isso a compreensão acerca do mundo que nos rodeia somente é construída a partir do acréscimo de outros conhecimentos. Dessa forma, seria muito maior a lista de pessoas que merecem destaque pelo apoio prestado no desenvolvimento do presente trabalho, todavia, não me restam dúvidas de que devo agradecer primeiramente à minha família, pelo apoio e pela paciência. Agradeço também:

- à minha Orientadora Jacqueline Ahlert, por todo o incentivo e por indicar o rumo que deveria seguir;

- à pessoa que colocou a “pulga” atrás da minha orelha e que apresentou a primeira informação sobre os remanescentes indígenas, Adelina Aléssio Renostro. Também agradeço à equipe docente do Colégio Estadual Monsenhor Peres, representado pela Diretora Noeli Renostro, que identificou e emprestou a primeira peça de origem pré-colonial;

- à Simone Miotto, pela disponibilidade, incentivo e pelo empurrão necessário para o desenvolvimento da pesquisa. Em nome dela, agradeço também ao Poder Público Municipal de Vista Alegre do Prata/RS;

- aos entrevistados e colaboradores que apresentaram as informações e as provas de seus testemunhos: Darcí Cláudio Aléssio e família; Ivanete Ampese e Esmael Falenski; Valter Boschi; Lourdes Boschi; Périco Soster e família; Marly Giombelli; Constante Mileski; Marli Pedron. Também agradeço ao Padre Ilvo Botega, por abrir as portas da Casa Paroquial e permitir acesso aos documentos e aos Livros de Tombamento do município. Todos foram peças fundamentais para que esse quebra-cabeças fosse concluído;

- a todos os meus amigos e colegas, que se mostraram extremamente pacientes e atenciosos ao ouvir meus relatos, em especial ao Fábio De Bastiani e à Verônica Zamarchi.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Animais da Megafauna.....	19
Figura 2 – Técnica de sobreposição de roletes.....	23
Figura 3 – Assentamentos e moradias Taquara/ Jês.....	28
Figura 4 – Estrutura construtiva de uma casa tradicional com planta retangular e padrão de sistema organizacional de uma aldeia	29
Figura 5 – Sistema habitacional da Tradição Vieira (Cerritos).....	33
Figura 6 – Comparativo de recipientes cerâmicos	35
Figura 7 – Criação do Curato de Santo Antônio.....	40
Figura 8 – Nomeado Cura o Padre Antônio Serraglia.....	41
Figura 9 – Prédio do Colégio Estadual Monsenhor Peres.....	42
Figura 10 – Construção da Casa Paroquial em alvenaria.....	42
Figura 11 – Campanário, Igreja Matriz Casa Canônica em 7 de setembro de 1939.....	43
Figura 12 – Ponte sobre o Rio Não Sabia.....	44
Figura 13 – Antiga ponte de pedra sobre o Rio Não Sabia.....	45
Figura 14 – Exemplificação do processo de fabricação de líticos lascados	48
Figura 15 – Mão de pilão pequena	50
Figura 16 – Fragmento de uma cunha	53
Figura 17 – Raspador e polidor.....	55
Figura 18 – Machado lítico cinzel.....	56
Figura 19 – Mão de pilão.....	58
Figura 20 – Percutor passivo.....	59
Figura 21 – Machado lítico.....	62
Figura 22 – Tipos de cerâmicas da Tradição Taquara que apresentam perfurações.....	63
Figura 23 – Casa subterrânea	65
Figura 24 – Adorno corporal/ Machado circular/ Instrumento de pesca.....	67
Figura 25 – Punhal lítico lascado.....	68
Figura 26 – Lítico inacabado/ Uniface.....	69
Figura 27 – Picão lítico lascado.....	71
Figura 28 – Machado lítico.....	72
Figura 29 – Fragmentos de cerâmica.....	73
Figura 30 – Representação decorativa cerâmica.....	76

Figura 31 – Escavação nas casas subterrâneas.....	80
Figura 32 – Fragmento cerâmico	82
Figura 33 –Artefatos líticos.....	82

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Relevo do Rio Grande do Sul.....	27
Mapa 2 – Colônia Alfredo Chaves e seus distritos.....	37
Mapa 3 – Localização do atual território do Município de Vista Alegre do Prata.....	40
Mapa 4 – Aglomerado de remanescentes indígenas.....	51
Mapa 5 – Sítio Arqueológico Luizinho Dalla Costa.....	53
Mapa 6 – Sítio Arqueológico Luiz Pedron.....	54
Mapa 7 – Sítio Arqueológico Darci Aléssio.....	61
Mapa 8 – Sítio Arqueológico Arlindo Boschi.....	63
Mapa 9 – Sítio Arqueológico Valter Boschi.....	65
Mapa 10 – Sítio Arqueológico Falenski.....	67
Mapa 11 – Sítio Arqueológico Périco Soster.....	75
Mapa 12 – Localização das Torres 181-1 e 181-2.....	76
Mapa 13 – Prospecção intensiva.....	79

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1 O PERÍODO PRÉ-COLONIAL E AS ESPECIFICIDADES ORGANIZACIONAIS DOS POVOS DE TRADIÇÃO TAQUARA, GUARANI E VIEIRA	18
1.2 UMA BREVE HISTÓRIA PRÉ-COLONIAL DO RIO GRANDE DO SUL	18
1.3 OS POVOS DE TRADIÇÃO TAQUARA, GUARANI E VIEIRA	23
1.4 A FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO PRATA/RS	36
2. OS REMANESCENTES INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO PRATA/RS	47
2.2 AGLOMERADO DE REMANESCENTES: LINHA BENTO GONÇALVES E LINHA GENERAL OSÓRIO.....	48
2.3 REMANESCENTES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO FALENSKI E DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO PÉRICO SOSTER	66
2.4 AS TORRES 181-1 E 181-2.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
FONTES	96

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que “a história da humanidade foi e é o constante contato entre diferentes grupos sociais com conflitos, dominação, assimilação e alianças conforme o poder de cada um” (NASCIMENTO, 2013, p. 151), nas últimas décadas, a história que circunda a presença indígena do Rio Grande do Sul, antes do processo de imigração europeia, tornou-se um tema de constante debate: percebeu-se a importância de conservar um bem de igual valor significativo à história de nossos próprios antepassados. Nessa linha de investigação, a presente pesquisa visa analisar a presença indígena na região atual do município de Vista Alegre do Prata – RS, que se deu no denominado período pré-colonial, objetivando, dessa forma, identificar os grupos étnicos que habitaram o local em análise e seus padrões culturais, habitacionais, políticos e sociais.

Essa história foi esquecida e desacreditada por grande parte da sociedade vista-alegrense, assim, este estudo torna-se relevante para se compreender que a terra em que os munícipes vivem hoje não era um local desabitado, da qual os imigrantes foram os pioneiros desbravadores e/ou primeiros habitantes. O fato da persistência de negação/silenciamento da população perante a presença indígena tem um sentido político, além de cultural e histórico – a luta pela terra com os imigrantes ainda acontece, os conflitos são atuais. Dessa forma, o interesse pela temática está ligado à perspectiva de ressaltar a importância que os traços deixados pelos indígenas possuem e, portanto, merecem ser preservados pela história e não apagados.

Muito do que temos como fontes para esta proposta de análise deriva de vestígios da presença indígena na região. Assim, vamos examinar os materiais líticos, fragmentos de cerâmica, bem como a presença de casas subterrâneas, todos estes identificados pela própria comunidade local. Hodiernamente, ainda é comum encontrar, em algumas localidades do município, artefatos líticos em meio às lavouras de plantio e nas proximidades de rios e pequenos arroios.

Os materiais que serão averiguados, atualmente, estão em posse dos moradores que os encontraram durante seus afazeres agrícolas. Dentre as ferramentas de pedra comumente identificadas em Sítios Arqueológicos voltados aos estudos de grupos indígenas, podemos mencionar “os machados de pedra polida, lascas usadas para rasgar, cortar, tornear, bem como ferramentas para polir, furar, amolar, macerar, moer, pilar e ralar” (FAUSTINO, 2010, p. 57).

Nossa proposta também buscará indagar acerca da conservação das áreas tidas como antigos assentamentos indígenas. Até o momento, foram identificados sete assentamentos pré-

coloniais no município: um na comunidade de Nossa Senhora da Saúde; quatro na Linha General Osório – Estrada Velha; um na Linha Bento Gonçalves; e um na Comunidade Nossa Senhora da Pompeia.

A presente pesquisa se insere no campo investigativo que aborda a História Cultural, que, nas palavras de Burke (2008, p. 6), “outrora uma Cinderela entre as disciplinas, desprezada por suas irmãs mais bem-sucedidas, foi redescoberta nos anos 1970”. Burke busca apresentar a emergência que surgiu a partir da década de 1970 de averiguar aspectos culturais humanos. Foi por meio do surgimento da História Cultural que houve certo abandono da valorização de grupos particulares, em locais e períodos específicos, passou-se então a dar mais importância às histórias que outrora estavam esquecidas¹ (BURKE, 2008, p. 105). No entanto, não se pode falar nem escrever sobre História Cultural sem compreender de fato o que é cultura. O conceito de cultura é um dos principais nas ciências humanas, sendo que:

[...] os conceitos de cultura são múltiplos e, às vezes, contraditórios. O significado mais simples desse termo afirma que cultura abrange todas as realizações materiais e os aspectos espirituais de um povo. Ou seja, em outras palavras, cultura é tudo aquilo produzido pela humanidade, seja no plano concreto ou no plano imaterial, desde artefatos e objetos até ideias e crenças. Cultura é todo complexo de conhecimentos e toda habilidade humana empregada socialmente. Além disso, é também todo comportamento aprendido, de modo independente da questão biológica (SILVA; SILVA, 2009, p. 85).

Mas essa é apenas uma visão superficial, pois foram muitos os pensadores que, no decorrer dos anos, desenvolveram pesquisas buscando responder os questionamentos que circundam o tema. A princípio, os estudiosos do século XIX, que seguiam a linha darwinista, teorizavam a ideia da evolução e adaptação das culturas inferiores², em que o estágio mais avançado a ser alcançado seria a cultura advinda do Ocidente. Para eles, cultura andava lado a lado com a civilização (THOMPSON, 2011, p. 172-173). Porém é um equívoco retratar a cultura de tal maneira. Thompson entende a cultura como algo dinâmico, e define a

“análise cultural” como o estudo das formas simbólicas – isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas. Os fenômenos culturais, deste ponto de vista, devem ser entendidos

¹ Surgiram trabalhos sobre gênero, minorias étnicas e religiosas, hábitos e costumes, incorporando metodologias e conceitos de outras disciplinas.

² A exemplo disso tem-se o índio, que até pouco tempo era visto como um sujeito “atrasado” em relação ao restante da sociedade.

como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural [...] deve ser vista como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas. Enquanto formas simbólicas os fenômenos culturais [...] São fenômenos rotineiramente interpretados pelos autores no curso de suas vidas diárias e que requerem a interpretação dos analistas que buscam compreender as características significativas da vida social. Mas estas formas simbólicas estão também inseridas em contextos e processos sócio-históricos específicos dentro dos quais, e por meio dos quais, são produzidas, transmitidas e recebidas. Estes contextos e processos estão estruturados de várias maneiras. Podem estar caracterizados, por exemplo, por relações assimétricas de poder, por acesso diferenciado a recursos e oportunidades e por mecanismos institucionalizados de produção, transmissão e recepção de formas simbólicas. A análise dos fenômenos culturais implica a elucidação destes contextos e de processos socialmente estruturados, bem como a interpretação das formas simbólicas; ou [...] envolve a interpretação das formas simbólicas por intermédio da análise de contextos e de processos socialmente estruturados (2011, p. 181).

Ainda na linha de pensamento de Thompson, o conceito contemporâneo de cultura está intimamente ligado à antropologia, uma vez que “a antropologia, ou pelo menos um dos principais ramos da antropologia, é o estudo comparativo da cultura” (2011, p. 170). Adam Kuper, em sua obra *Cultura: a visão dos antropólogos*, analisa profundamente essas questões e afirma que somos compostos por múltiplas culturas, pois se fôssemos apenas um ser cultural, não poderíamos criticar o mundo que nos circunda. Kuper ainda diz que “existe uma objeção moral à teoria da cultura. Ela tende a desviar a atenção do que temos em comum em vez de nos estimular a nos comunicarmos através de fronteiras nacionais, étnicas e religiosas, e a nos aventurarmos além delas” (2002, p. 311)

No entanto, para dar maior significado ao estudo da História Cultural, a Arqueologia apresenta-se como fiel aliada no que tange ao resgate não apenas cultural, mas também patrimonial. Até meados de 1960, a chamada Arqueologia Factualista tinha como objetivo a classificação, descrição e coleção³ dos objetos antigos (FUNARI, 2010, p. 11). Funari ainda diz que a Arqueologia Tradicional era vista apenas como um trabalho braçal, no qual a análise mais aprofundada – ou seja, a tarefa de pensar – cabia aos sociólogos, historiadores e antropólogos (2010, p. 13). Criticando esse tipo de visão sobre a Arqueologia, Childe afirma que

A Arqueologia é uma forma de história e não uma simples disciplina auxiliar. Os dados arqueológicos são documentos históricos por direito próprio e não meras abonações de textos escritos. Exatamente como qualquer outro historiador, um arqueólogo estuda e procura reconstruir o processo pelo qual se criou o mundo em que vivemos [...]. Os dados arqueológicos são

³ Ainda hoje tem-se a tendência de guardar para si os achados arqueológicos como se fossem propriedade privada e não um bem histórico ao qual todos deveriam ter acesso. Além do mais, há muita venda ilegal desses materiais no Mercado Negro.

constituídos por todas as alterações no mundo material resultante da ação humana, ou melhor, são restos materiais da conduta humana (1977, p. 9).

Embora ainda seja uma ciência em construção, que, como muitas outras, não possui um único significado, a Arqueologia “estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade” (FUNARI, 2010, p. 9). Visualizando por esse ângulo, o Patrimônio de uma sociedade – seja ele material ou imaterial⁴ – assume uma representação de valores que permite uma espécie de criação de uma identidade que une culturalmente a sociedade que o possui.

Como mencionado anteriormente, o ato de “coleccionar” objetos também é uma forma de constituição de patrimônio, um patrimônio privado (GONÇALVES, 2009, p. 26). No entanto, Gonçalves afirma que “nem todas as sociedades humanas constituem patrimônios com o propósito de acumular e reter os bens reunidos. Muitas são as sociedades cujo processo de acumulação de bens tem como propósito sua redistribuição ou mesmo sua simples destruição” (2009, p. 26).

A presente pesquisa buscará também esclarecer aspectos da memória que remetem a um passado que antecedeu a chegada do imigrante, já que, segundo Le Goff, “as memórias tornaram-se pouco a pouco elementos paralelos à história” (1990, p. 93). Essa memória pode ser vivida ou transmitida, pois as informações coletadas passaram por gerações e, gradativamente, sofreram alterações (LE GOFF, 1990, p. 405). Daí a necessidade de saber separar o fato do mito.

Como ainda não foram localizados documentos escritos que comprovem a presença de indígenas na localidade investigada, a arqueologia torna-se uma peça-chave, pois “sem trabalho de campo não pode haver teoria. E esta só deve ser desenvolvida desde que possa ser aplicada sobre (ou com) os dados arqueológicos empíricos resultantes da prospecção ou escavação arqueológica” (BICHO, 2006, p. 85).

A fim de averiguar a possível presença indígena no atual território que compreende o Município de Vista Alegre do Prata, foi feita uma verificação e catalogação do acervo que foi encontrado em posse de alguns moradores – artefatos confeccionados em pedra e fragmentos de cerâmica. Também foram visitadas localidades rurais variadas a fim de realizar a metodologia de prospecção arqueológica. Sobre esse tipo de metodologia, pode-se afirmar que

⁴ O primeiro refere-se a algo físico, como monumentos, construções, documentos, entre outros. Já o segundo refere-se às tradições ou heranças passadas de geração para geração.

“compreende o caminhamento sistemático de todo o local proporcionando uma amostragem regular capaz de localizar vestígios arqueológicos de superfície” (ALBUQUERQUE In: ALBUQUERQUE, 2012, p. 13). A metodologia de prospecção arqueológica “permite um mapeamento não intrusivo nem destrutivo do subsolo” (ALMEIDA; CARVALHO, 2011, p. 503).

Os materiais que foram encontrados no decorrer deste trabalho são frutos de investigações realizadas nas localidades onde habitantes do município – especialmente agricultores – afirmavam haver a presença de artefatos indígenas. A metodologia de prospecção arqueológica foi, então, utilizada para verificar a existência ou não de ocorrências arqueológicas nas áreas relatadas. Dentre as dificuldades para a realização desse tipo de trabalho, Bicho afirma que

Um aspecto importantíssimo no trabalho de prospecção é a tomada de consciência de que o trabalho está permanentemente incompleto e que um qualquer indivíduo nunca consegue fazer o levantamento completo, pois tem determinadas predisposições que lhe não permitem ver, ou que lhe truncam, a realidade observável. Este fenômeno é principalmente resultado de dois fatores, um cultural e outro físico. O primeiro resulta do treino ou formação acadêmica da pessoa; dificilmente um arqueólogo que se dedica à Época Romana ou Medieval vai localizar um sítio neolítico ou paleolítico devido às diferenças no tipo de cultura material existentes nos dois grupos cronológicos. Da mesma forma, um pré-historiador é bem capaz de passar por um sítio romano sem se dar conta disso. Este fato deve-se não a fatores culturais, mas sim ao fator físico - a visão humana adapta-se a um certo tipo de informação, que neste caso pode ser denominada por escala ou tamanho [...] Na prática do trabalho de prospecção, a tendência é achar-se aquilo para que se está treinado ou, como se diz na gíria, “aquilo para que se tem olho”. E “aquilo para que se tem olho” é apenas o material com que se tem trabalhado, ou que à partida a pessoa se preparou para encontrar (2006, p. 90).

Também foram acompanhados diversos processos agrícolas de preparação da terra para o plantio, já que as peças que estão logo abaixo da superfície tendem a aparecer através do uso de equipamentos para lavrar a terra. Com este acompanhamento, pretendeu-se fotografar e mapear a localização das peças.

Devido à periculosidade de destruição e perda, muitos dos materiais encontrados e que serão utilizados para o desenvolvimento da pesquisa foram recolhidos pelos próprios agricultores a fim garantir sua preservação, embora saibamos que remover o material de seu contexto torna-se, por vezes, ainda mais perigoso, pois prejudica pesquisas arqueológicas futuras.

Foram analisados recortes de imagens de satélite, com os quais se pretende realizar um mapeamento com descrição detalhada do terreno. Através disso, pode-se encontrar possíveis manchas escuras, que indicam ocupação humana, já que “a disposição do solo escuro [e] a distribuição de material arqueológico [...] sugerem ter existido uma área central de circulação, que permaneceu em uso durante todo o período de ocupação do sítio” (GUAPINDAIA; FONSECA, 2013, p. 667).

Além de analisar e detalhar a tipologia do terreno, foram localizados arroios e nascentes d’água próximos às áreas verificadas, uma vez que as ocupações indígenas eram marcadas pela presença de vertentes d’água para abastecimento e consumo.

Para representar adequadamente as áreas territoriais investigadas, foram anexadas fotografias para possibilitar uma melhor visualização do que foi trabalhado e debatido no decorrer da pesquisa, ilustrando as casas subterrâneas, vegetações, arroios, materiais líticos e fragmentos de cerâmica. As fotografias também serão utilizadas para relatar eventos que marcaram a história do município de Vista Alegre do Prata.

O uso da fotografia nas pesquisas científicas se mostra como um excelente “instrumento de comunicação e informação social, além de imprescindíveis na produção de saber” (GURAN, 2012, p.13). Como um documento, que será utilizado para o desenvolver dessa pesquisa, Lacerda afirma:

Para que a imagem possa ter a capacidade de documentar o que foi impresso do mundo externo, ela precisa também ‘significar’, ou seja, possuir as necessárias conexões identificadoras com os elementos desse referente. Portanto, afirmar que uma imagem é um documento significa dizer que ela representa ou tem a capacidade de representar um fato, um assunto, um tema, uma situação que foi impressa, num processo físico-químico, na materialidade física do objeto fotográfico (negativo, papel fotográfico etc.) (2012, p. 295).

Também foi trabalhado com a História Oral, pois foram realizadas entrevistas e coleta de relatos de pessoas que encontraram vestígios arqueológicos ou que relataram a presença dos mesmos na localidade. As entrevistas seguiram as regras do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP/UPF), contendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi submetido e aprovado pela Plataforma Brasil através do parecer CAAE: 37809420.1.0000.5342. Sendo assim, para Alves, “a História Oral caracteriza-se como uma metodologia de pesquisa que busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela” (2016, p. 3).

As entrevistas têm como objetivo dar maior significado à pesquisa, uma vez que as narrativas dos entrevistados serão comparadas aos materiais e terrenos investigados. Porém, para o bom aproveitamento do material coletado, Thompson diz que:

Há algumas qualidades que o entrevistador bem-sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar do informante, ou de lhes impor suas próprias ideias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas (1998, p. 254).

Muito do que for dito no decorrer das entrevistas não será utilizado, uma vez que o entrevistado tende a abordar vários outros assuntos que, para ele, remetem aos questionamentos sobre o tema investigado, é por isso que serão feitos recortes sobre o que for mais pertinente.

Trabalhar com a História Oral não significa abrir mão do uso de outros documentos. No que tange ao processo de colonização e ocupação dos imigrantes no atual território do município, foram verificados documentos referentes à posse de terra dos fins do século XIX. Sobre documentos, pode-se dizer que surgiram a partir da necessidade humana de registrar seus pensamentos, acontecimentos, cotidiano, etc. Dessa forma, “o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais” (CELLARD, 2008, p. 295). Cellard ainda afirma que “o pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material” (2008, p. 296).

Além dos documentos referentes à imigração e à ocupação da terra, serão investigados também os registros paroquiais, já que, segundo Cardoso, “funcionam como um ‘registro civil antigo’, possibilitando o estudo do movimento natural da população” (2002, p. 129) e crescimento da cidade sobre os territórios indígenas.

Dentre os autores utilizados para a realização da pesquisa, destacam-se especialmente Noelli, Vicoski, Golin, Maestri, Kern, Schmitz, Becker, Dias, Amparo, Beber, Oliveira, Constantino, Pastre, Detogni, Roche, Galeazzi, Cordido, Navarro, Prous e Copé. Cabe ressaltar que as obras citadas e utilizadas são de tipologias diversificadas, de tal forma, a pesquisa fundamenta-se em artigos, teses, trabalhos de conclusão de curso, livros, revistas, sites etc.

Assim, a pesquisa foi dividida em dois grandes capítulos, que objetivam traçar uma linha analítica desde o período pré-colonial até os dias atuais.

No capítulo inicial, trabalharemos com a História Pré-Colonial do Rio Grande do Sul, identificando os diferentes grupos étnicos que ocuparam a localidade, bem como as diferentes formas adaptativas criadas e aperfeiçoadas por essas sociedades para sobreviver às constantes mudanças climáticas, florísticas e faunísticas. Nesse capítulo, também pretendemos analisar o processo de criação e fundação político-administrativa do Município de Vista Alegre do Prata, partindo desde o contexto europeu do século XIX até os dias atuais.

O capítulo final é destinado à apresentação dos remanescentes pré-coloniais identificados no município, buscando examinar os materiais líticos, fragmentos de cerâmica encontrados, bem como a presença de casas subterrâneas, além de indagar acerca da conservação das áreas tidas como antigos assentamentos indígenas. Para isso, foram utilizados mapas, fotografias e imagens de satélite a fim de facilitar o entendimento e a localização.

1 O PERÍODO PRÉ-COLONIAL E AS ESPECIFICIDADES ORGANIZACIONAIS DOS POVOS DE TRADIÇÃO TAQUARA, GUARANI E VIEIRA

Neste capítulo inicial, pretende-se abordar brevemente a História Pré-Colonial do estado do Rio Grande do Sul, a fim de facilitar o entendimento da formação das etnias que serão mencionadas no decorrer do trabalho – cujos remanescentes foram encontrados no atual território que hoje comporta o município de Vista Alegre do Prata/RS –, focando com mais precisão as suas especificidades coletivas, modos de vida e, principalmente, diferentes habitações. Além disso, descreve-se brevemente o processo de formação do município em questão.

1.2 Uma breve História Pré-Colonial do Rio Grande do Sul

Hodiernamente, sabemos que a ocupação humana no Estado do Rio Grande do Sul remonta em torno de 12.000 a 13.000 AP⁵, contrariando a ideia que foi difundida durante o período da imigração europeia (ocorrido em meados do século XIX) de que havia áreas vazias e desabitadas, ou seja, todo o território foi explorado e ocupado em diferentes períodos por diferentes grupos humanos. Esse conhecimento é possível devido aos estudos arqueológicos que ganharam força a partir da segunda metade do século XX. Sobre o tema, Noelli afirma que a arqueologia

[...] passou a maior parte dos seus 128 anos atuando de forma amadora e ocasional, cuja história pode ser dividida em duas fases. Uma eminentemente exploratória e colecionista, feita por amadores ou profissionais estrangeiros a partir de 1872 [...] até 1954. [...] Esta segunda fase desenvolve-se até o presente, com a fundação de várias instituições de pesquisa, formação de pesquisadores e diversificação das áreas de trabalho arqueológico (2000, p. 221-222).

Graças às pesquisas arqueológicas, foram encontrados na região Sul do Brasil inúmeros vestígios materiais de culturas indígenas que terminaram originando uma quantidade significativa de sítios arqueológicos que comprovam a ocupação humana em um período anterior ao colonizador europeu (KERN, 1998, p. 18).

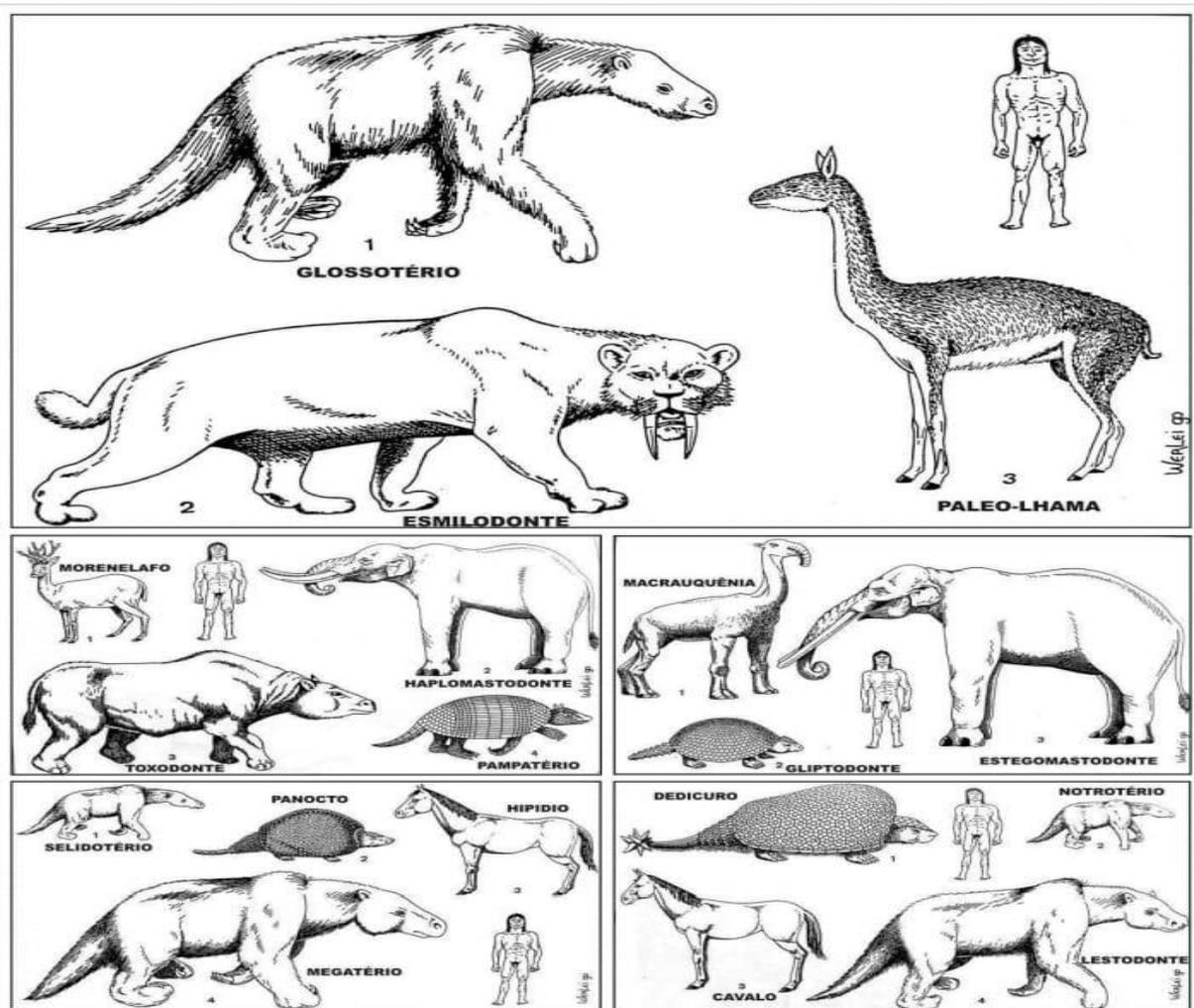
Sobre essas pesquisas acerca dos remanescentes indígenas, Noelli afirma que “há registros arqueológicos de populações indígenas distintas em uma mesma localidade, de natureza biológica, linguística, histórica, sociológica e antropológica divergente” (2000, p.

⁵ Antes do Presente.

226). Essas primeiras populações possuíam pouco domínio sobre a natureza, visto que suas tecnologias detinham algumas limitações, fazendo com que a subsistência dos grupos dependesse unicamente do que o meio natural tinha a lhes oferecer. Em outras palavras, praticavam a caça e a coleta de alimentos. De modo geral, a dieta era composta de raízes, frutos, moluscos, peixes, crustáceos e animais de pequeno e médio porte, que eram divididos entre os membros do grupo, que era muito menor se comparado às populações indígenas atuais. Além disso, estabelecer uma ideia concreta acerca das moradias ou refúgios dessas comunidades é uma tarefa difícil, já que as ações do tempo deixaram resquícios escassos para o estudo arqueológico aprofundado (MAESTRI, 2010, p. 48).

Devido às análises arqueológicas, sabe-se que os primeiros grupos humanos conviveram, por centenas de anos, com espécies de animais de grande porte e que foram extintos devido às constantes modificações climáticas e geológicas enfrentadas pelo planeta no decorrer do tempo. Essa variedade faunística é denominada de Megafauna e, dentre os animais que pertencem a esse grupo, estão os “mastodontes, hipopótamos, tatus de até quatro metros, preguiças gigantes de dois a seis metros de comprimento, cavalos de pequeno porte, entre outros animais. Essas e outras bestas eram caçadas por imponentes tigres dente-de-sabre” (MAESTRI, 2010, p. 48).

Figura 1 – Animais da Megafauna.



Fonte: (JACOBUS apud SCHMITZ, p. 174-178, 1991).

Foram muitos os entraves enfrentados pelos grupos de caçadores-coletores no processo de adaptação nas diferentes paleopaisagens, que sofriam com as constantes modificações da fauna, vegetativas e, principalmente, climáticas. Desse modo, foi indispensável a criação de formas organizacionais divergentes, que se adequassem às especificidades de cada localidade. Em outras palavras, somente se pode analisar as sociedades pré-coloniais a partir do estudo das transformações ambientais ocorridas na longa duração.

Com particularidades diferentes das que hoje definem o panorama do Rio Grande do Sul, “o ambiente seco e frio da última glaciação, com ventos gelados varrendo paisagens de pouca vegetação, foi o cenário dos primeiros humanos que [...] acamparam à beira do rio Uruguai e nos abrigos rochosos do vale do Caí” (SCHMITZ, 2006, p. 13). Assim, o Sul brasileiro era composto por árvores de pequeno e médio porte e por rios e afluentes que não dispunham de grande quantidade de água. Pode-se dizer que, devido a essas particularidades, não havia abundância alimentar, o que dificultava a subsistência humana.

Schmitz (2006, p. 14-15) faz uma análise do período de mudança climática, florística e faunística, durante a ocupação humana. O autor atesta que, em torno de 9.000 a.C.⁶, a glaciação mundial chegava ao fim e, como consequência desse evento, a temperatura aumentava. Todavia, esse aumento ocasionou uma crise na vegetação devido a um longo período seco. Já em meados de 6.000 anos a.C., houve elevação significativa da umidade, que crescia em conjunto com a temperatura, chegando ambas a níveis máximos entre 4.000 e 2.000 a.C. Como consequência, aumentaram os níveis de água dos rios, mares e demais afluentes, possibilitando que a vegetação – antes escassa – se espalhasse pelo território. Essa modificação aquática e vegetativa possibilitou a disseminação de novas espécies animais em grande quantidade e ofereceu subsídios abundantes para a construção de moradias humanas que facilitavam a proteção do ainda rigoroso clima sul-brasileiro.

Noelli (2000, p. 227-228) afirma que houve três grandes levas de grupos humanos no território. A primeira leva foi de caçadores-coletores, cujo local de origem e de entrada ainda é desconhecido, provavelmente adentraram no Sul pelas atuais fronteiras da Argentina e Uruguai e ocuparam a região a partir de 12.000 ou 13.000 AP. Os arqueólogos denominam a cultura material dessas populações de Tradição⁷ Umbu e Humaitá, que mantiveram considerável estabilidade territorial até antes da chegada das outras duas levas.

Ainda segundo o autor, as populações de matriz cultural Tupi e Macro-Jê começaram a penetrar no Rio Grande do Sul por volta de 2.500 anos atrás, originárias da Amazônia e do Centro-Oeste do Brasil. Essas duas levas possuíam novos modelos organizacionais e detinham uma economia baseada no manejo agroflorestral, importante característica que as diferenciava das populações pré-ceramistas⁸(NOELLI, 2000, p. 227-228).

Sobre as tradições mais antigas, datadas até o momento, pode-se dizer que possuíam características em comum, embora se diferenciavam pelo modo de produção de artefatos líticos e pela tipologia do terreno escolhido para as habitações. Schmitz (2006, p. 17) afirma que a tradição Umbu estava “mais concentrada nos abrigos rochosos e ao longo dos rios da borda do planalto no Nordeste e Centro do Estado, na proximidade dos campos, dos pinheirais e talvez dentro de uma franja de mata subtropical”, abrigavam-se também em locais a céu aberto e cerritos, sendo esse último um “aterro artificial feito em áreas alagadiças, com formato circular e tamanho médio de 3 metros de altura” (RODRIGUES; PIRES, 2017, p. 3). Quanto à dieta

⁶ Todavia, outros autores atestam que foi a 12.000.

⁷ Resumidamente, entende-se por Tradição um modo de confeccionar e preparar cerâmicas (painéis de barro), uma técnica de lascamento de pedras, uma tipologia de assentamento e construção de casas, etc.

⁸ Entende-se por pré-ceramistas os grupos humanos que ainda não desenvolviam e confeccionavam a cerâmica (painéis de barro), ou que a presença dessa ainda era escassa.

alimentar, consumiam aves, mamíferos, répteis, peixes, moluscos, coco e palmeiras. No que se refere aos líticos pertencentes a essa Tradição, pode-se dizer que eram confeccionadas pontas de flechas pequenas, cujo gume era serrilhado, pontas de lança e também por bolas de boleadeira, que facilitavam a apreensão dos animais caçados no ambiente em que viviam, os campos.

Com relação à tradição Humaitá, Schmitz afirma que os remanescentes arqueológicos indicam a ocupação “nas matas do Sul do Brasil e partes da Argentina e do Paraguai” (2006, p. 19). Enquanto a primeira geralmente ocupava os campos abertos, a segunda resguardava-se nas matas e, possivelmente, teve contato uma com a outra, trocando e aperfeiçoando técnicas de sobrevivência. A dieta alimentar era muito parecida e até mesmo igual à Tradição mencionada anteriormente. A principal diferença relaciona-se à indústria lítica, composta por "artefatos maiores e mais pesados, sendo caracterizada por peças bifaciais e de morfologia variada, como machados alongados, bumerangóides, choppers alongados, plainas, raspadores e lascas retocadas” (KOLLING, 2020, p. 17).

Os sambaquis apresentam um outro modo de vida que marcou fortemente o litoral do Rio Grande do Sul devido à exploração da pesca e coleta de alimentos do mar. Schmitz os descreve como um “acúmulo de conchas, ossos de peixes e outros resíduos de atividade humana, resultantes da ocupação do litoral marítimo por grupos especializados em sua exploração. São os resíduos mais volumosos produzidos por qualquer população pré-histórica brasileira” (2006, p.21).

Gradativamente, os grupos humanos pré-coloniais que começaram a penetrar o Sul do Brasil foram desenvolvendo estruturas próprias, aperfeiçoando e criando novas tecnologias. A fim de facilitar a adaptabilidade na localidade, desenvolveram a agricultura e souberam explorar com maestria a fauna e a flora. Dias afirma que “as sociedades humanas [...] tiveram o hábito de se fixarem em locais propícios à sua sobrevivência. Alguns grupos escolheram áreas montanhosas; outros, os vales dos grandes rios ou as planícies, conforme os costumes característicos de cada cultura” (2004, p. 40). Essa escolha de diferentes ambientes para os assentamentos variava de acordo com os hábitos de cada grupo, cujos membros circundavam pelo território de acordo com as necessidades surgidas.

Embora existam muitas outras tradições⁹, no atual território que hoje comporta o município de Vista Alegre do Prata, foram encontrados remanescentes da segunda leva de grupos humanos que migraram para o Sul brasileiro, sendo essas de origem Guarani e Jê.

⁹ Até o momento, sabe-se que a Umbu e Humaitá são as mais antigas já datadas, porém, é muito válida a hipótese de que existem outras que as antecederam.

1.3 Os povos de Tradição Taquara, Guarani e Vieira

Como já dito anteriormente, as populações que adentraram no território do Rio Grande do Sul a partir de meados 2.500 AP se diferenciavam dos habitantes mais antigos devido a uma série de fatores:

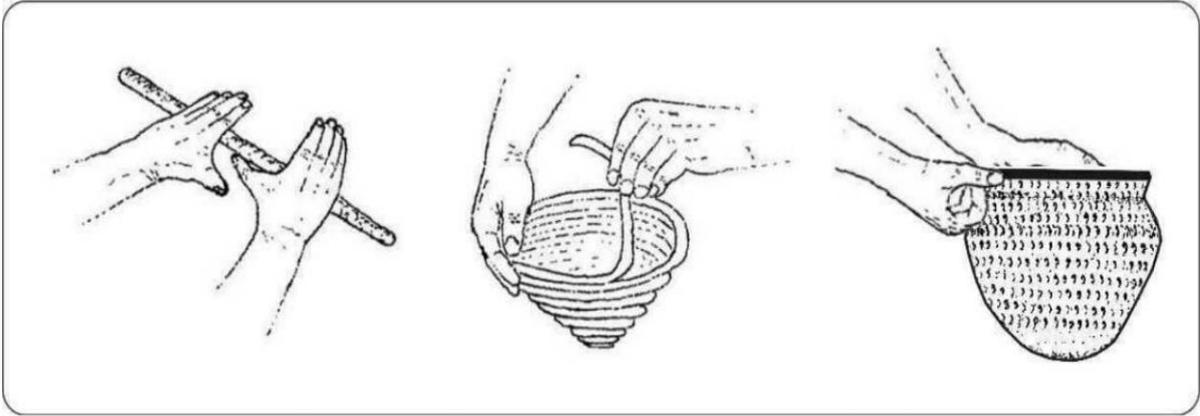
Essas populações implantaram e reproduziram seus sistemas adaptativos baseados na agricultura e, paralelamente, incorporaram as novidades vegetais e animais do Sul, úteis para alimentação, medicina e elaboração de cultura material. Esses povos conquistadores formavam unidades politicamente aliadas em nível regional, com dimensões variáveis conforme o número de unidades locais e suas densidades demográficas. Eles trocavam sistematicamente informações e pessoas, contribuindo para a manutenção e reprodução constante da sua cultura material, da língua, etc. (NOELLI, 2000, p. 227).

A Tradição à qual pertence um grupo humano é identificada com base em características impressas nas cerâmicas e nas suas técnicas de produção, bem como nos processos de fabricação dos artefatos líticos e nos padrões habitacionais, todos elementos que são encontradas nos Sítios Arqueológicos. Todavia, Vicoski afirma que o termo Tradição possui algumas implicações pois, apesar de facilitar o diálogo entre os estudiosos da área, acaba por excluir fatores linguísticos, sociais, econômicos e culturais (2011, p. 64). Dentro das Tradições, o autor ainda afirma que podem ser identificadas variações culturais, “estas variações, por sua vez, são denominadas e Fases, pois apesar de apresentarem algumas diferenças ainda seguem o mesmo padrão cultural” (VICROSKI, 2011, p. 64).

A cerâmica – que é a principal marca que evidencia uma Tradição – passava por várias etapas de preparo, desde a escolha do barro, remoção de impurezas e misturas denominadas de antiplástico¹⁰, que objetivavam facilitar a liga. Feito tudo isso, já era hora de dar forma aos recipientes. Cada grupo humano possuía técnicas diferentes para a fabricação das peças, sendo a mais comum e conhecida a técnica de sobreposição de roletes (FIGURA 2).

Figura 2 – Técnica de sobreposição de roletes.

¹⁰ Cada grupo utilizava misturas diferentes, como cascas de molusco, cinzas, restos de outros recipientes que foram moídos, areia, etc.



Fonte: VICROSKI (2012, p. 22).

Dessa forma, sobre a Tradição Taquara, pode-se dizer que a cerâmica “é pequena, composta de potes e de tigelas, com decoração impressa variada, onde são facilmente distinguíveis negativos de cestaria, depressões regulares produzidas por pontas de vários formatos, ou das unhas, incisões lineares etc.” (SCHMITZ & BASILE BECKER apud DIAS, 2004, p. 33). Desse grupo, são identificados recipientes pequenos e médios, de coloração marrom e cinza, cujas paredes são mais finas. Assim sendo, pertencentes a Tradição Taquara, seus descendentes atuais são denominados de Kaingang e Xokleng os povos que migraram do Centro-Oeste brasileiro e ocuparam o Sul em seguida, sendo falantes da língua da família Jê e suas matrizes culturais são Macro-Jê. Maestri afirma que “tinham traços mongoloides, a pele de cor parda, estatura mediana, cabelo preto e liso e mãos e pés pequenos” (2010, p. 51).

Outra particularidade importante que marca as populações da Tradição Taquara – ou melhor dizendo, de matriz cultural Jê – é a utilização do pinhão na dieta alimentar, uma importante fonte de calorias. Interligado a isso, pode-se denotar que o traço que assinala os assentamentos é a presença de pinheirais no entorno do terreno que, segundo Vicroski “era resultado do manejo florestal praticado pelos indígenas, que não apenas realizavam uma seleção de espécies, como também as cruzavam, gerando sementes híbridas utilizadas posteriormente pelos imigrantes” (2012, p. 14). Durante a época produtiva, os homens da aldeia subiam nas árvores e derrubavam as pinhas com uma taquara, sendo que geralmente a tarefa para recolhê-los do chão era destinada às mulheres, que os colocavam em cestos a serem levados à aldeia, onde eram preparados para que ficassem conservados por vários meses (MAESTRI, 2010, p. 52).

O autor ainda afirma que, além do pinhão, a erva-mate era uma planta muito utilizada entre os povos Jês que, quando transformada em pó, servia tanto como bebida como também como um entorpecente cerimonial utilizada pelo sacerdote-feiticeiro do grupo. A palmeira e a

taquara também eram plantas importantes entre os Jês, visto que serviam para a fabricação de vários objetos, como os cestos, amplamente utilizados para guardar e coletar alimentos (MAESTRI, 2010, p. 51-52).

No que tange ainda à escolha de um ambiente adequado para moradia, construía-se seus acampamentos nas clareiras da mata, onde constata-se a presença de uma grande diversidade de plantas de uso variado, tanto para alimentação, quanto para o fornecimento de matérias-primas para o desenvolvimento das habitações, arcos, flechas, lanças e afins, contando com a presença também de plantas para tratamentos medicinais.

Assim, era comum migrar para outra localidade – cujo território ainda era de domínio do grupo – quando estes recursos davam sinal de escassez, sendo que as antigas moradias poderiam ser reocupadas futuramente pelos indivíduos, ou então novas poderiam ser construídas próximo ou sobre as velhas. Nesse sentido, Amparo (2014, p. 63) diz que, para entender os Kaingang, assim como os demais Jês – em termos de organização e disposição espacial – é preciso levar em conta a mobilidade.

Sobre os Kaingang¹¹, Amparo (2014, p. 42) afirma que “desenvolveram amplo domínio territorial e formas próprias de adaptação ao novo ambiente, sendo a principal delas a construção de casas subterrâneas e semissubterrâneas”, que os protegiam contra o frio, animais e inimigos. Elas “são encontradas regularmente nos terrenos altos e frios com uma vegetação também adaptada a baixa temperatura hibernal, que são os campos e as matas mistas com pinheiros” (SCHMITZ, 2006, p. 77). Esse tipo de habitação exigia uma caracterização específica do terreno:

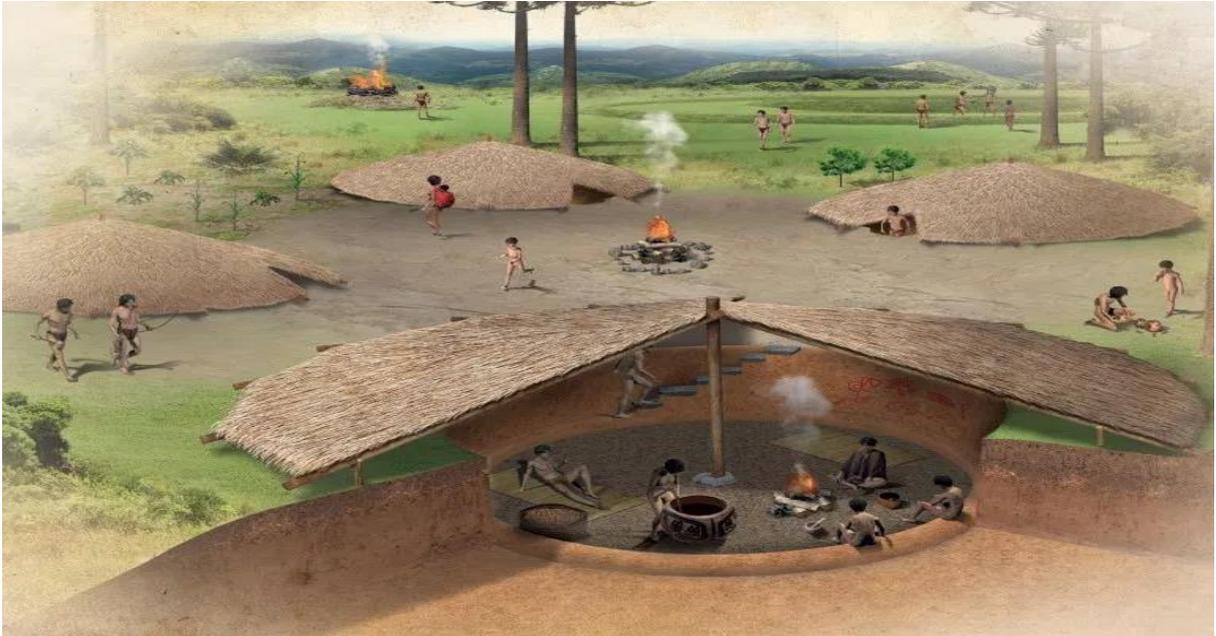
a organização espacial e os sítios escolhidos para construção dos assentamentos e moradias, sempre localizados nos platôs que formam os interflúvios dos grandes rios do planalto meridional. As aldeias costumam ser construídas próximas a pequenos arroios e menores cursos dos rios locais, chamados lajeados, já que os Kaingang evitam morar próximo aos rios maiores (AMPARO, 2010, p. 91).

Em outras palavras, optavam por se estabelecer em áreas planas e mais elevadas ao nível dos “pequenos cursos d’água, como arroios ou córregos de águas perenes” (DIAS, 2004, p. 42), com isso, evitavam-se possíveis inundações devido às chuvas e demais fatores naturais. Suas formas eram circulares, escavadas no solo e telhado geralmente feito de palha (FIGURA 3). Beber defende que “podemos dividir as casas subterrâneas, quanto ao tamanho, em três grupos:

¹¹ Grupo que terá maior destaque no que tange os povos da Tradição Taquara, visto que os remanescentes encontrados em Vista Alegre do Prata sugerem a presença dos mesmos durante o período pré-colonial.

casas pequenas, compreendendo diâmetros de até 5m; casas médias, que apresentavam entre 5,1 e 10m; e casas grandes, a partir de 10m de diâmetro” (2004, p. 203).

Figura 3: Representação dos assentamentos e moradias Jês/Kaingang.



Fonte: Disponível em: <https://www.xapuri.info/arqueologia/casas-subterraneas-dos-kaingang-povos-da-tradicao-taquara>. Acesso em 18 set. 2020.

Além disso, os “buracos de bugre¹²” podem aparecer isolados (uma única casa) ou como um complexo de residências próximas umas das outras, formando aldeias de números variados de habitações. É comum também que essas residências sejam interligadas por túneis subterrâneos que permitem a comunicação dos indivíduos sem a necessidade de se exporem a vento, chuva, frio e demais fatores naturais do ambiente externo (VICROSKI, 2012, p. 14-15).

Como o telhado ficava próximo ao chão, eram escavadas valas ao redor para o escoamento da água da chuva, a fim de evitar inundações. Mantinha-se também um certo espaço entre o chão e o telhado para que o ar se renovasse e para que a fumaça das fogueiras pudesse sair. A sustentação do telhado se dava através de um mastro central amarrado por outros laterais, que seguravam os materiais que cobriam a residência.

A entrada das habitações era pela abertura de uma fenda no telhado, onde poderia haver uma escada escavada em linha reta ou uma em circular, que acompanhava as paredes das moradias, que podiam ou não possuir revestimento de barro ou pedra (VICROSKI, 2012, p. 15).

¹² Termo pejorativo utilizado posteriormente para denominar as habitações subterrâneas.

Próximos às moradias, é comum encontrar montículos¹³ onde eram enterrados os mortos. Vale ressaltar que populações pertencentes à Tradição Taquara também tinham o costume de depositar seus mortos em abrigos sob rochas¹⁴, que podiam ser encontrados próximos aos assentamentos e que, geralmente, encontravam-se em locais de difícil acesso, com uma queda d'água em frente à abertura.

Sobre as formas de organização política dos Kaingang, Dias (2004, p. 44) afirma que eles “se agrupavam ao redor de um cacique principal ou grande chefe, com a divisão em subgrupos cujos membros estavam ligados entre si por laços de parentesco. Cada um destes subgrupos era comandado por um subcacique”, que possuía um território para explorar em conjunto com seu grupo. Assim sendo, o autor ainda escreve que, devido ao fato de os:

[...] Kaingang serem péssimos navegadores e também maus nadadores, fazia com que os grandes rios se tornassem obstáculos naturais, sendo estes os limites entre os territórios de grupos rivais [como os Guarani.] Os rios maiores seriam os demarcadores dos territórios dos grandes caciques, ao passo que os cursos d'água menores serviriam como fronteiras entre as sub-tribos de cada um destes grandes caciques (TOMMASINO apud DIAS, 2004, p. 110)

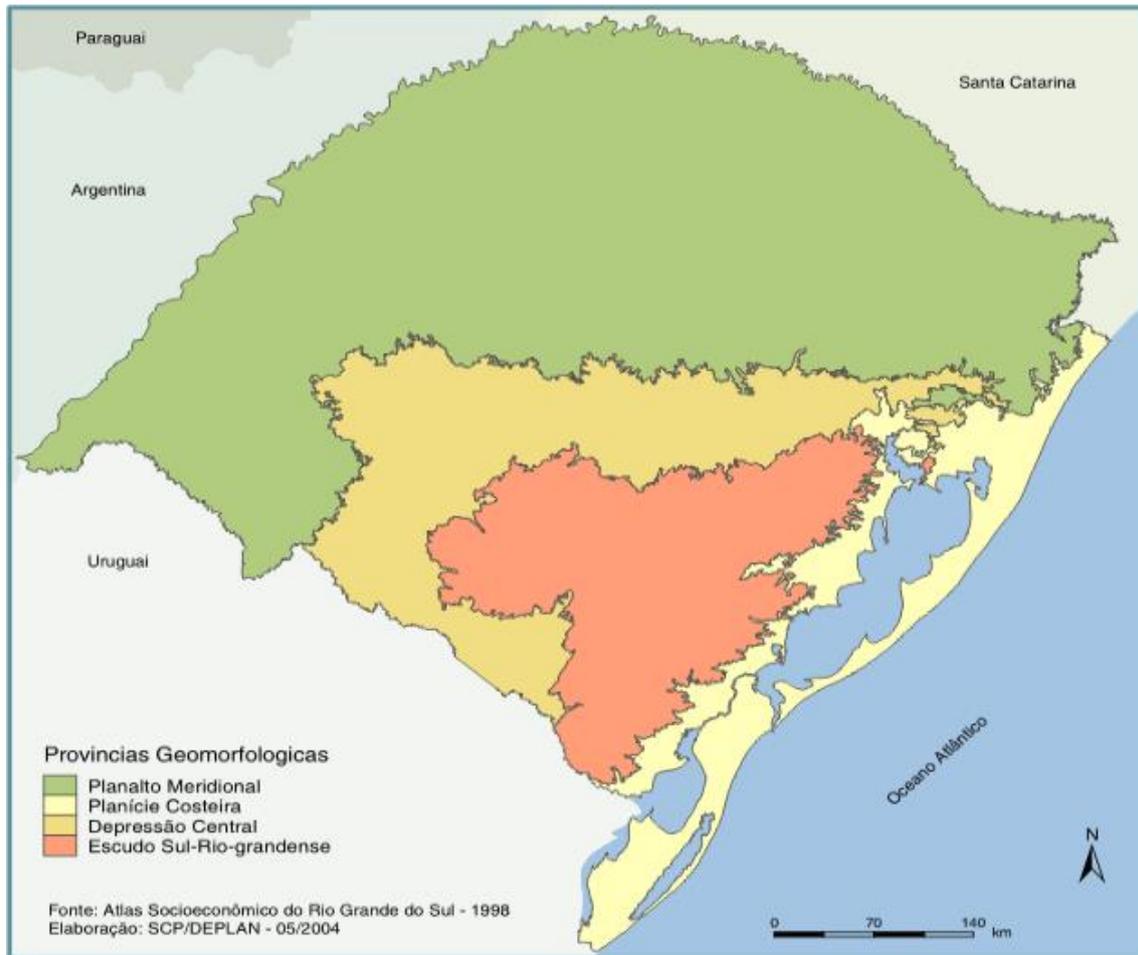
Em outras palavras, o território Kaingang era fragmentado e possuía demarcações naturais, sendo elas: rios, arroios, florestas, montes e demais particularidades paisagísticas, que colocavam limite entre um grupo e outro. Ademais, esses grupos poderiam variar de tamanho e de número de indivíduos. Cada um exercia suas funções, sendo, geralmente, a caça uma atividade masculina e a coleta e fabricação de cerâmica uma atividade feminina.

Entre 2.000 e 1.000 AP, a aparente estabilidade dos povos Jês foi abalada com a chegada da segunda leva humana no Rio Grande do Sul, os Guarani, que os empurraram dos principais afluentes em direção às terras mais altas e frias da região. Já por volta de 700 AP, os Jês foram expulsos do litoral (MAPA 1) e empurrados pelos Guarani para cima do Planalto Sul (NOELLI, 2000, p. 241).

Mapa 1 – Relevo do Rio Grande do Sul.

¹³ Pequeno monte de terra, uma elevação acima no nível natural do terreno.

¹⁴ Cavernas ou grutas.



Fonte: Disponível em: <https://www.mundovestibular.com.br/estudos/geografia/o-relevo-do-rio-grande-do-sul/>. Acesso em 21 set. 2020.

Os Guarani pertencem ao grupo de populações de matriz cultural Tupi, cujo pertencimento linguístico é o tronco Tupi-Guarani¹⁵, sendo suas origens do sudoeste da Amazônia. Devido ao constante processo de expansão, conquista e ocupação territorial, “são os mais conhecidos dentre as populações do Sul em termos arqueológicos, etnográficos, históricos e linguísticos” (NOELLI, 2000, p. 247).

Foi essa mobilidade e conquista que permitiu uma intensa e contínua troca de informações e que possibilitou aos povos Guarani uma excelente capacidade de se adaptar, tudo isso por meio da aquisição de novas técnicas de subsistência e aperfeiçoamento das próprias práticas de sobrevivência.

Acerca dos padrões de assentamentos, no caso Guarani, Schmitz afirma que “as aldeias eram levantadas em clareiras abertas na mata. Ao redor se faziam as roças para os necessários

¹⁵ A língua do povo Guarani é uma das mais faladas em todo continente, pertence ao tronco linguístico Tupi-Guarani, onde se ramificam outras 21 línguas.

cultivos” (2006, p. 38), todavia, devido ao material que era utilizado para a construção das habitações, as aldeias não permaneciam no mesmo lugar por muito tempo.

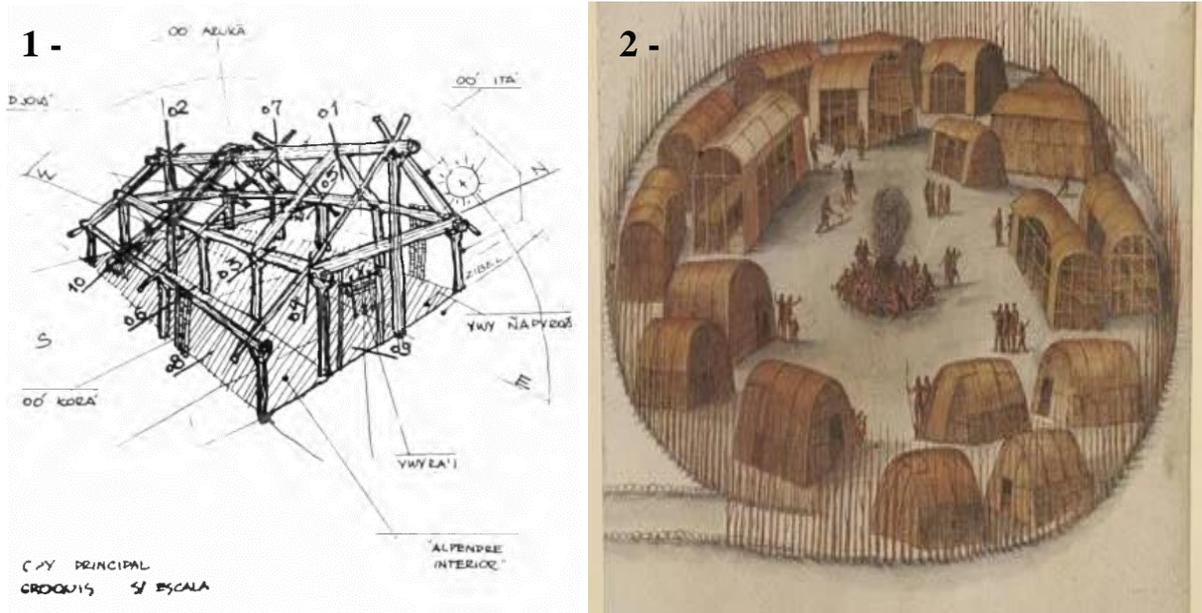
Assim como no caso dos povos Jês/Kaingang, o fator que levava ao abandono das habitações era a escassez dos recursos. Desse modo, era preciso buscar locais que tivessem características semelhantes ao antigo (SCHMITZ, 2006, p. 38-40). O autor ainda atesta que a aldeia “era composta de várias choupanas¹⁶, aproximadamente iguais no material, no tamanho e na organização, dispostas com certa regularidade ao redor de um espaço aberto.”

Segundo Sposito, “os guaranis moravam em grandes casas (FIGURA 4), alicerçadas com troncos firmes, vedadas com madeira entrelaçada de cordas e cobertas por palha” (2006, p. 149). As moradias Guarani podiam ser habitadas por um considerável contingente de pessoas, já que podiam possuir dezenas de metros de comprimento. Em grande parte dos casos, as casas eram ocupadas por membros de uma mesma família (SOARES, 1996, p.14), sendo que ficavam dispostas em torno de uma praça central onde eram realizadas as atividades cotidianas em grupo.

Vicoski (2012, p. 25) afirma que “pela facilidade de obtenção, preparação e manuseio, a madeira foi largamente empregada” para a construção das habitações, sendo comum também o uso de taquaras. Porém, diferentemente dos Jês/Kaingang, é mais difícil encontrar remanescentes das antigas habitações Guaranis devido ao fato de serem basicamente compostas por elementos orgânicos, que se decompõem rapidamente com o tempo.

Figura 4 – 1. Estrutura construtiva de uma casa Guarani tradicional com planta retangular **2.** Padrão de sistema organizacional de uma aldeia.

¹⁶ Pequena casa feita de madeira ou ramos, coberta de palha ou sapê. Suas habitações são também comumente conhecidas como ocas.



Fonte: Imagem 1 – Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268307839.pdf> Acesso em 22 set. 2020.

Imagem 2 – Disponível em: <https://geoestudante.wordpress.com/2015/05/12/organizacao-das-aldeias/> Acesso em 28 out. 2020.

O padrão de implantação espacial Guarani caracteriza-se por ocupações em “elevações de pouca altura, em áreas de vegetação florestal, localizadas em suaves elevações na proximidade do mar, pequenos riachos ou a grandes rios dos vales costeiros” (ZIBEL COSTA apud CARRINHO, 2010, p. 86-87). Os povos Guarani tinham preferência por cultivar o mato subtropical, que “cresce em pequenas várzeas e na encosta do Planalto; os terrenos das várzeas são férteis, mas de pouca extensão” (SCHMITZ, 2006, p. 45), já as proximidades de rios e arroios cuja vegetação não era recoberta de árvores não prestavam para o padrão de cultivo desses povos, visto que não apresentavam a fertilidade desejada. A agricultura era uma importante atividade entre os Guarani, que tinham como principal finalidade o cultivo de plantas domesticadas para complementar a dieta alimentar da coleta (KERN, 1998, p. 20).

Próximo às aldeias eram feitas as roças¹⁷, onde não cultivavam apenas alimentos de curta duração entre plantio e coleta, mas também formavam pomares e hortas medicinais. Apesar da dieta consistir no consumo de alimentos adquiridos durante a caça, pesca, agricultura e coleta, percebe-se que possuíam uma série de tabus alimentares que se enquadravam conforme os ciclos de vida dos indivíduos:

¹⁷ Uma prática comum entre os povos Guarani no que se refere as lavouras é que, quando se percebia que a terra perdia a fertilidade e produzia pouco alimento, a lavoura ficava em descanso por alguns anos, esperando que adquirisse de volta seus nutrientes para que pudesse ser reutilizada posteriormente.

Por exemplo, meninas entre a 1ª e a 3ª menstruação só podiam consumir carne de alguns pássaros; mulheres que pariram só comiam carne de tamanduá (*Myrmecophagidae*) até o recém-nascido perder o cordão umbilical; durante a gravidez a mulher não consumia o bugio (*Alouatta*) ou mel das abelhas eirexú. Os homens tinham seus momentos de restrição alimentar em algumas fases da vida, como nos rituais de passagem, na couvade e no sacrifício ritual, quando o matador executava o prisioneiro. Os pajés se submetiam constantemente a restrições alimentares. Por fim, as pessoas em busca de aguyjé (de perfeição, da plenitude humana) jejuavam e abstinham-se de carne. Em nível comunitário, notam-se momentos paralelos de liberdade e restrições alimentares em que todos os recursos obtidos conforme a época do ano circulavam e eram consumidos (NOELLI, 2000, p. 249).

Já sobre a organização sociopolítica dos Guarani, percebemos uma diferença se comparado aos padrões Jês. Baseado no sistema de parentesco, ou seja, as

famílias extensas compostas por várias famílias nucleares reunidas em torno de uma liderança política e/ou religiosa a partir de laços de parentesco que poderiam ser tanto sanguíneos, quanto políticos e/ou adotivos. Nem a matrilocidade nem a patrilocalidade funcionavam como fator agregador, mas sim o prestígio de um líder com capacidade de organizar grupos guerreiros ou de trabalho, com qualidades de bom orador, guerreiro, agricultor, caçador, articulista político e provedor de grandes festas (NOELLI, 2000, p. 248).

Esse sistema podia comportar um número significativo de indivíduos que compunham a aldeia, sem contar que um aspecto importante e que merece destaque, no que tange aos grandes grupos, é a tendência de incorporar no meio indivíduos de outras matrizes culturais, o “não-guarani”. Como explica Noelli, esse processo era feito “por meio de alianças ou assimilação à custa das contínuas guerras de conquista, tendiam a ‘guaranizar’ pessoas de outras etnias” (2000, p. 249), o que possibilitava constante troca e aperfeiçoamento de experiência. Foi devido às conquistas que os povos Guarani tiveram a fama de serem exímios guerreiros. Além disso, era comum a prática de poligamia entre os indivíduos, sendo comum um líder, por exemplo, ter mais de uma mulher.

Assim como os Jês, os povos Guarani também confeccionavam peças de cerâmica. Para Schmitz, as peças de padrão artístico Guarani possuíam a parte externa coberta com impressões regulares da polpa do dedo, da borda da unha, ou eram lisas (2006, p. 41), podendo também ser escovadas e beliscadas. Sendo assim, “são característicos os recipientes de grande porte, além de copos, pratos, panelas pequenas, médias e grandes, tigelas, entre outros” (VICROSKI, 2012, p. 18). Uma das principais técnicas de confecção utilizada pelos Guarani na confecção das cerâmicas era a de sobreposição de roletes, mas havia outras, dependendo do grupo a ser averiguado. Os Jês, por exemplo, faziam uso também de um molde feito de fibras vegetais que,

quando era colocado no fogo¹⁸ com a argila ainda fresca, se desintegrava. As pesquisas arqueológicas realizadas em locais de antigas habitações guaranis evidenciam que esses grandes recipientes eram utilizados também como urnas funerárias quando apresentavam alguma fissura que pudesse comprometer sua utilidade cotidiana.

A erva-mate também marcou sua importância entre os Guarani, sendo que seu uso era semelhante ao que hoje chamamos de chimarrão. Vicoski salienta que “confeccionavam uma espécie de canudo de taquara chamado *taquapi*, o ancestral das atuais bombas de chimarrão” (2011, p. 105), onde eram feitos alguns furos em uma das extremidades para que o líquido pudesse ser sugado de dentro dos porongos.

Além dos povos de Tradição Taquara e Tupiguarani, evidenciou-se, em menor escala, um terceiro grupo denominado de Tradição Vieira. Sendo possíveis descendentes dos antigos povos que habitaram os campos do Rio Grande do Sul, uma característica marcante desse grupo humano é a construção de médios e grandes montes de terra, denominados de cerritos. Levantados acima de zonas alagadiças¹⁹, eram um local propício para o estabelecimento das moradias, uma vez que o terreno que circundava as habitações dificultava ataques de animais e de inimigos, sendo também, de certa forma, uma estratégia de defesa, além de ser um local que fornecia grande abundância alimentar, já que era frequentado por várias espécies animais, como veados, ratões de banhado, preás, capivaras, tatus etc. A alimentação provinha especialmente da caça, pesca e coleta, compondo a dieta também aves, ovos, crustáceos, moluscos e peixes, que eram a principal fonte alimentar dos grupos.

Vicoski salienta ainda que a forma dos cerritos é “geralmente circular ou oval, com diâmetros que variam de 15 a 100 metros, podendo atingir até 7 metros de altura. Os cerritos podiam aparecer agrupados, interligados por canais de água, em seu interior podem ser encontrados vestígios de sepultamentos” (2011, p. 114). Além disso, o autor diz que o padrão ambiental (FIGURA 5) onde se encontram os remanescentes das antigas habitações dessa Tradição é especialmente na região da Campanha e no entorno de lagoas litorâneas (2011, p. 115). Schmitz ainda afirma que são encontrados

[...] geralmente sobre pequeno barranco (um a cinco metros), junto de arroios, banhados ou lagoas, nunca em campo seco. O topo dos cerritos costuma apresentar uma plataforma, que seria o lugar onde se encontrava a habitação; o declive para o lado da água é geralmente maior que para o lado do campo, devido à inclinação do solo; alguns cerritos estão circundados por um ou dois vales e uns poucos têm uma plataforma em anel na metade do declive. Os

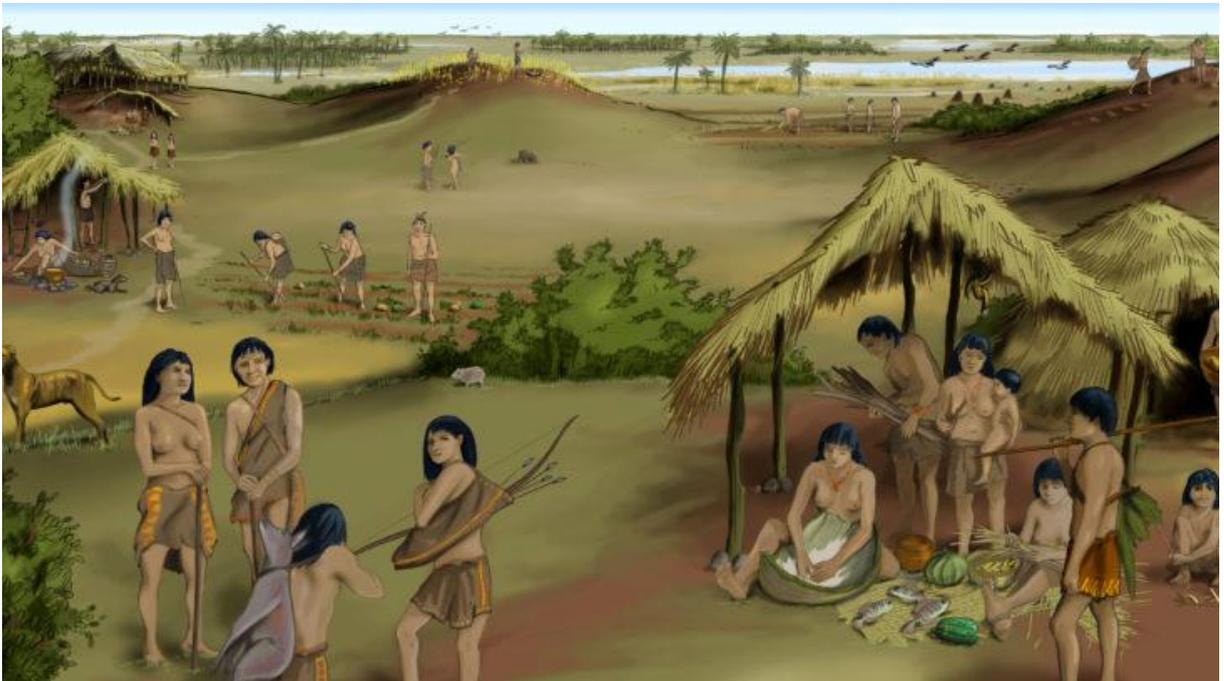
¹⁸ A cerâmica era cozinhada para que se tornasse mais resistente ao uso cotidiano.

¹⁹ Como banhados, por exemplo.

cerritos são vistos de longe, no campo, devido à planura geral, e, nas enchentes, são praticamente os únicos pontos secos em regiões imensas (1968, p. 175.).

Sobre os cerritos, Schmitz diz que eram erguidas algumas poucas choupanas (2006, p. 108) onde os indivíduos do grupo se abrigavam. Eles podem ser encontrados isolados ou em grupo com poucos metros de distância, assinalando a ocorrência de uma aldeia de maior número de indivíduos. Além de facilitar o modo de vida nas terras mais baixas do sul, os cerritos possuíam uma finalidade ritualística, pois, como mencionado anteriormente, serviam para que o grupo enterrasse seus mortos. Além de restos humanos, foram evidenciados fragmentos de cerâmica, artefatos líticos, cinzas que resultavam das fogueiras e restos alimentares.

Figura 5 – Sistema habitacional da Tradição Vieira (Cerritos).



Fonte: Disponível em: <https://www.enperspectiva.net/home/paisaje-cerritos-indios-la-canoa-t02p105/>
Acesso em 29 out. 2020.

Essas habitações eram utilizadas por um longo período, até que os recursos naturais apresentassem sinais de escassez, ou conforme a água se afastasse demasiadamente do local. Hoje, os cerritos apresentam-se como pequenas elevações que se assemelham a um morro, podendo ou não estarem recobertas pela vegetação.

Apesar de demarcar a presença da Tradição Vieira, os cerritos também são relacionados à ocupação dos grupos de caçadores coletores pertencentes à Tradição Umbu. Esse fator leva os estudiosos a crer que a Tradição Vieira descende desses povos mais antigos, já que a

cerâmica é encontrada na parte mais superficial da estrutura dos cerritos, o que indica que esses grupos mais recentes teriam se apropriado das antigas habitações de seus antecessores, porém, diferente deles, praticavam a agricultura e fabricavam recipientes de barro (ROGGE, 2004, p. 103-104).²⁰

A cerâmica era muito utilizada entre os grupos, principalmente para cozer os alimentos. Tinha características decorativas simples e suas paredes eram finas, para que o calor facilitasse o cozimento dos alimentos. Schmitz diz que ela é “praticamente sem decoração, aos poucos a superfície externa se cobre de pequenas depressões rasas produzidas com a polpa do dedo, no final a impressão de cestaria, ou sua imitação por outras técnicas, toma certo impulso. Esta última decoração tem alguma semelhança com a da tradição Taquara” (2006, p. 109).

No que se refere à indústria lítica, “temos pedras com covinhas, pedras com facetas polidas, polidores e percutores, que podem estar relacionados com o esmagamento de cocos, a trituração de alimentos, o preparo de couros; lascas e furadores toscos podem ser de utilidade múltipla; machados escassos serviriam para trabalhar madeira ou fazer roças” (SCHMITZ, 2006, p. 109). Devido à quantidade de ossos encontrados nos assentamentos, supõe-se que eram utilizados em larga escala para confeccionar alguns tipos de artefatos, como pontas de flecha e lança, furadores e também anzóis, já as conchas recolhidas da pesca eram utilizadas como adornos corporais.

Embora possuam características semelhantes em vários aspectos, a Tradição Taquara, a Tradição Tupi-guarani e a Tradição Vieira buscaram as melhores formas adaptativas ao meio que exploravam, confeccionando e aperfeiçoando técnicas visando à subsistência dos grupos. Nas palavras de Rogge, resumidamente, pode-se afirmar que

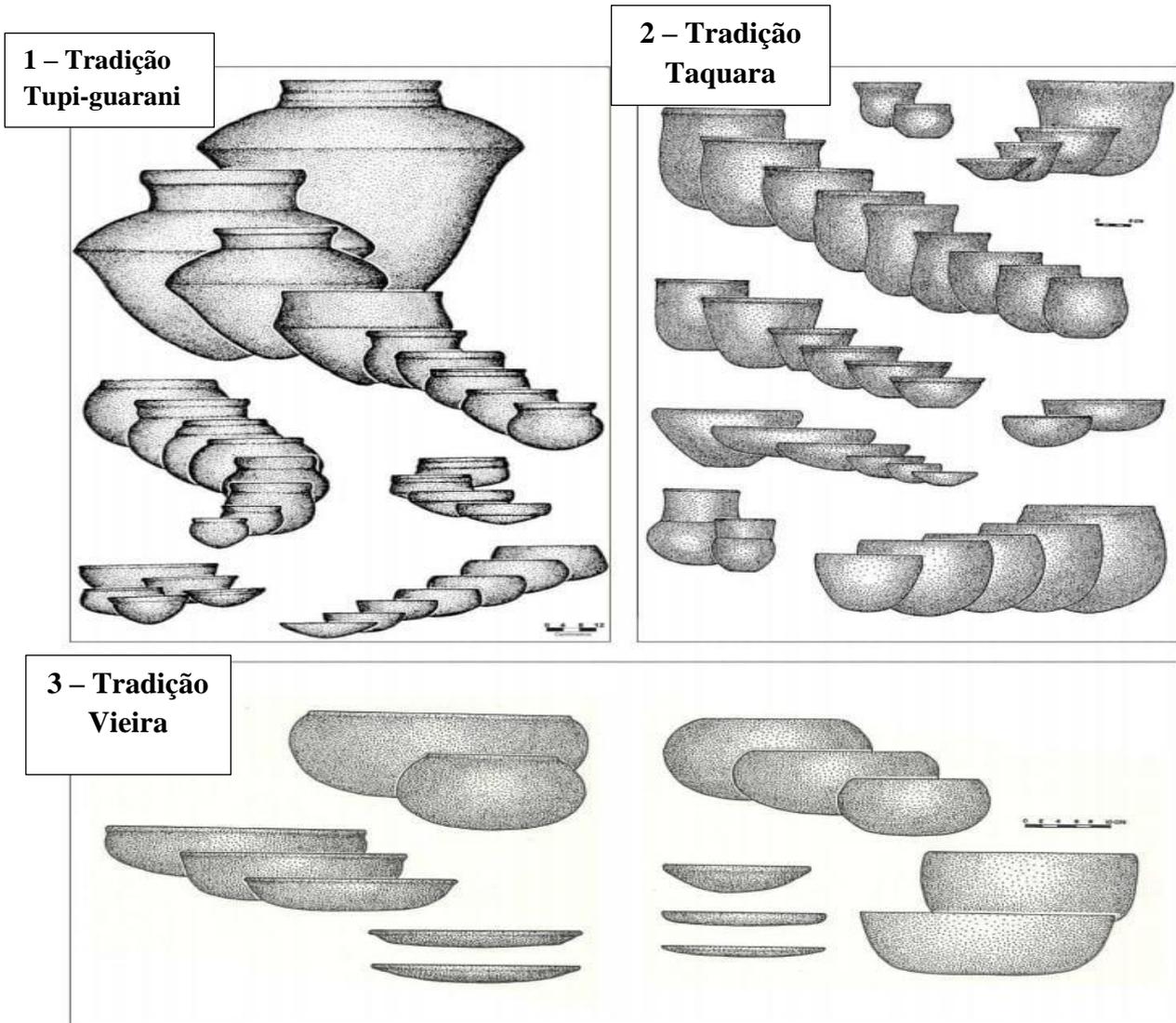
os sítios da tradição Taquara são encontrados, principalmente, nas áreas altas do Planalto, associados à mata mista com pinheiros; os sítios da tradição Vieira apresentam uma distribuição que coincide, por um lado, com as áreas de campos da Campanha e, por outro, as áreas alagadiças em torno das grandes lagoas litorâneas; finalmente, os sítios da tradição Tupi-guarani distribuem-se ao longo das áreas cobertas por mata subtropical, que ocorrem principalmente nas várzeas férteis das bacias dos Rios Uruguai e Jacuí (2005, p. 19).

Ainda que tenham ficado evidentes as diferenciações organizacionais dos grupos através das narrativas, a imagem abaixo (FIGURA 6) visa ilustrar aspectos que demarcam e evidenciam a principal particularidade (a cerâmica) que, como já dito anteriormente, determina as Tradições

²⁰ Diferentemente das Tradições Taquara e Tupiguarani, a Tradição Vieira não ocorre no município de Vista Alegre do Prata/RS.

e Fases dos grupos humanos que viveram no Rio Grande do Sul antes da chegada do colonizador europeu.

Figura 6 – Comparativo de recipientes cerâmicos



Fonte: SCHMITZ apud VICROSKI (2012, p. 24).

Mas foi devido ao impacto da presença europeia no Sul do Brasil que houve uma drástica mudança na organização dos povos pré-coloniais, devastando as populações com epidemias, escravidão, massacres, etc, que reduziram as populações Jês e Guarani a pequenos e dispersos grupos. Sobre isso, Noelli diz que “as epidemias, paralelamente, contribuíam para desorganizar as estruturas sociais e a organização do trabalho em cada assentamento, bem como desestruturar as redes de alianças regionais, expondo as populações aos ataques militares europeus e de outros povos indígenas” (2000, p. 260).

Foi com esse crescente decréscimo populacional que o Governo Provincial do Rio Grande do Sul conseguiu estabelecer colônias europeias a partir do século XIX, com a ideia de ocupar as “áreas vazias”. Foi esse contato – nem sempre amigável – que ocasionou alterações nos padrões habitacionais e o quase desaparecimento da confecção da cerâmica devido à adoção de recipientes de material mais resistente.

A busca por novas áreas para plantio de lavouras ou para a criação de gado, bem como para o estabelecimento de novos núcleos populacionais e ainda a abertura de estradas, fez com que cada vez mais as tribos indígenas das várias etnias, que ainda persistiam nos seus respectivos ambientes, tivessem seus territórios reduzidos e o seu contingente populacional diminuído²¹ (DIAS, 2004, p. 50).

Houve resistência e luta pela terra que lhes era de direito, porém, os que restaram foram gradativamente empurrados para o que hoje conhecemos como Reservas Indígenas. Constrói-se a imagem do indígena como um indivíduo selvagem e incivilizado, tanto que os “grupos indígenas culturalmente diversos, provenientes de distintas etnias e troncos linguísticos, são minimizados no discurso popular, no que diz respeito ao processo colonizatório” (LAROQUE; WEIZENMANN, SCHAEFFE, 2019, p. 105).

1.4 A formação do município de Vista Alegre do Prata/RS

É impossível descrever a formação do município de Vista Alegre do Prata sem analisar o contexto da Europa, mais especificadamente, os movimentos imigratórios dos séculos XIX e XX. Na “primeira metade do século XIX [...] grande quantidade de imigrantes foram para diversas partes do mundo à procura de uma vida melhor, muitos seguiram para as Américas, para países como Brasil, Estados Unidos”, etc. (OLIVEIRA, 2004, p. 93).

Dentre muitos outros fatores, “o movimento derivou de razões demográficas da implantação do sistema capitalista, da crise agrícola que alcançou seu piso na década de 1880 e da escassez de moeda circundante” (CONSTANTINO, 2007, p. 397). A grande maioria dos indivíduos advinham de regiões pobres e eram pequenos agricultores, incapazes de manter seu próprio sustento devido ao pouco que produziam e à desvalorização de seus produtos no mercado, como consequência da crescente exportação de outros países. Sem contar que o artesanato que produziam para ajudar no sustento não era suficiente para competir com os

²¹ Cabe salientar que a população indígena tem aumentado nos últimos anos. Segundo resultados do Censo Demográfico realizado em 2010 pelo IBGE, a população indígena é de 817.963. Para maior aprofundamento, acessar o site: <http://www.funai.gov.br>

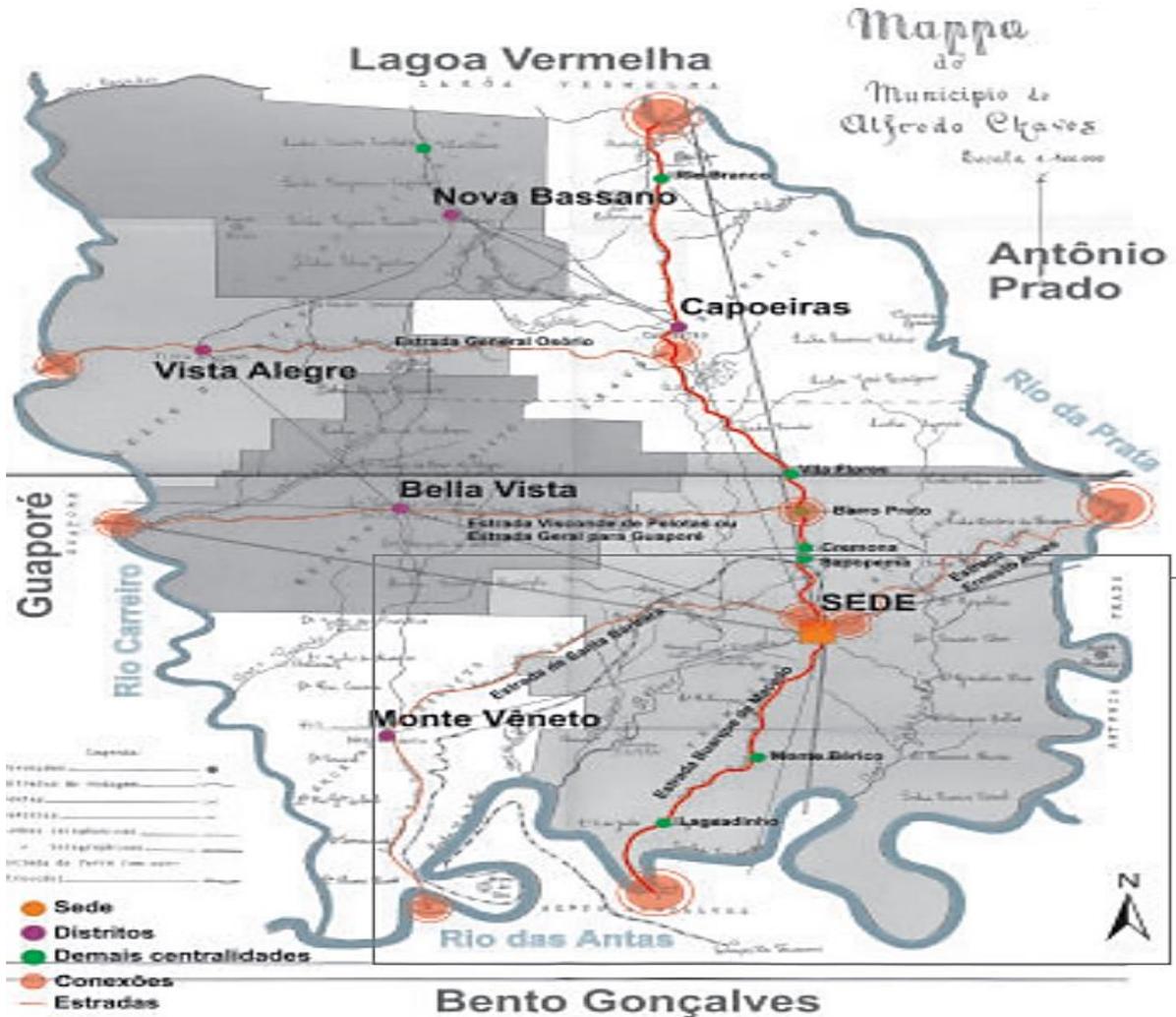
produtos fabricados nas grandes indústrias – que já não mais conseguiam suprir a mão de obra humana. Assim, havia um considerável número de desempregados.

O Governo Imperial brasileiro e o Governo Provincial do Rio Grande do Sul souberam tirar proveito da situação europeia e passaram a incentivar a vinda de imigrantes para o país. O interesse do governo brasileiro “era povoar as ‘áreas vazias’, leia-se, que não estivessem ocupadas por populações que se enquadrassem na classificação de ‘civilização ocidental’” (PASTRE, 2015, p. 6). O Brasil, naquele momento, possuía sua população majoritariamente composta por negros, indígenas e mestiços, por isso era necessário “branquear” a população. Ainda, com o fim da escravidão, em 1889, objetivavam substituir a mão de obra escrava pela mão de obra livre, a fim de suprir a busca de trabalhadores, especialmente nas grandes plantações cafeeiras.

A estratégia foi, então, a criação de colônias no interior dessas áreas aparentemente remotas, onde os imigrantes receberiam terras e demais subsídios necessários para seu sustento. Assim, entre tantas outras, fundou-se a Colônia Alfredo Chaves²², que foi subdividida em pequenos distritos (MAPA 2), sendo Vista Alegre o 6º distrito.

Mapa 2: Colônia Alfredo Chaves e seus distritos.

²² Atual Veranópolis.



Fonte: Dicionário Histórico Geográfico Estatístico do Município de Alfredo Chaves, 1987, adaptado Raquel Lago (2014). Disponível em: http://www.jovenspesquisadores.com.br/2014/restrito/uploads/posters/2014/Raquel_Lago_1407111138.pdf. Acesso em 15 set. 2020.

Com essa nova leva de imigrantes, Detogni afirma que:

[...] o projeto imigrantista implementado na área em estudo obedeceu à aculturação, ou seja, na medida em que uma cultura é substituída por outra, nesse caso o estabelecimento de novas colônias acarretou uma substituição cultural e identitária da cultura primitiva e local pela cultura europeia a partir de então presente nesta região (2006, p. 30).

Em outras palavras, os antigos residentes foram obrigados a ceder espaço aos novos habitantes, contrariando a ideia de Becker, que afirma que durante a formação das colônias que hoje compreendem Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Garibaldi²³, “o problema da partilha das

²³ Anteriormente denominadas de Colônia Dona Isabel, Colônia de Caxias e Colônia Conde D’Eu, foram colonizadas anteriormente à Colônia Alfredo Chaves, que foi criada – dentre outros fatores – devido ao fato de suas vizinhas mais velhas já estarem lotadas.

terras e da concentração dos índios fora superada” (BEKER apud DETOGNI, 2006, p. 28). Muito pelo contrário, não havia escolha para as sociedades indígenas a não ser abandonar suas moradias, a resistência era o caminho para o massacre das comunidades, daí o desaparecimento de muitas delas.

Sobre a inserção geográfico-paisagística da localidade onde se formou a Colônia Alfredo Chaves – no que hoje conhecemos como Serra Gaúcha, localizada na região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul –, os imigrantes poloneses e italianos foram destinados para às áreas “acima das velhas colônias alemãs. Seu relevo é acidentado, seu clima, mais fresco e úmido, seu solo, exposto a uma erosão mais intensa” (ROCHE, 1969, p. 195). Portanto, pode-se dizer que as condições desses novos imigrantes eram mais inconstantes e difíceis que nas regiões teuto-brasileiras.

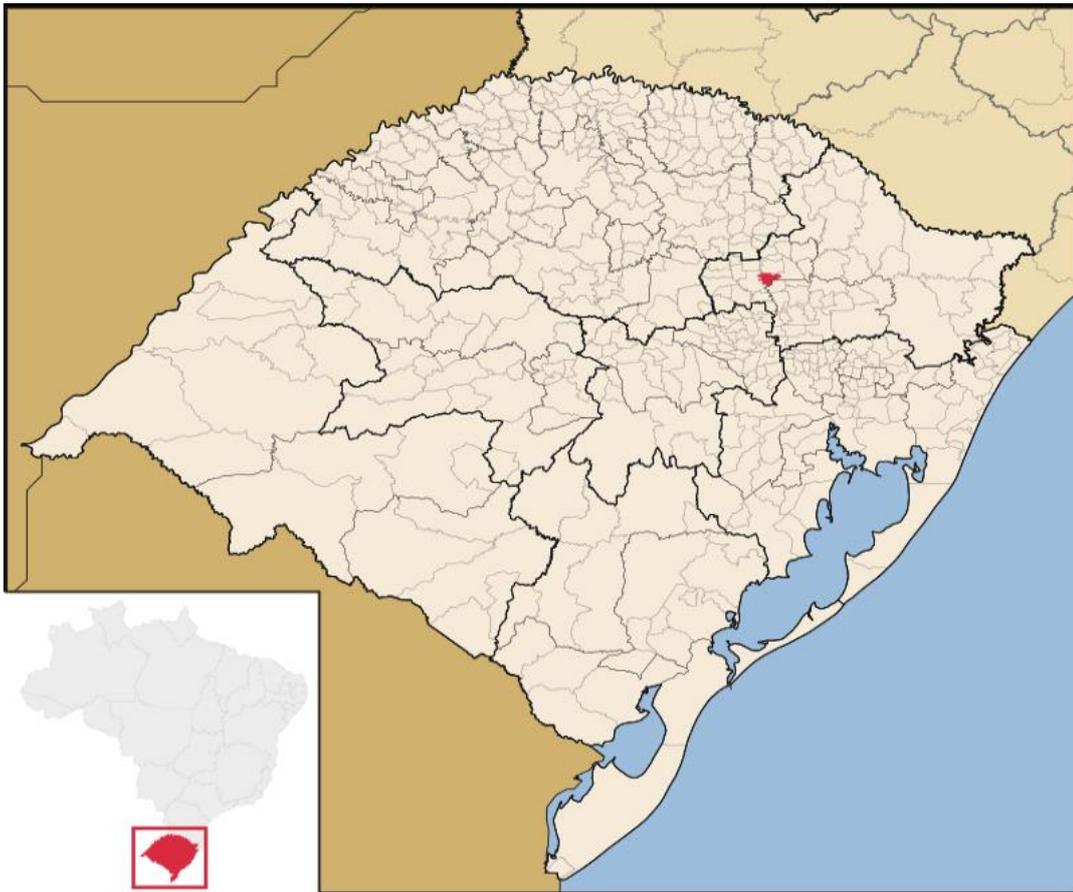
Devido aos verões quentes e aos invernos rigorosos, em que é comum a ocorrência de geadas, o clima define-se como subtropical, com chuvas regularmente distribuídas ao longo do ano. A vegetação é composta por pinheirais e por mata subtropical, cujos rios e afluentes fazem parte da Bacia Hidrográfica do Guaíba. Detogni, sobre a delimitação geográfica da área em análise, diz que:

[...] a colônia de Alfredo Chaves em quase sua totalidade [...], fazia limites ao Norte, pelo arroio Caçador e por uma linha seca indo até o rio da Prata; a Leste o limite com a colônia Antônio Prado, através do rio da Prata; ao Sul com Bento Gonçalves, pelo rio das Antas e a Oeste com o Município de Guaporé através do rio Carreiro. Nota-se que o antigo território de Alfredo Chaves em quase sua totalidade estava circundado pelos maiores rios da região, ou seja, Antas, Prata e Carreiro.

Atualmente o núcleo original da colônia Alfredo Chaves com a gradual emancipação de distritos, está dividido nos seguintes Municípios: Veranópolis, Nova Prata, Nova Bassano, Cotiporã, Fagundes Varela, Protásio Alves, Vila Flores e Vista Alegre do Prata (2006, p. 31).

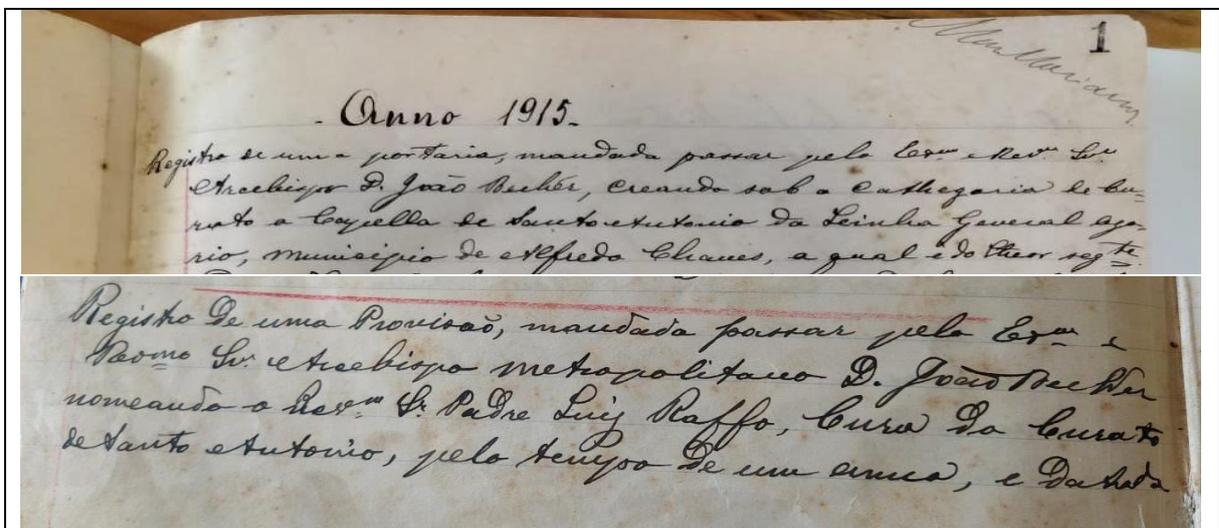
Em meio a esse cenário, atualmente fazendo parte da Microrregião de Guaporé e localizado na Encosta Superior do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, Vista Alegre do Prata faz limite ao norte com o município de Nova Bassano, ao sul com Fagundes Varela, a leste com Nova Prata e a oeste com Guaporé (GALEAZI, 2004, p. 74). Assim, o atual município de Vista Alegre do Prata (MAPA 3) teve sua formação a partir dessas correntes imigratórias (italianas e polonesas) vindas da Europa no final dos anos de 1880.

Mapa 3 - Localização do atual território do Município de Vista Alegre do Prata.



Fonte: Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vista_Alegre_do_Prata. Acesso em 14 set. 2020.

Figura 7 – Criação do Curato de Santo Antônio



Ano de 1915

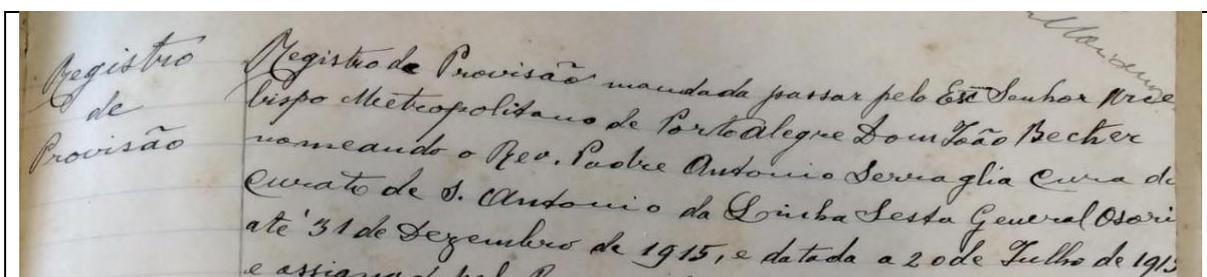
Registro de uma portaria, mandado passar pelo Arcebispo D. João Becker, criando sob a categoria de Curato a Capela de Santo Antônio da Linha General Osório, município de Alfredo Chaves...

Registro de uma Provisão, mandado passar pelo Arcebispo metropolitano D. João Becker nomeando o Reverendo Sr. Padre Luiz Raffo, Cura do curato de Santo Antônio...

Fonte: Livro Tombo 1, p. 1.

Iniciado o século XX, o 6º distrito da Colônia de Alfredo Chaves já contava com um número significativo de habitantes, que começaram a construir igrejas e capitéis para manter vívida a fé católica naquele ambiente remoto. Foi então que, em 1915, Vista Alegre tornou-se um Curato²⁴ da Colônia Alfredo Chaves (FIGURA 7), onde fundaram-se as primeiras sete capelas: São Roque; São Jorge; Nossa Senhora dos Anjos; Nossa Senhora da Pompeia; Sagrado Coração de Jesus; Sagrado Coração de Maria; São Bernardo²⁵. Elevado à categoria de Curato por ordenação do Arcebispo da época, D. João Becker, estabeleceu-se em 10 de janeiro de 1915 o primeiro Cura²⁶, o Padre Luiz Raffo.

Figura 8 – Nomeado Cura o Padre Antônio Serraglia.



Registro de Provisão mandado passar pelo Ex. Senhor Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre Dom João Becker nomeando o Rev. Padre Antônio Serraglia Cura do Curato de S. Antônio da Linha Sexta General Osório até 31 de dezembro de 1915, e datada a 20 de julho de 1915.

Fonte: Livro Tombo 1, p. 3.

Como mostra o documento acima (FIGURA 8), meses depois, em 20 de julho de 1915, foi indicado um novo Cura para o Curato de Santo Antônio, o Padre Antônio Serraglia, que permaneceu até o início de dezembro do mesmo ano, quando assumiu um novo Cura – cuja importância está expressa no nome da primeira escola estadual construída na sede do distrito – o Padre João Antônio Peres (FIGURA 9).

O Padre João Antônio Peres chegou ao Curato de Santo Antônio aos 5 de dezembro de 1915 (LIVRO TOMBO 1, p. 6). Foi durante a administração de Monsenhor Peres que, em 31 de janeiro de 1916, por ordem do Arcebispo, fora modificado o titular do Curato de Santo

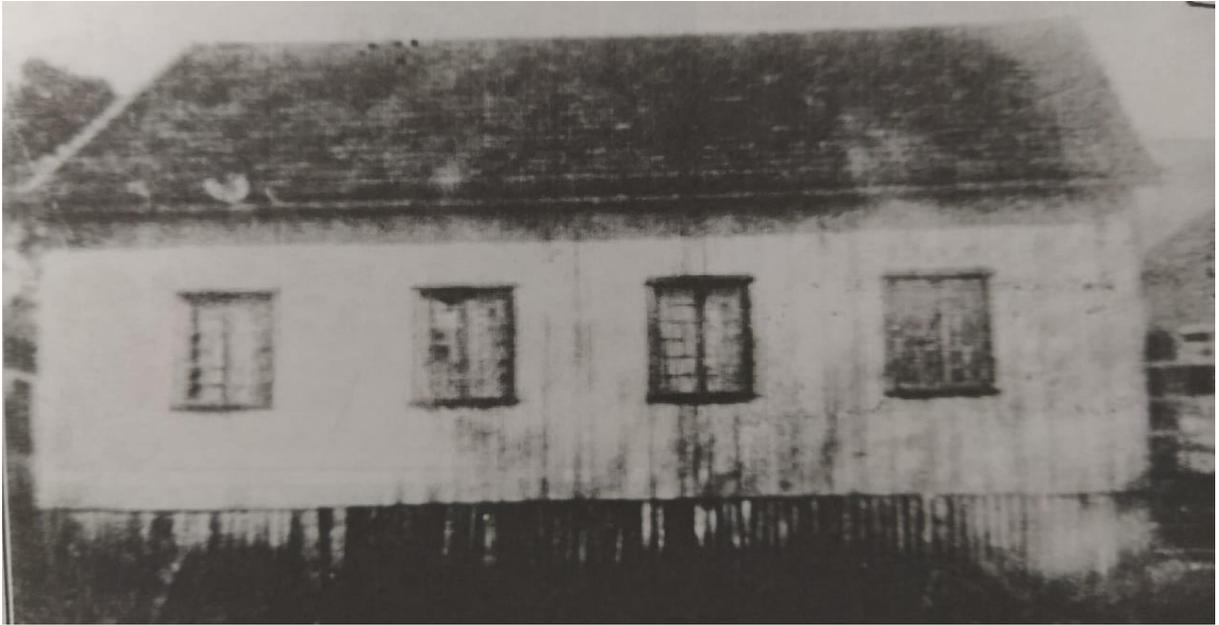
²⁴ Termo de origem religiosa, usado para designar povoados com condições necessárias para se tornar uma freguesia, ou seja, tornar-se o distrito de um município.

²⁵ Fundaram-se outras Capelas com o passar dos anos. São elas: Nossa Senhora de Caravaggio; Santo Estanislau; São Francisco de Assis; São Liberal; Nossa Senhora do Pedancino; Nossa Senhora da Saúde; Nossa Senhora da Salete; Santa Isabel; Santo Antônio; Santo Anjo da Guarda.

²⁶ Padre responsável pelo Curato.

Antônio da Vista Alegre para São José da Vista Alegre (LIVRO TOMBO 1, p. 6). Ainda, em 8 de abril de 1921, o distrito torna-se Paróquia e deixa de ser Curato.

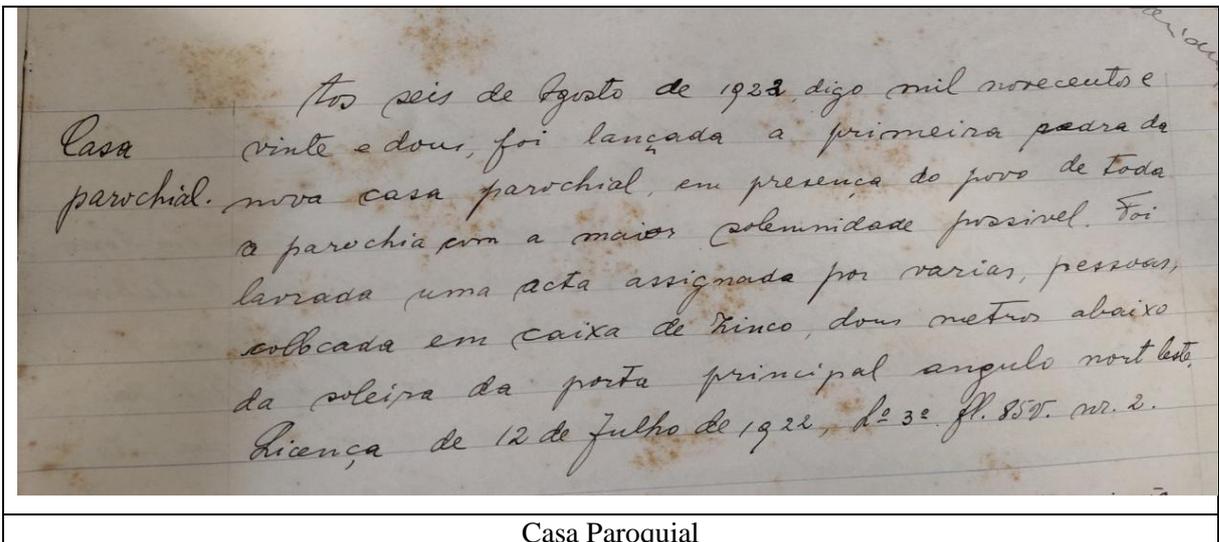
Figura 9: Primeiro prédio do Colégio Estadual Monsenhor Peres.



Fonte: GALEAZZI (2004, p. 23).

Gradativamente, o até então distrito de Vista Alegre foi crescendo e tomando forma. A primeira Igreja edificada na localidade era de madeira e foi destruída para dar espaço a uma nova, feita de alvenaria que, segundo Galeazzi (2004, p. 16), “achava-se edificada no lote nº 121 da Linha General Osório”.

Figura 10 – Construção da Casa Paroquial em alvenaria.



Casa Paroquial

Aos seis de agosto de 1922, digo mil novecentos e vinte e dois, foi lançada a primeira pedra da nova Casa Paroquial, em presença do povo de toda a Paroquia com a maior solenidade possível. Foi lavrada uma ata assinada por várias pessoas, colocada em caixa de zinco, dois metros abaixo da soleira da porta principal ângulo norte leste...

Fonte: Livro Tombo 1, p. 22.

O documento acima (FIGURA 10) atesta a cerimônia realizada em 1922, quando outra construção foi iniciada e contou com a bênção do Padre João Antônio Peres. Assim como a primeira Igreja do distrito, a primeira Casa Paroquial também era de madeira, sendo que, posteriormente, ambas foram construídas em alvenaria (FIGURA 11).

Anos mais tarde, no mesmo terreno e sob administração do Padre Alexandre Studzinki – que chegou ao distrito de Vista Alegre aos 9 de março de 1930 –, ergueu-se uma torre de madeira. Segundo o próprio Padre, foi erguida com materiais doados pelos donos das serrarias, pelos colonos e parte foi comprado com o dinheiro da própria Paróquia. A inauguração ocorreu aos 16 de agosto de 1930 (LIVRO TOMBO 1, p. 27).

Figura 11: Campanário, Igreja Matriz e Casa Canônica, foto tirada em 7 de setembro de 1939.



Fonte: GALEAZZI (2004, p. 16).

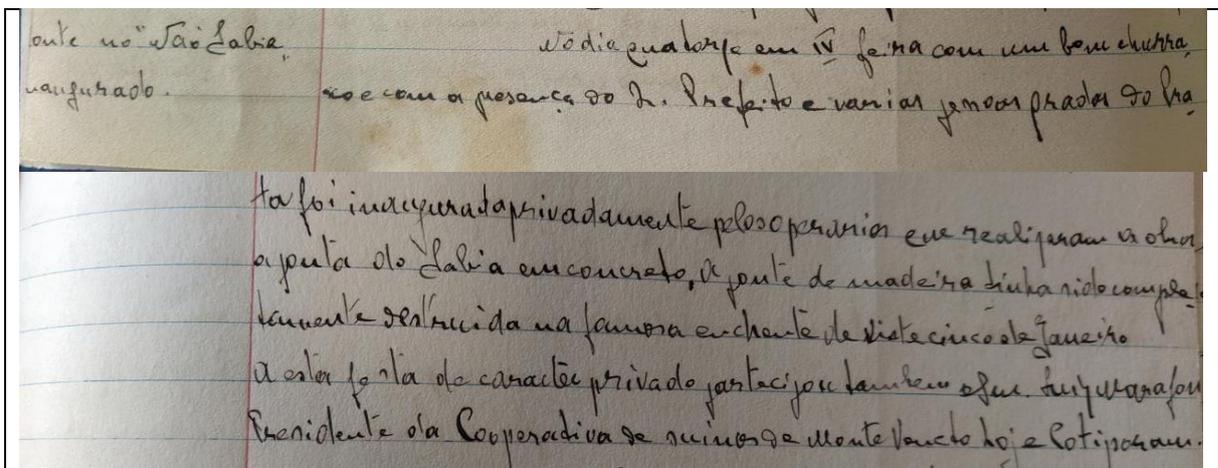
Toma posse o Padre Andre Zanettin, em 14 de maio de 1931, que construiu, em 1932, o primeiro Salão Paroquial de madeira para a realização de festas. Segundo ele mesmo, “construiu-se um belo barracão de 22x8, destinado para abrigar o povo em caso de chuva por

ocasião de festejos” (LIVRO TOMBO 1, p. 30). Nesse mesmo barracão, segundo o padre Henrique Gelain²⁷ – que tomou posse aos 7 de março de 1937 –, “no dia 21 chegou aqui uma companhia de bugres²⁸ [que] foram posar no Barracão da Matriz, com grande alegria da gurizada” (LIVRO TOMBO 1, p. 50).

Além de sua utilidade para festas, o barracão também foi utilizado como Igreja provisória durante grande parte da década de 1950, quando se deu início ao projeto e à construção de uma nova Igreja Matriz, a qual existe até hoje no município de Vista Alegre do Prata. Foi inaugurada no dia 28 de janeiro de 1959, com a presença do “Padre Henrique Salvagni²⁹ e o Senhor Bispo Diocesano Dom Benedito Zorzi” (GALEAZZI, 2004, p. 42)

Além disso, também foram construídas igrejas e escolas nas capelas do meio rural. Surgiram as primeiras ferrarias para produzir inúmeros instrumentos de trabalho de uso cotidiano, como foices, machados, enxadas, martelos, e muitos outros. Interligada à necessidade de construir casas melhores, surgiu a primeira serraria e uma marcenaria para a construção de móveis mais bem elaborados. Logo, instalou-se também uma olaria para a fabricação de tijolos. Outro evento que marcou a história do município foi a construção de uma ponte de pedra sobre o Rio Não Sabia (FIGURA 12), fortemente celebrada pelo padre Henrique Gelain, como atesta o documento.

Figura 12 – Ponte sobre o Rio Não Sabia.



Ponte no “Não Sabia” inaugurada

No dia 14 [de 1948], em uma quarta-feira, com um bom churrasco e com a presença do Sr. Prefeito e várias pessoas do Prata, foi inaugurada privadamente, pelos operários que realizaram as obras, a ponte do Sabia em concreto. A ponte de madeira tinha sido completamente destruída na famosa enchente de vinte e cinco de janeiro. A esta festa de caráter privado participou também o Sr Luiz Warafan, Presidente da Cooperativa de suínos de Monte Vêneto, hoje Cotiporã.

²⁷ Antes dele, assumiu a Paróquia o Padre Jerônimo Rossi, em 05 de julho de 1936.

²⁸ Termo pejorativo utilizado para se referir aos indígenas e seus descendentes.

²⁹ Tomou posse no dia 1 de janeiro de 1951.

Fonte: LIVRO TOMBO 2, p. 8-9.

Antes da primeira ponte de madeira, os moradores atravessavam o Rio na parte mais baixa e com menos correnteza para poder ir até a sede da Colônia a fim de vender sua produção e comprar mantimentos. Anos mais tarde, foi construída no mesmo local de passagem a ponte de madeira e, em 1948, uma ponte de pedra (FIGURA 13). Nas últimas décadas do século XX, uma nova ponte foi construída mais acima do Rio, uma vez que as constantes enchentes impediam a passagem dos moradores. Hodiernamente, sobre a antiga ponte de pedra instalou-se uma Usina Hidroelétrica.

Figura 13 – Antiga ponte de pedra sobre o Rio Não Sabia.



Fonte: Acervo da autora.

Esse crescente desenvolvimento acompanhou os movimentos emancipacionistas que ocorriam nas redondezas e desenvolveu um sentimento popular de busca por uma maior autonomia. Sobre isso, Capoeira³⁰ era o 2º distrito de Alfredo Chaves e se desmembrou da antiga sede no ano de 1924; junto a ele, uniu-se o 6º distrito de Vista Alegre, que após a criação do novo município do Prata, passou a ser o 3º distrito, sendo Nova Bassano o 2º (GALEAZZI, 2004, p. 19). Os dados da biblioteca do IBGE apontam para as diferentes denominações que o

³⁰ Atual Nova Prata.

município teve ao longo da história, sendo assim, modificou-se de Vista Alegre para Augusto Severo:

[...] alterado pelo [...] decreto estadual nº 7199, de 31-03-1938.
 Augusto Severo para Alexandre Gusmão, alterado pelo decreto-lei estadual nº 720, de 29-12-1944.
 Alexandre Gusmão para Vista Alegre, alterado pela lei municipal nº 260, de 24-04-1956.
 Vista Alegre para Vista Alegre do Prata, alterado pela lei estadual nº 8611, de 09-05-1988.³¹ (IBGE, 2009, p.1)

Além disso, cabe salientar que Vista Alegre do Prata tentou a emancipação político-administrativa duas vezes: uma em 24 de agosto de 1964, que foi revogada devido a irregularidades nos limites. Segundo Giombelli (2020), essa revogação se deu devido a um erro de datilografia, onde “o território de Vista Alegre do Prata avançou sobre o território de Guaporé”. O limite inicialmente estabelecido entre os dois municípios deveria se dar no que denominavam de “Arroio Barraco³²”, todavia, o datilógrafo da época escreveu no documento “Arroio Barracão”, sendo que este último afluente perpassava por grande parte do perímetro urbano de Guaporé e, se não tivesse sido revogado o pedido de emancipação, parte do que era o município de Guaporé seria anexado ao território de Vista Alegre do Prata (GIOMBELLI, 2020). Já a segunda emancipação, de 10 de abril de 1988, finalmente garantiu a formação do município, sendo Heitor Gabriel Giombelli o primeiro prefeito e principal responsável por ambos dos processos emancipacionistas.

Foi durante todo esse processo de formação municipal – desde a imigração até os dias atuais – que os vestígios dos residentes anteriores foram encontrados. Diferentemente da realidade de alguns dos distritos da Colônia Alfredo Chaves, os imigrantes que vieram para Vista Alegre do Prata não encontraram seus antigos habitantes³³, apenas sinais de sua existência. Visto que, possivelmente, “a fixação dos novos sujeitos estabeleceu-se a partir do ‘recoo’ dos antigos habitantes” (DETOGNI, 2006, p. 29).

Dentre as comprovações arqueológicas que apontam a presença anterior ao imigrante, tem-se a cerâmica, artefatos confeccionados em pedra, vestígios de habitações subterrâneas e

³¹ Para um melhor entendimento das especificidades das leis mencionadas, pesquisá-las no site: <https://leisestaduais.com.br/rs>

³² Determinada localidade do Rio Carreiro que, atualmente, estabelece os limites entre Vista Alegre do Prata e Guaporé.

³³ Em muitos outros casos, houve “a sobreposição das áreas destinadas aos imigrantes às áreas ocupadas por indígenas” (PASTRE, 2015, p. 1). Também ocorreram massacres e expulsões dos indígenas de suas próprias terras pelos chamados bugreiros, que eram “conhecidos como caçadores de índios e atuaram de 1836 até o início do século XX. Compunham tropas de oito a 15 homens e costumavam atacar por tocaia à noite matando os adultos, poupando apenas algumas mulheres e crianças” (SANTOS, 1973, p. 78), que se viam obrigados a partir do local.

até mesmo ocas³⁴. Hodiernamente, ainda é comum encontrar, em algumas localidades do município, artefatos líticos em meio às lavouras de plantio e nas proximidades de rios e pequenos arroios.

A espacialidade onde foram identificados os remanescentes das sociedades indígenas averiguadas é marcada pela presença de córregos e nascentes, que desaguam nos principais cursos de água do município: Rio Carreiro, Rio Negro e Rio Não Sabia³⁵.

Muitas dessas pequenas nascentes foram secadas, drenadas ou tiveram seus percursos naturais alterados para dar espaço às lavouras de plantio de soja e milho. As matas – que eram características marcantes dos assentamentos – passaram pelo processo de desmatamento com o objetivo de engrandecer as áreas de plantação e aumentar a produção agrícola.

Sobre os constantes relatos acerca dos remanescentes indígenas, Giombelli relembra as aulas de História que ministrava no Colégio Estadual Monsenhor Peres, onde, por diversas vezes, “pedindo aos alunos, muitos trouxeram fragmentos de cerâmica, alguns ricamente decorados [...] lembro especificamente de um, era um fragmento triangular e ele tinha o traçado e eu disse ‘olha a semelhança com a pintura grega’ [possuía] uma única cor visível, o preto” (GIOMBELLI, 2020).

Como já mencionado anteriormente, a população pertencente ao município de Vista Alegre do Prata é majoritariamente descendente de imigrantes italianos e poloneses, preza pela subsistência da cultura e do patrimônio de seus antepassados e, de tal forma, não se sente pertencente à história que os antecedeu.

O patrimônio histórico preservado pelo município é composto por prédios antigos, residências, grutas e capelas, todos associados ao passado colonial de formação do local. E é esse afastamento entre o imigrante e o indígena que auxilia na compreensão dos silenciamentos sobre o passado pré-colonial, na linha das reflexões de Silva: “Não há como valorizar o passado sem a tomada de consciência social, assim como não há conscientização cidadã sem o conhecimento da História” (2009, p. 327).

2. OS REMANESCENTES INDÍGENAS NO MUNICÍPIO DE VISTA ALEGRE DO PRATA/RS

³⁴ Nome dado à típica habitação indígena brasileira, o termo é oriundo da família linguística tupi-guarani. As ocas são uma estrutura composta de madeira e taquaras com cobertura de palha ou folhas de palmeira.

³⁵ Sendo que estes dois últimos se unem em um só e desaguam no Rio Carreiro no decorrer do percurso.

Destinamos este segundo capítulo para descrever os remanescentes dos grupos indígenas que habitaram o atual território de Vista Alegre do Prata/RS, realizando uma averiguação aprofundada, a partir de hipóteses de análise do acervo já encontrado e identificando o grupo étnico ao qual pertence. Além disso, busca-se apresentar a localização dos abrigos subterrâneos identificados até o momento no município. Trabalharemos de igual forma com os relatos da população local sobre o primeiro contato com as peças, visto que os artefatos fazem parte de acervos pessoais dos moradores da localidade e são conhecidos apenas por uma pequena parcela da comunidade vista-alegrense.

2.2 Aglomerado de remanescentes: Linha Bento Gonçalves e Linha General Osório

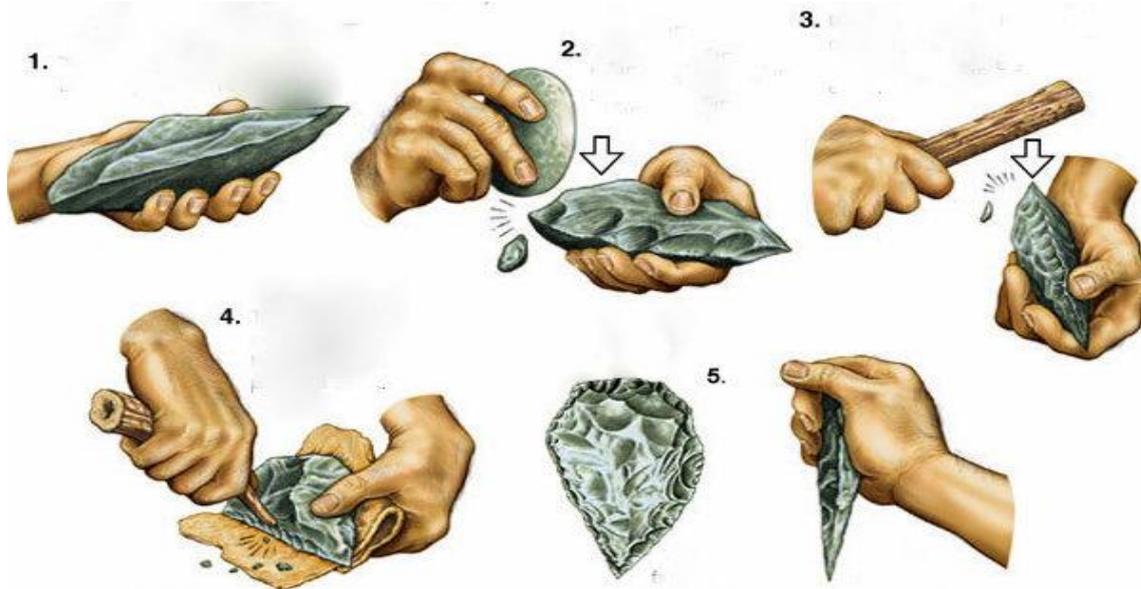
Para atender às crescentes demandas, tanto referente às atividades de caça e pesca, quanto para facilitar a vida cotidiana, “surge a necessidade de desenvolvimento de artefatos bélicos, os quais representariam a força de uma tribo à medida em que fossem mais contundentes e fabricados de maneira mais fácil e em maior quantidade” (NAVARRO, 2006, p. 2). Dessa forma, foram se desenvolvendo técnicas de lascamento³⁶ de pedras de materiais diversificados, que eram as matérias-primas para a elaboração dos artefatos. Garcia diz que

a cadeia operatória dos artefatos líticos, de um modo geral, pode ser dividida em quatro estágios: o primeiro refere-se ao momento em que a matéria-prima dispersa no ambiente torna-se massa inicial com a aquisição humana do bem mineral; o segundo estágio é o de manufatura, momento em que o homem desempenha uma série de gestos com a finalidade de obter um instrumento usual; o terceiro é o momento em que o homem faz uso do instrumento produzido; e o quarto é o abandono deste devido a fatores como quebra e desgaste, tornando-se refugo e parte de um registro arqueológico (2015, p. 2).

O primeiro processo inventado pelo homem foi o de lascamento (FIGURA 14) das matérias-primas a fim de criar um objeto. Vicoski afirma que “através do lascamento de uma pedra obtinha-se lascas extremamente cortantes, ou então um gume afiado para cavar raízes, talhar a madeira ou cortar alimentos como a carne” (2012, p. 8). O atrito entre duas pedras gerava as primeiras peças para auxiliar nas atividades desenvolvidas dentro da aldeia.

Figura 14 – Exemplificação do processo de fabricação de líticos lascados.

³⁶ A técnica de lascamento consiste em bater uma pedra em outra, objetivando destacar uma lasca.



Fonte: Disponível em: <http://tecno19999.blogspot.com/p/origen.html>. Acesso em 30 set. 2020.

Com a sedentarização, o desenvolvimento e a implantação do sistema de agricultura, houve também “uma sofisticação nos utensílios, como um aumento e/ou surgimento da produção de recipientes cerâmicos, confecção de artefatos em pedra polida, entre os quais lâminas de machados, mãos-de-pilão, além de instrumentos para quebrar caroços e moer alimentos” (VICROSKI, 2011, p. 85). Pouco a pouco, “dos machados, lanças, facas e pás primitivas, passou-se para objetos polidos, mais bem acabados e precisos” (NAVARRO, 2006, p. 4). Sobre as técnicas empregadas para o polimento das peças, Garcia diz que:

Os polidores fixos geralmente estão associados a oficinas líticas de polimento, que consistem em grandes blocos ou lajes naturais no leito de rios ou praias marinhas, onde com o uso de areia e água atritava-se os suportes a serem moldados contra essas rochas, deixando como registro arqueológico nas oficinas, marcas geralmente alongadas ou circulares em formas de bacias. Os polidores manuais foram seixo ou bloco de rochas de superfícies ásperas e ricas em sílica como granito e arenito, utilizados para causar fricção no suporte selecionado de modo a deixá-lo com a forma desejada (2015, p. 4).

Cabe ressaltar ainda que era comum haver o lascamento das peças antes do polimento, buscando extrair uma maior quantidade de matéria a fim de facilitar a etapa seguinte, que deixaria o utensílio com uma característica de alisamento (PROUS, 2002, p. 176).

Devido à carência de pesquisas acerca dos primeiros habitantes do município de Vista Alegre do Prata, não é possível o estabelecimento de um panorama de informações concretas. Esse fato levou ao questionamento da existência de comunidades indígenas no período anterior à chegada do imigrante europeu ao território, bem como a qual matriz cultural pertenciam estes

supostos antigos habitantes. As respostas somente foram encontradas quando identificadas pedras com formatos curiosos e pedaços das chamadas “panelas de bugres” em meio às lavouras de plantio, que chamaram a atenção dos agricultores e proprietários das localidades onde os remanescentes foram descobertos. Esses achados foram articulados com o contexto geral de ocupação pré-colonial do estado do Rio Grande do Sul e permitiram um mapeamento etnográfico da ocupação local.

Porém, nenhuma entidade voltada à pesquisa arqueológica foi acionada, assim como não houve uma política de resgate aos vestígios encontrados. Alguns dos agricultores acabaram recolhendo os objetos do local, levando-os para casa como se fossem objetos de coleção. Cabe ressaltar também que muitos deles sequer sabiam que as peças que recolheram – especialmente as confeccionadas em pedra – eram heranças do passado pré-colonial e comprovavam a existência de antigas habitações indígenas.

O primeiro objeto identificado (FIGURA 15) foi encontrado na Biblioteca do Colégio Estadual Monsenhor Peres, cuja finalidade era a de segurar os papéis sobre a mesa para que não voassem com o vento que adentrava pelas aberturas do recinto.

Figura 15 – Mão de Pilão pequena.



Fonte: Acervo da autora.

O objeto possivelmente é uma mão de pilão polida, “utilizado para macerar e processar diversos tipos de materiais, como coquinhos, pinhão e outros frutos” (TSCHUCAMBANG, 2015, p. 15). Possui 18 cm de comprimento, 20 cm de espessura na base mais grossa e 17 cm na base mais fina. Apresenta sinais de uso em ambas as extremidades, em especial na mais grossa, que podem ser identificados devido às pequenas fissuras presentes na pedra. O local de origem do objeto é desconhecido.

Para que seja possível compreender a distribuição dos Sítios Arqueológicos presentes no município, faz-se necessária a utilização de mapas (MAPA 4) com legendas a fim de verificar com precisão a localização onde foram encontrados os remanescentes indígenas.

Mapa 4 – Aglomerado de remanescentes indígenas.



Fonte: Acervo da autora.

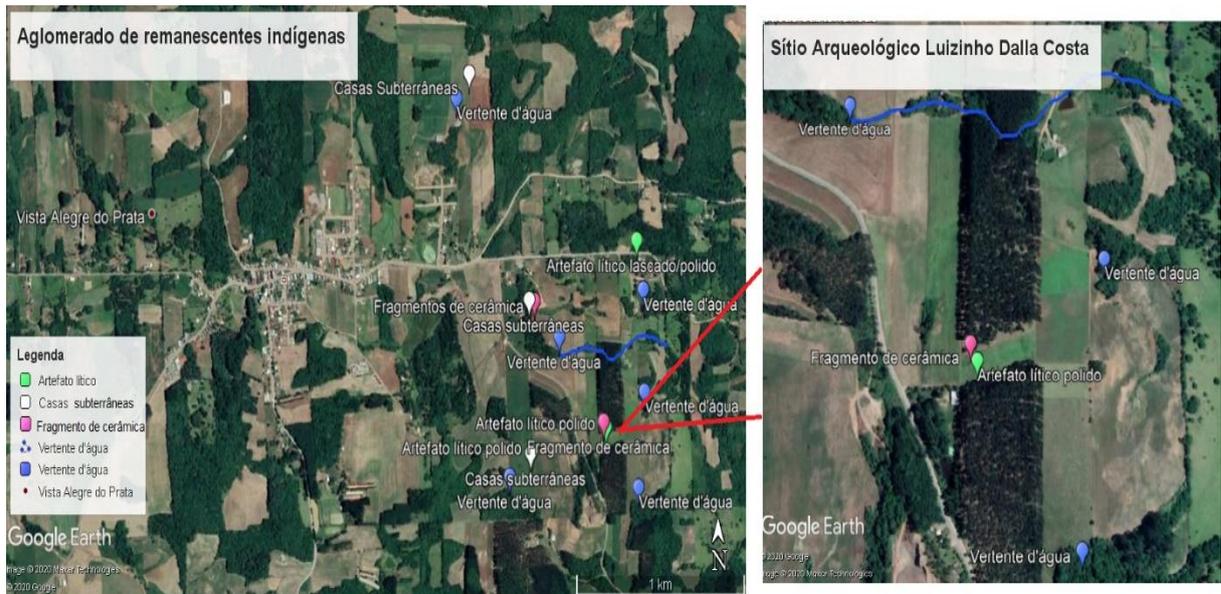
Como se pode observar na imagem anterior, em 5 localidades diferentes foram encontrados remanescentes indígenas. Esses locais ficam a cerca de 3km do centro da cidade, sendo que cada um dos lugares investigados possui em torno de 500m até 1km de distância entre si. Com base nesses dados e com as informações que já foram levantadas até o momento, supõe-se que o território em análise tenha sido ocupado pelo mesmo grupo humano, que circundava pela área de domínio quando os recursos naturais davam sinal de escassez.

A segunda peça foi encontrada na propriedade de Luizinho Dalla Costa por meio da Metodologia de Prospecção Arqueológica, visto que a população das redondezas afirmava que, na localidade, eram comumente encontrados fragmentos de cerâmica. Segundo esses relatos

Antigamente essa propriedade não era de Luizinho Dalla Costa, era do senhor Avelino Maschio, [que] era vizinho de terra do meu pai, Arcângelo Pedron. Ele sempre, na época de plantio, encontrava pedaços de panela [...] Vi vários pedaços que ele dizia que era panelas dos bugres [...] com a cor marronzinha clara [...] não tinham desenhos, eram rústicas (PEDRON, 2020).

Sobre a vegetação, afirma-se ainda que “tinha vários pés de erva-mate e depois tinha, assim, capoeira normal, não era um mato fechado. Era mais aberto por causa que ele [Avelino Maschio] plantava” (PEDRON, 2020). Já nos dias de hoje, a mata característica do local fora derrubada para abrir espaço para a plantação de eucaliptos, como o mapa a seguir (MAPA 5) representa.

Mapa 5 – Sítio Arqueológico Luizinho Dalla Costa.



Fonte: Acervo da autora.

Ao realizar o mapeamento, pode-se perceber que o assentamento se encontra em uma localidade mais elevada do que o restante do terreno circundante, sendo marcado pela presença de um pequeno córrego e de duas vertentes de água³⁷. Não foram encontrados resquícios de casas subterrâneas, mas supõe-se que foram cobertas com o tempo devido às atividades agrícolas realizadas no local. Também não foram encontrados vestígios cerâmicos na localidade apontada, apenas um fragmento de uma cunha (FIGURA 16). Sobre esse tipo de lítico, Prous afirma que era um instrumento semelhante ao machado, “mas utilizado sem cabo, como elemento intermediário numa percussão indireta. Apresenta um talão forte, para resistir aos choques. Utilizado inserido na madeira, com o gume paralelo ao sentido das fibras, para rachá-la” (2002, p. 167).

Figura 16 – Fragmento de uma cunha.

³⁷ Hoje em dia, as vertentes foram drenadas pelos donos das propriedades a fim de facilitar a distribuição de água para o gado leiteiro.

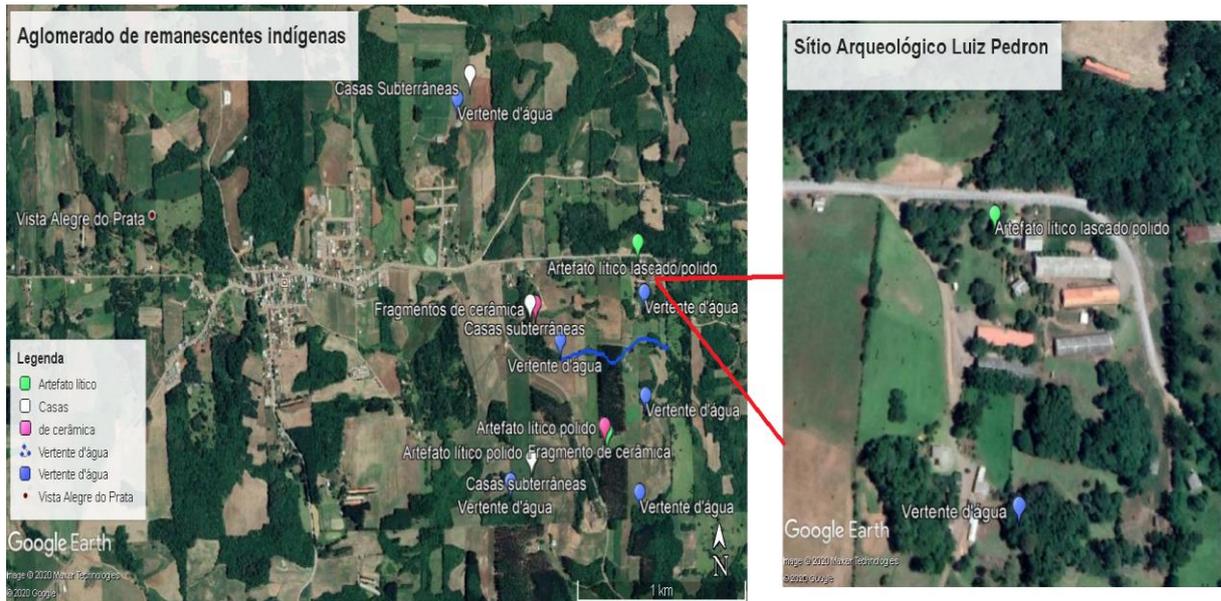


Fonte: Acervo da autora.

A peça possui 7 cm de comprimento e 4,5 cm de largura, sendo possível denotar que uma das bases fora polida de modo que formasse uma espécie de lâmina. Outro detalhe a ser destacado é que este é apenas um fragmento do que seria a peça completa, que deve ter se partido ao meio ao longo do tempo devido ao uso de maquinário pesado no desenvolvimento de atividades agrícolas.

Na propriedade de Luiz Pedron (MAPA 6), foi identificado recentemente um lítico, que foi guardado por Ivanete Ampese e Esmael Falenski na própria residência a fim de preservar a peça.

Mapa 6– Sítio Arqueológico Luiz Pedron.



Fonte: Acervo da autora.

Como pode ser observado, a peça (FIGURA 17) fora encontrada próximo às residências e à estrada. Supõe-se que, com as construções de ambas, muito do que se tinha foi perdido. Além disso, é importante destacar a forte presença de pinheirais em quase toda área próxima, bem como uma vertente de água e os mesmos padrões territoriais das localidades que já foram investigadas até o momento: elevado e plano em compensação com o restante e demarcado por uma vertente de água, que foi drenada recentemente.

Figura 17 – Raspador e polidor.



Fonte: Acervo da autora.

O objeto possui 14 cm de comprimento e 8,5 cm de largura. Aparece ter duas funções: a primeira função é de um raspador, que, segundo Kern, era utilizado para tirar ou limpar o couro de animais (2009, p. 29), visto que uma das extremidades apresentam aspectos típicos de lascamento destinado para essa funcionalidade; também tem a função de polir manualmente outros materiais, devido ao formato e alisamento característico em quase toda extensão e nos lados.

O terceiro objeto (FIGURA 18) também foi encontrado na propriedade de Luiz Pedron, e tinha a finalidade de segurar as portas da residência aberta, como uma espécie de suporte. A origem exata do objeto é desconhecida, porém, supõe-se que fora recolhido pelos proprietários na mesma localidade do artefato mencionado anteriormente.

Figura 18 – Machado lítico cinzel/ Mão-de-mó.



Fonte: Acervo da autora.

O objeto possui 22 cm de comprimento, 18,5 cm de circunferência em sua extremidade maior e 17 cm na menor, sendo que o centro da peça chega a 20 cm. É um artefato polido e que apresenta sinais de uso, visto que ambas as extremidades apresentam algumas fissuras. Pode ser que a sua utilidade seja a de um cinzel, cuja ponta característica sofreu desgaste devido ao uso. Trata-se de um “instrumento não encabado³⁸ utilizado para servir de elemento intermediário apoiado no caso de uma precursão indireta destinada a criar ou limpar cavidades estreitas” (PROUS, 2002, p. 168). Há também a possibilidade de que o artefato possa vir a ser uma mão-de-mó, cuja função se assemelha a de uma mão-de-pilão, cujo objetivo é macerar alimentos.

³⁸ Sem cabo.

O artefato seguinte (FIGURA 19) foi identificado por Darci Claudio Aléssio em sua propriedade, em meio à lavoura de plantio. Estava em sua residência e tinha a finalidade de “enfeitar” o ambiente devido ao seu formato e comprimento peculiar. Segundo ele, a peça foi encontrada enquanto ele estava trabalhando, “há 10 anos atrás [...] tinha os buracos e vim emparelhando [a terra] e achei isso aí, joguei ele no lado até que de uns 2/3 anos atrás, por bonito, levei pra casa e a minha esposa pintou ele [...] Diziam que era de um *estchantizo*³⁹, de um raio, seria uma *saetta*⁴⁰ pra nós” (ALÉSSIO, 2020).

Pode-se perceber, pelo relato do agricultor, o quanto a população local desconhece a história pré-colonial do município e como buscam explicações, de certa forma, mitológicas, para interpretar eventos que lhes são desconhecidos.

Figura 19 – Mão de pilão.



Fonte: Acervo da autora.

O objeto foi, então, identificado como uma mão de pilão, utilizado para moer alimentos, sementes, grãos, etc., como já mencionado anteriormente. A explicação que nos leva a tal conclusão se dá devido ao fato de possuir 37 cm de comprimento, 22 cm de circunferência na base maior e 17 cm de circunferência na base menor, apresentando particularidades divergentes da outra peça identificada anteriormente, visto que essa possui um maior comprimento e largura, possivelmente utilizado para esmagar alimentos mais duros. Sobre esse tipo de peça, Kern (2009 p. 45-46) afirma que:

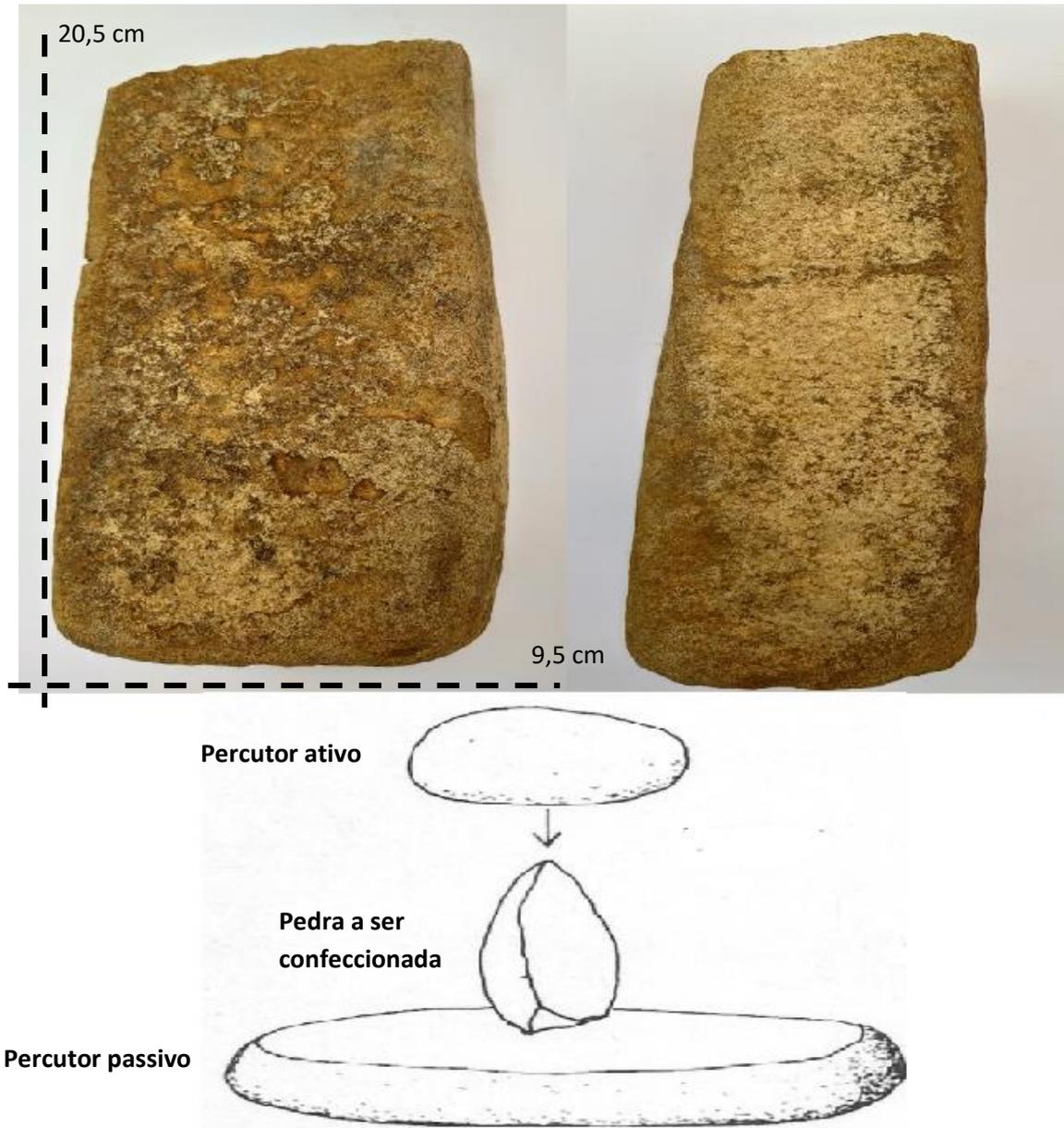
³⁹ No dialeto italiano da região, *estchantizo* significa relâmpago.

⁴⁰ Segundo a crença popular, *saetta* era uma pedra com formato peculiar, que fora moldada por um raio que caíra sobre ela durante um temporal.

Os artefatos mais característicos [dos grupos Jês/Kaingang] foram denominados de “mão-de-pilão”, longos blocos de diabásio diaclasado, que alcançavam de 20 até 70 ou 80 cm de comprimento e foram submetidos a um processo de polimento que não chegava muitas vezes a fazer desaparecer completamente as arestas da peça original. São raros de serem encontrados nos sítios arqueológicos, mas os moradores locais descobriram casualmente dezenas de artefatos deste tipo na área de ocupação desta cultura.

Além da mão de pilão, foi identificado na localidade um outro objeto, cuja finalidade não se encaixa no que chamamos de “artefato ativo” (como machado, cunha, ponta de flecha, pilão, etc), mas sim no que denominamos de “artefato passivo”. Nesse caso específico, o objeto era utilizado para produzir outros artefatos, sendo então denominado de percutor passivo (FIGURA 20).

Figura 20 – Percutor passivo.



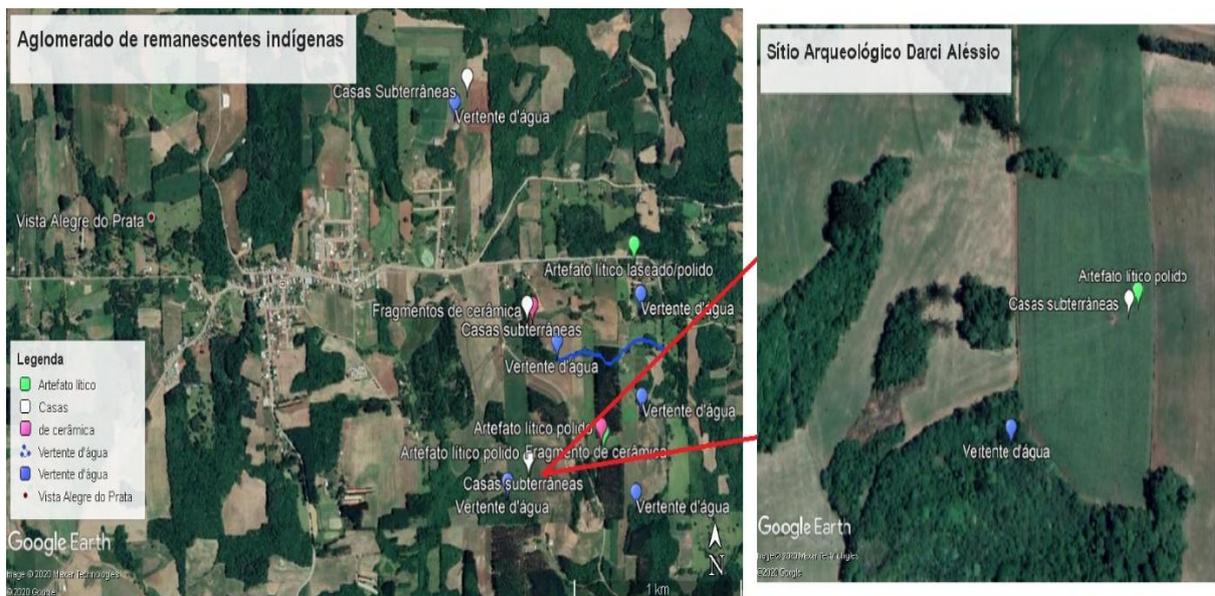
Fonte: Fotografia da autora e Ilustração de PROUS (1985, p. 110)

Um percutor passivo era utilizado como uma espécie de base, sobre a qual era colocada a pedra que se desejava lascar. Assim, “as lascas são uma porção de rocha removida de uma peça objetiva pela percussão ou pressão” (ANDREFSKY apud NEUBAUER, 2009, p. 24). Esse processo de lascamento, que necessitava de uma base para adquirir os resultados esperados, é chamado pela arqueologia de técnica bipolar, em que, segundo Prous, “o bloco a ser debitado é colocado sobre uma bigorna e em seguida golpeado violentamente pelo batedor” (1992, p. 67-68). Ou seja, o indivíduo usava uma terceira pedra para bater na segunda, gerando um impacto simultâneo no lado de cima e também no de baixo, originando uma lasca. Dessa forma,

supõe-se que o objeto em análise tenha essa finalidade devido às marcas de picoteamento apresentadas em ambos os lados, possuindo 20,5 cm de comprimento e 9,5 cm de largura

Na localidade em análise (MAPA 7), o proprietário ainda afirma que “tinha buracos, tipo um pocinho, que nós andando com os grampos [e] com o trator [tentamos] cobrir esses buracos” (ALÉSSIO, 2020). Ou seja, segundo o relato, possivelmente havia casas subterrâneas indígenas onde as peças foram encontradas, bem como pedaços de cerâmica, “todas quebradas, com a cor marronzinha clara, e nos ajuntávamos as pedras pra plantar soja e jogávamos tudo dentro do buraco” (ALÉSSIO, 2020).

Mapa 7 – Sítio Arqueológico Darci Aléssio.



Fonte: Acervo da autora.

O terreno onde a peça foi encontrada é uma área mais aplanada e elevada do que o restante do local, próximo de uma vertente de água. Sobre a antiga vegetação, o proprietário afirma que “sempre teve erval, erva-mate” (ALÉSSIO, 2020). Hoje os ervais foram destruídos para abrir espaço para a plantação de produtos que geram maior fonte de renda, como o milho e a soja.

O lítico seguinte (FIGURA 21) também foi encontrado devido às indicações da população local, que afirmavam a ocorrência de “buracos e panelas de bugres” na propriedade de Arlindo Boschi (in Memoriam). A peça estava na residência da esposa, Lourdes Boschi, que havia guardado junto com alguns fragmentos de cerâmica, mas estes últimos não foram

encontrados. O local exato de origem da peça é desconhecido, mas sabe-se que provêm da propriedade.

Figura 21 – Machado lítico.



Fonte: Acervo da autora.

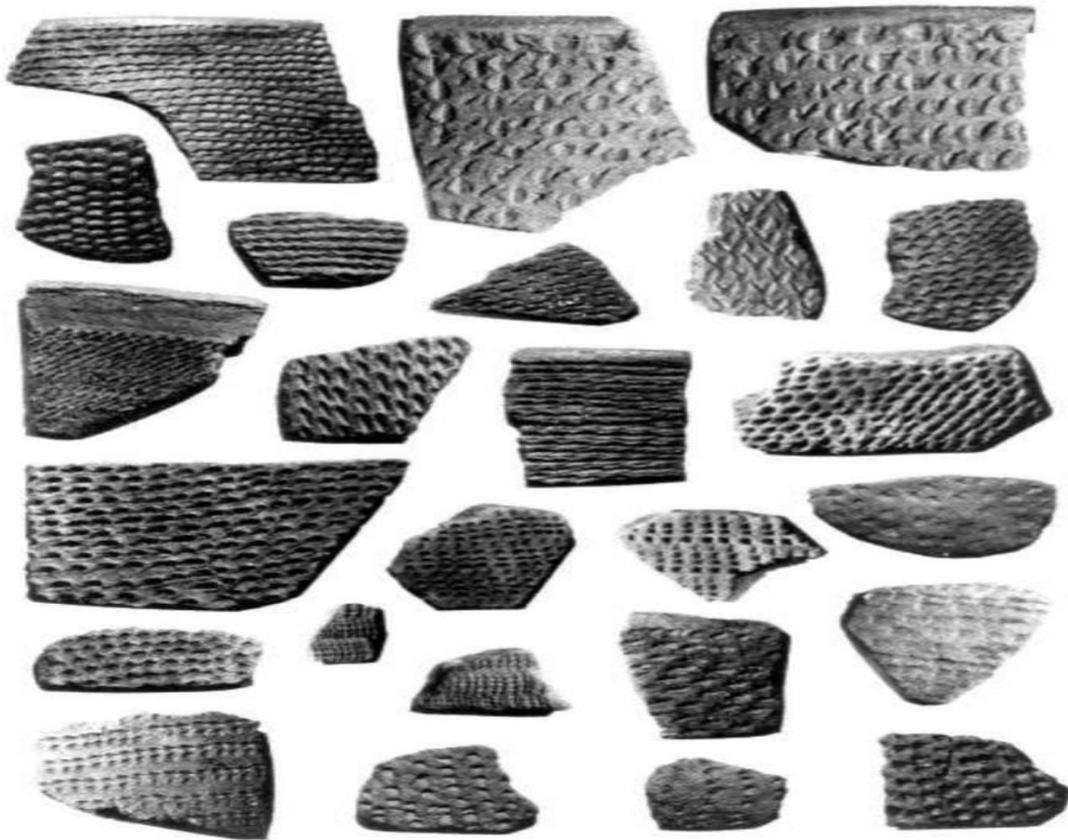
Com 18,5 cm de comprimento e 6 cm de largura, a peça identificada possivelmente tinha duas funções: uma espécie de machado, devido às fissuras presentes nas extremidades; e também uma ferramenta utilizada para polir outros materiais, visto que é possível observar que em ambos os lados possui um alisamento que é ausente no restante do corpo do objeto. Sobre esse alisamento característico, Lourdes Boschi diz que o marido, Arlindo Boschi “dizia que eles [os índios] acendiam o fogo com essa pedra” (BOSCHI, 2020).

Aléssio (2020) ainda afirma que, quando ia trabalhar na propriedade de Arlindo Boschi, auxiliando na colheita da erva-mate, era possível ver os “buracos de bugre” em meio à plantação. Sobre o tamanho e quantidade de casas subterrâneas, Boschi (2020) afirma que havia três, uma ao lado da outra, com aproximadamente 4 metros de comprimento. Dentro desses buracos, a proprietária afirma que plantava abóboras durante o ano. Quanto às cerâmicas, ela

diz: “foi o meu marido [Arlindo Boschi] que achou, não era muito grande, só que era bonito, todos furadinhos, enfeitados, acho que eles faziam, parecia até feito com um prego [...] e por dentro era lisa [...] A cor dela era mais escurinha que essa terra, cor pinhão” (BOSCHI, 2020).

Apesar das informações dadas serem muito vagas para que seja possível analisar com maior aprofundamento, supõe-se que devido à presença das casas subterrâneas na localidade e a descrição da proprietária, a cerâmica possivelmente pertence aos povos da Tradição Taquara/Jês, como Schmitz aponta na ilustração (FIGURA 22).

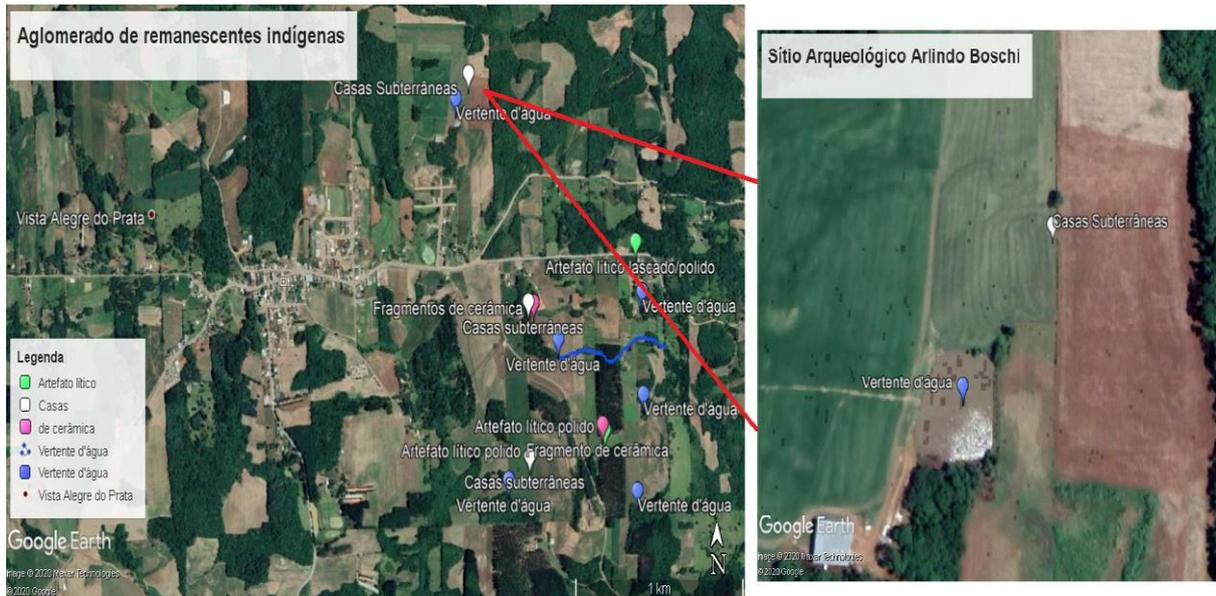
Figura 22 – Tipos de cerâmicas da Tradição Taquara que apresentam perfurações.



Fonte: SCHMITZ (2006, p. 97).

Outra comprovação da hipótese formulada acima é que se percebe que o território (MAPA 8) possui os mesmos padrões habitacionais dos povos Jês, sendo notável a presença de pequenas vertentes de água e a escolha de terreno para a construção das habitações, mais elevado em relação às demais áreas do entorno.

Mapa 8 – Sítio Arqueológico Arlindo Boschi.



Fonte: Acervo da autora.

Cabe destacar também que a presença dos pinheirais e ervais – que eram características marcantes da propriedade – desapareceram por completo devido às práticas de desmatamento. Já sobre a vertente d’água, um açude fora construído sobre ela, interrompendo seu percurso natural.

Finalizando a averiguação dos assentamentos próximos ao centro da cidade, têm-se a propriedade de Valter Boschi, cuja comunidade destacou a presença de “buracos e painelas de bugres”. Na localidade, era comum encontrar “pedaços de panela quebrada [...] tudo trabalhado com unhas, com a ponta das unhas” (MILESKI, 2020). Sobre isso, Kern diz que se trata de uma decoração que ilustra bem os padrões de confecção cerâmica dos Jês/Kaingang, uma vez que apresenta “leves marcas de dedos (digitado), algumas marcas de unhas (ungulado arrastado), marcas de um pequeno objeto pontudo (ponteadado), marcadas de unhas colocadas lado a lado como se a cerâmica tivesse sido levemente beliscada” (2009, p. 46-47). Nesta mesma localidade⁴¹, Giombelli (2020) relembra as narrativas feitas pela sua mãe, Iolanda Scalco Giombelli, e afirma que “encontravam restos de cerâmica, inclusive ricamente decorados”.

Porém, ao realizar a Metodologia de Prospecção Arqueológica buscando investigar os relatos, não foram encontrados fragmentos cerâmicos, mas sim um complexo de 3 a 4 casas subterrâneas e semisubterrâneas, sendo uma delas (FIGURA 23) facilmente visível por fotografia.

⁴¹ A atual propriedade de Valter Boschi pertencia, anteriormente, à família Scalco.

Figura 23 – Casa Subterrânea.



Fonte: Acervo da autora.

A maior e mais nítida das casas encontradas possui em média 5 metros de circunferência, sendo difícil a localização e visualização devido ao matagal e às capoeiras que nascem dentro e no entorno. Também sobre as dificuldades de se identificar as casas subterrâneas, Vicoski (2012, p. 16) afirma que são facilmente confundidas com buracos causados pela queda das árvores, já que perderam suas características originais devido à queda do telhado e aos agentes naturais, como vento, erosão, chuva, vegetação etc.

Cabe destacar também que o território (MAPA 9) onde se encontra é marcado pela presença de pinheirais e por um pequeno córrego que se estende por quilômetros até desaguar no Rio Negro. Além disso, o complexo de casas subterrâneas encontra-se em um território com as mesmas particularidades já verificadas até então.

Mapa 9 – Sítio Arqueológico Valter Boschi.



Fonte: Acervo da autora.

Embora não tenham sido encontrados fragmentos de cerâmica que possibilitem mapear com precisão o grupo étnico, supõe-se, por fim, que o conjunto de localidades averiguadas até aqui encaixa-se nos padrões habitacionais de Tradição Taquara, sendo eles povos de matriz cultural Jê. Além disso, os acervos líticos verificados e os relatos da população acerca da cerâmica tendem a reforçar as hipóteses levantadas. O que também nos leva a essa conclusão é a presença de casas subterrâneas e particularidades do terreno.

2.3 Remanescentes do Sítio Arqueológico Falenski e do Sítio Arqueológico Périco Soster

Antes de adentrar em aspectos mais aprofundados acerca dos remanescentes indígenas identificados na propriedade de Esmael Falenski, faz-se necessário ponderar brevemente acerca de um artefato encontrado por ele mesmo enquanto pescava nas proximidades do Rio Carreiro.

O objeto (FIGURA 24) apresenta características distintas das já trabalhadas até agora, com um formato que varia do oval para o redondo, que acaba por confundir quando se pensa sobre qual sua verdadeira funcionalidade para o grupo ou para o indivíduo que a produziu.

Dentre os questionamentos, têm-se a hipótese de que pode ser um machado ritualístico utilizado por algum membro importante de um grupo que habitou as proximidades do Rio Carreiro; um tipo de adorno corporal; ou ainda uma espécie de objeto cuja finalidade é de “pesos de anzol, adornos ou pesos de rede”, como aponta Turchetti (2018, p. 103). Dessa forma, supõe-se que essa última hipótese possa ser mais viável, já que foi encontrado nas margens de um rio.

Figura 24 – Adorno corporal/ Machado circular para fins ritualísticos/ Instrumento de pesca.



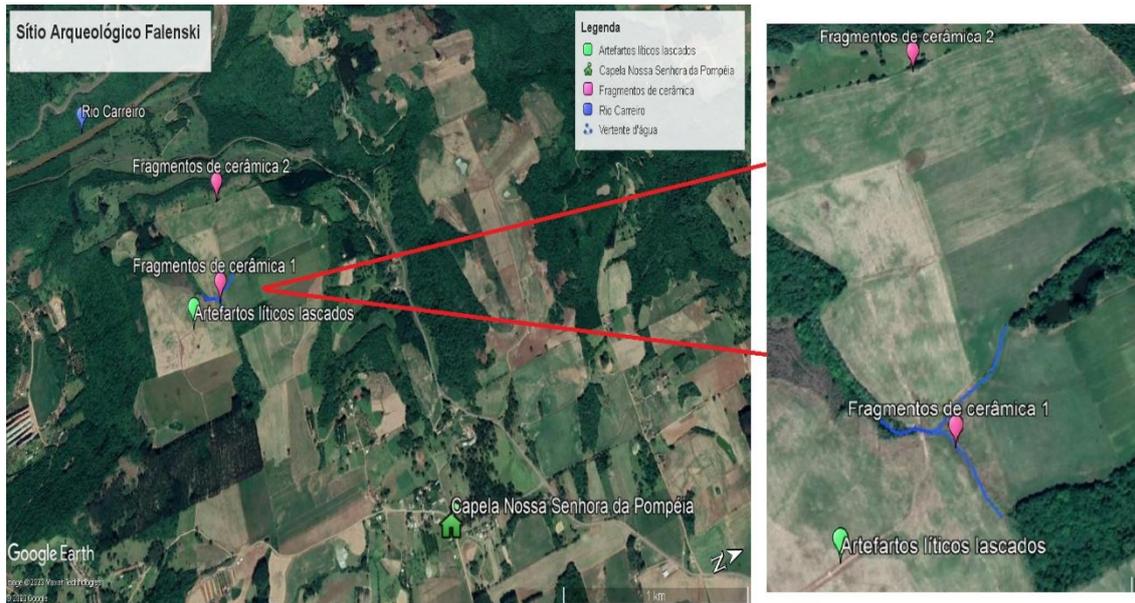
Fonte: Acervo da autora.

Sobre os remanescentes encontrados nas proximidades do Rio Carreiro, Giombelli (2020) afirma eram comuns os relatos acerca de remanescentes indígenas na localidade, inclusive em uma caverna⁴² identificada próximo às margens do afluente. Todavia, ao realizar a Metodologia de Prospecção Arqueológica neste último, nenhum resquício de cultura material foi identificado, uma vez que a parte superior da caverna (teto) desprende lascas de pedra, formando uma grossa camada de cascalho no chão que pode ter soterrado os objetos.

Já os quatro líticos seguintes foram todos encontrados na mesma localidade (MAPA 10), com um conjunto considerável de peças de cerâmicas. As peças em análise estão em posse de Esmael Falenski e Ivanete Ampese, que as encontraram durante as atividades agrícolas em meio à lavoura de plantio de milho e de soja, pois devido ao uso de maquinário pesado, a identificação tornou-se mais fácil. Hoje, as peças são mantidas pelos proprietários na própria residência para que as atividades realizadas na terra não façam com que todas as peças se percam de vez.

Mapa 10 – Sítio Arqueológico Falenski.

⁴² Conhecida pela comunidade local como “Caverna dos Priori” ou também como “Caverna dos Bugres”



Fonte: Acervo da autora.

Como pode ser observado no mapa anterior, as peças foram encontradas nas proximidades da Capela Nossa Senhora da Pompéia. Quanto aos líticos, foram achados no declive do terreno, que é marcado pela forte presença de lajedo em quase toda extensão da propriedade mapeada, tendo apenas uma fina camada de terra na superfície. Cabe destacar também que, antes de cultivar milho e soja, a localidade em averiguação possuía uma extensa plantação de erva-mate.

Os artefatos que serão descritos possuem características semelhantes – embora sejam destinados a funções opostas –, já que para a confecção dos mesmos foram utilizadas apenas as técnicas de lascamento e não de polimento. A peça a seguir (FIGURA 25) foi identificada, em um primeiro momento, como uma ponta de lança devido ao seu formato e comprimento característico, porém, após feitas as leituras e realizados estudos mais aprofundados, comparando seu peso, grossura e formato, supõe-se que era destinada para uma outra função.

Figura 25 – Punhal lítico lascado.



Fonte: Acervo da autora.

Dessa forma, o lítico lascado apresentado acima possui 15 cm de comprimento e 8 cm de largura em sua base maior, sendo semelhante à figura geométrica triangular. Essa forma característica nos leva a crer que possa vir a ser um punhal utilizado para atividades diversas, como a caça e pesca.

Junto a ele foram identificados outros objetos que, após feitas averiguações acerca de suas características, acredita-se que um deles pode ser uma uniface lascada em bumerangue (FIGURA 26) ou uma peça inacabada.

Figura 26 – Lítico inacabado/uniface.



Fonte: Acervo da autora.

Com 21,5 cm de comprimento e 8 cm de largura, a peça em análise também não apresenta sinais de polimento. O que acontece nesse caso em específico é que a pedra original fora lascada em apenas um dos lados e em uma das pontas, fazendo com que houvesse uma diminuição de sua espessura. Segundo Prous, essa técnica também tem como objetivo “torná-la mais fina e leve [além de] destinar-se também a facilitar a preensão ou o acabamento” (1992, p. 70).

O autor ainda afirma que, ao se averiguar uma peça e notar-se que “se uma só face é afetada, houve um retoque unifacial; se ambas foram trabalhadas, o retoque é bifacial” (1992, p. 70). Nesse caso, supõe-se que o artefato averiguado seja uma peça uniface em bumerangóide⁴³, visto que apenas um dos lados foi lascado e a peça apresenta uma curvatura particular. Há também a possibilidade de que o objeto não foi devidamente acabado.

⁴³ A peça possui um formato que se assemelha a um bumerangue que, na arqueologia, é denominado de bumerangóide, porém, o instrumento não era utilizado como de fato um bumerangue, mas sim para cortar e trabalhar a madeira.

O significado dessa indústria original de bífices é controvertido. O seu inventor, O. Menghin, considerava que pertencia a um grupo de agricultores da mata, sendo os grandes bífices e picões destinados a escavar o solo para desenterrar raízes e tubérculos comestíveis. Mesmo assim, devemos lembrar que a coleta de vegetais selvagens requer o mesmo instrumental dos cultivados. O que podemos considerar é a possibilidade de uma cultura explorando intensivamente os alimentos vegetais disponíveis no ambiente de mata-galeria, o que predispõe realmente a experimentações no campo da agricultura (PROUS, 1992, p. 160).

Sobre essa atividade de coleta de alimentos apontada por Prous, o artefato a seguir (FIGURA 27) pode ter sido destinado, entre outras funcionalidades, a escavar o solo. Dessa forma, supõe-se que se destina a executar as funções características de um picão.

Figura 27 – Picão lítico lascado.



Fonte: Acervo da autora.

Possuindo 21 cm de comprimento e 9 cm de largura na base maior, o artefato não aparenta ter sinais de polimento. Além disso, percebe-se também que possui uma ponta

razoavelmente afiada, que facilitaria a escavação do solo para a coleta de alimentos. Constatase que a base superior também foi lascada, uma técnica que possivelmente facilitaria o seu manuseio.

O último dos artefatos líticos averiguados que foram identificados no local aparenta ser uma espécie de machado lítico lascado (FIGURA 28) devido a algumas particularidades que foram percebidas.

Figura 28 – Machado lítico.

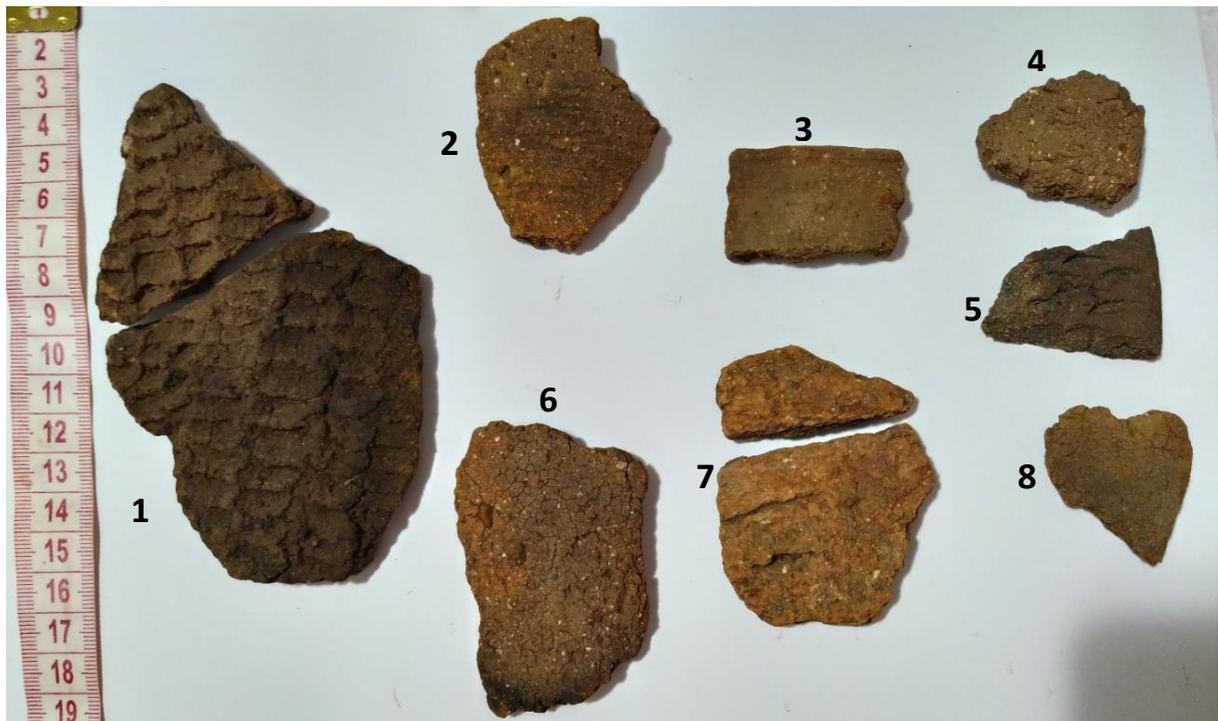


Fonte: Acervo da autora.

A peça possui 14 cm de comprimento e 8,5 cm de largura, sendo quase que completamente lascada, com exceção da parte neutra, que se acredita que tenha sido preservada a fim de sustentar algum possível cabo. Sobre os machados, Prous afirma que “podem ser lascados quanto (semi) polidos, mas deve ser destacado que um gume polido, com sua forma biconvexa, é mais resistente que um gume lascado [...] Em compensação, um gume polido é muito mais demorado de se fabricar ou reavivar” (2002, p. 167). A ponta característica da peça pode ter sido utilizada para fazer cortes mais estreitos e precisos, para cavar e limpar a madeira ou, como dito anteriormente, para fazer buracos no solo objetivando a coleta de alimentos.

Além dos líticos, foi encontrada uma quantidade considerável de peças de cerâmica (FIGURA 29) na mesma localidade, próximo de uma das vertentes de água. Todavia, acredita-se que, se realizado um trabalho arqueológico, pode-se resgatar ainda mais fragmentos que poderão criar uma base de pesquisa ainda maior e mais concreta, podendo-se até reconstruir algumas das peças. Cabe ressaltar que “um dos problemas contínuos da arqueologia é a reconstrução gráfica das formas das vasilhas a partir de seus fragmentos. Alguns consideram esta tarefa muito difícil, ou mesmo impossível, pelo menos quando se trata de fragmentos pequenos” (BROCHADO; MONTICELLI, 1994, p. 107)

Figura 29 – Fragmentos de cerâmica.



Fonte: Acervo da autora.

Como pode ser observado, cada um dos fragmentos possui características divergentes, tanto pela coloração variante, quanto pelos métodos utilizados para a decoração externa. Isso nos leva a crer que cada fragmento pertence a um tipo de vasilha. Sobre a decoração, pode-se afirmar que é um dos principais fatores que determina qual das etnias indígenas as produziu, bem como a qual Tradição e Fase pertencem.

Sobre o fragmento de cerâmica número 1, percebe-se que possui características decorativas denominadas de *corrugado*, uma técnica caracterizada pela “ação lateral do dedo sobre a superfície cerâmica, pressionando uma parte da argila, por arraste, e formando uma

crista de forma semi-lunar como resultado do acúmulo de argila arrastada” (BROCHADO; LA SALVIA apud MACHADO, 2008, p. 104). Esse trabalho é realizado apenas na parte de fora, enquanto a peça ainda está molhada, já a parte de dentro da vasilha permanece lisa.

No fragmento número 2, denota-se um trabalho diferente do anterior, uma vez que a técnica decorativa utilizada é mais simples e que recebe a denominação de *escovado*. Sobre essa técnica Schmitz afirma que “é um acabamento que consiste em passar, na superfície externa ainda moldável do vasilhame, um instrumento com pontas múltiplas, ou objetos que deixem sulcos bem visíveis, guardando entre si certo paralelismo e proximidade” (2009, p. 110).

Quanto ao fragmento cerâmico de número 3, pode-se afirmar que é a parte de cima de uma vasilha, visto que apresenta exatamente o desenho da borda. Quanto à decoração que a peça recebeu, Schmitz a denomina de *Simples*, que é “quando a superfície externa é apenas alisada” (2009, p. 107), um trabalho que pode ser feito com as mãos ou com algum instrumento específico que auxilie o processo. O mesmo padrão encaixa-se para o fragmento de número 6 e 8 que, embora possuam um acabamento mais “rústico” que o fragmento 3, não apresentam resquícios de outra técnica decorativa.

As peças de número 4 e 5 são marcadas por incisões feitas com as pontas das unhas, sendo o trabalho mais nítido no fragmento número 5. Esse tratamento também é realizado na parte externa do objeto e recebe o nome de *ungulado* que, segundo Machado, “consiste na expressão decorativa da ação frontal da unha, na forma de um arco, com sentido e formato de quem aplica” (2008, p. 104).

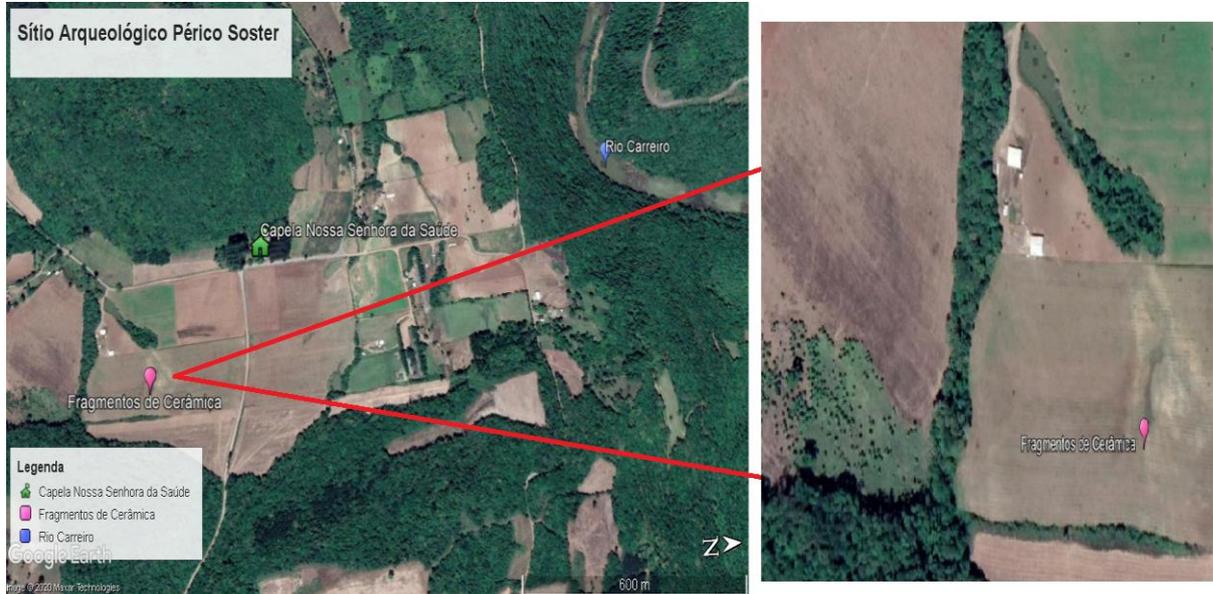
O fragmento de número 7 possui um acabamento *simples*, porém, denota-se que possui alguns riscos decorativos que se assemelham à técnica que Schmitz denomina de *espatulado* já que “apresenta acabamento da superfície externa com um objeto que deixa corrugações estreitas e longas” (2009, p. 110).

Sobre os fragmentos encontrados e devido às características apresentadas em cada um deles, convém destacar os seguintes dizeres de Schmitz:

Os arqueólogos, baseados nas diferenças existentes nos recipientes cerâmicos em termos de decoração, forma e fabricação, denominaram o ramo Tupi de subtradição Pintada, e o ramo Guarani de subtradição Corrugada. No primeiro, a quase totalidade dos recipientes são pintados, ao passo que no segundo a impressão da polpa do dedo (corrugado), da borda da unha, ou de objetos pontudos constituem a decoração mais comum das vasilhas (2006, p. 37).

O Sítio Arqueológico identificado na propriedade de Périco Soster possui características semelhantes às da propriedade Falenski, as quais são bem retratadas nas imagens obtidas via satélite (MAPA 11).

Mapa 11 – Sítio Arqueológico Périco Soster.

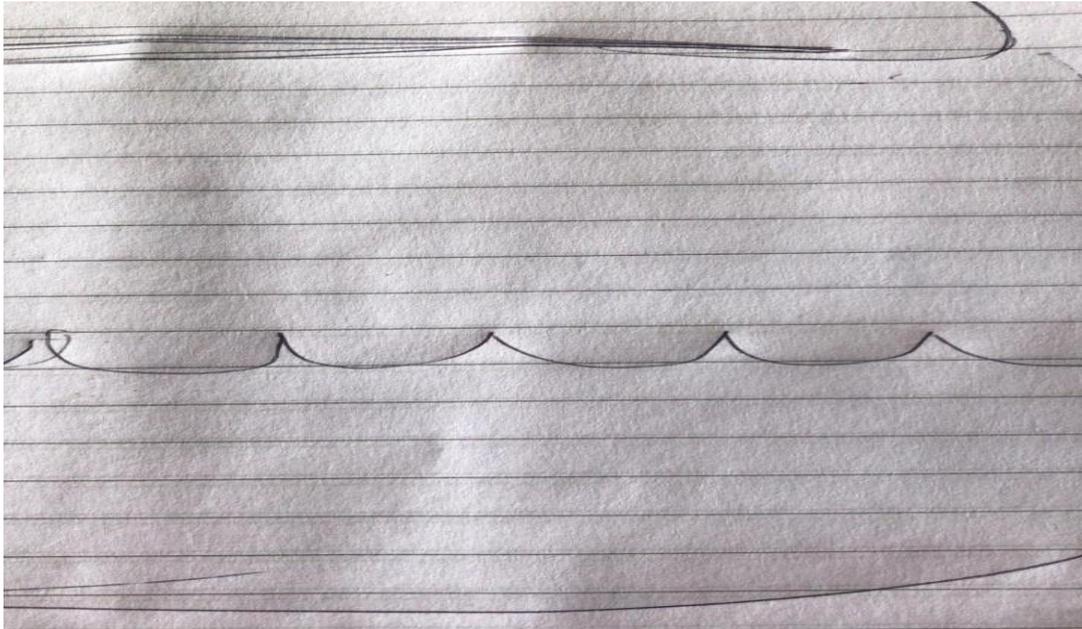


Fonte: Acervo da autora.

Localizado na Comunidade Nossa Senhora da Saúde, foram relatados remanescentes indígenas em uma curta distância do Rio Carreiro. Apresenta um determinado declive no terreno e, a poucos metros na direção Sul do mapa, onde a região é um pouco mais aplanada – o que facilitaria o estabelecimento das construções. Percebe-se uma coloração mais escurecida se comparada às demais áreas próximas, uma característica que pode sugerir a ocupação humana de longa data, que resultou nesta particularidade. Nesse quesito, “a disposição do solo escuro [e] a distribuição de material arqueológico [...] sugerem ter existido uma área central de circulação, que permaneceu em uso durante todo o período de ocupação do sítio” (GUAPINDAIA; FONSECA, 2013, p. 667).

Sobre esses remanescentes, Soster (2020) afirma que existia uma panela de barro, que havia sido construída pelos indígenas sobre uma vertente de água, de modo que essa panela ficava sempre presa/enterrada no chão, fazendo com que a água nascesse em seu interior. Ele ainda afirma que a panela era redonda e possuía em torno de 40 centímetros, sendo decorada na parte externa com uns desenhos que lembravam “ondas” (SOSTER, 2020), como ilustra a representação (FIGURA 31) feita pelos familiares para auxiliar no entendimento.

Figura 30 – Representação decorativa cerâmica.



Fonte: Acervo da autora.

Sobre o desenho, acredita-se que a decoração variava entre corrugado e ungulado. Hoje, o proprietário afirma que a fonte foi drenada e, com isso, a panela ficou entre os escombros da obra e acabou sendo enterrada (SOSTER, 2020). Pode-se perceber no mapa anterior, onde fora demarcada a localidade da então “panela de bugre”, que ainda existem sinais perceptíveis via satélite do local onde era o pequeno matagal que resguardava a fonte, que foi derrubado para abrir espaço para a plantação de soja e de milho.

Quando questionado sobre a existência de outros objetos que pudessem vir a ser de origem pré-colonial, o proprietário afirma que “foi encontrado tipo uns tijolos, mas era queimado, cor de rosa” (SOSTER, 2020). Essa informação nos leva a crer que esses “tijolos” seriam fragmentos de cerâmicas que apareciam na superfície em vista das atividades agrícolas realizadas no terreno.

Assim sendo e concluindo essa etapa, acredita-se que o grupo indígena que habitou a atual propriedade da família Falenski e da família Soster pertence ao grupo étnico Guarani. Os fatores que nos levam a essa conclusão são as particularidades do terreno; a proximidade de um grande afluente, o Rio Carreiro; as técnicas decorativas presentes nos fragmentos de cerâmica, que é o fator que mais determina a definição de um grupo humano; bem como os relatos acerca dos remanescentes encontrados na lavoura de plantio.

2.4 As Torres 181-1 e 181-2

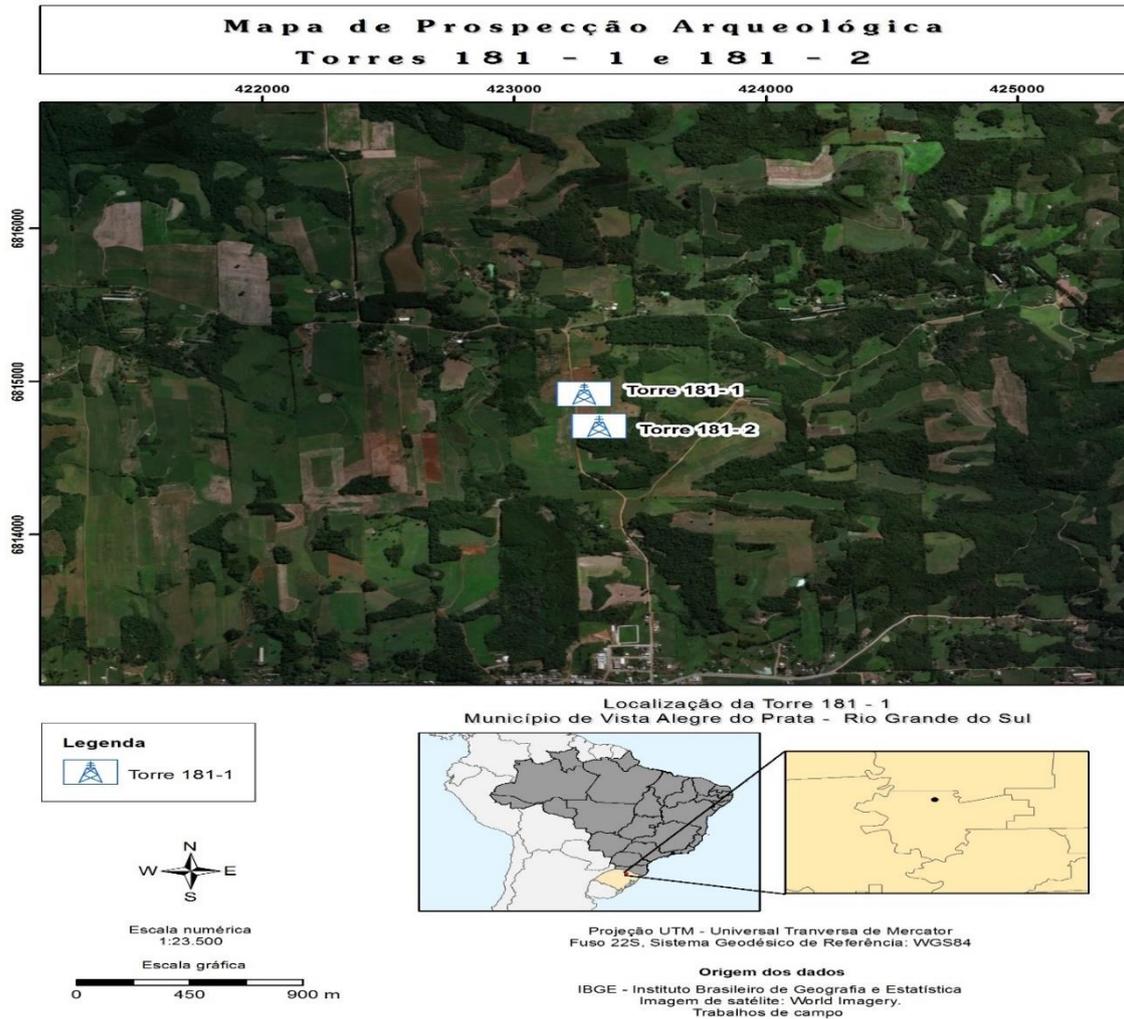
O único registro e resgate de bens arqueológicos de que se tem informação no município de Vista Alegre do Prata, cadastrado no IPHAN, foi realizado durante a obra de transmissão de energia elétrica que percorre os 3 estados do Sul brasileiro: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, perpassando com a linha de transmissão pelos seguintes municípios:

Rio Bonito do Iguaçu/PR, Saudade do Iguaçu/PR, Chopinzinho/PR, Coronel Vivida/PR, Honório Serpa/PR, Clevelândia/PR, Abelardo Luz/SC, Bom Jesus/SC, Ouro Verde/SC, Xanxerê/SC, Faxinal dos Guedes/SC, Xavantina/SC, Arvoredo/SC, Seara/SC, Itá/SC, Barra do Rio Azul/RS, Aratiba/RS, Erechim/RS, Getúlio Vargas/RS, Florianópolis/RS, Sertão/RS, Tapejara/RS, Vila Lângaro/RS, Água Santa/RS, Ciríaco/RS, Gentil/RS, Santo Antônio do Palma/RS, São Domingos do Sul/RS, Casca/RS, Parai/RS, Nova Araçá/RS, Nova Bassano/RS, Vista Alegre do Prata/RS, Fagundes Varela/RS, Cotiporã/RS, Santa Teresa/RS, Monte Belo do Sul/RS, Garibaldi/RS, Barão/RS, Carlos Barbosa/RS, São Pedro da Serra/RS, Salvador do Sul/RS, São José do Sul/RS, Pareci Novo/RS, Montenegro/RS, Capela de Santana/RS e Nova Santa Rita/RS (COPÉ, 2016, p. 7).

Sendo assim, com o desenvolvimento desse projeto, foi realizado um programa de prospecção intensiva em todas as áreas onde eram encontrados remanescentes indígenas nos locais em que seriam erguidas as Torres de transmissão de energia elétrica (MAPA 12). O trabalho de análise de superfície e subsuperfície foi realizado pela equipe Núcleo de Pesquisa Arqueológica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e por arqueólogos e estudantes de outras instituições (COPÉ, 2016, p. 4).

Nesse empreendimento, Copé ainda afirma que fora identificado no município de Vista Alegre do Prata “um conjunto de 22 estruturas semissubterrâneas com possibilidade de mais cinco, entre os locais das Torres 181-1 e 181-2. Foram realizadas intervenções em quatro das estruturas e recuperados fragmentos cerâmicos e material lítico da Tradição Taquara-Itararé” (2016, p. 6).

Mapa 12 – Localização das Torres 181-1 e 181-2.



Fonte: IPHAN (2013, p. 4).

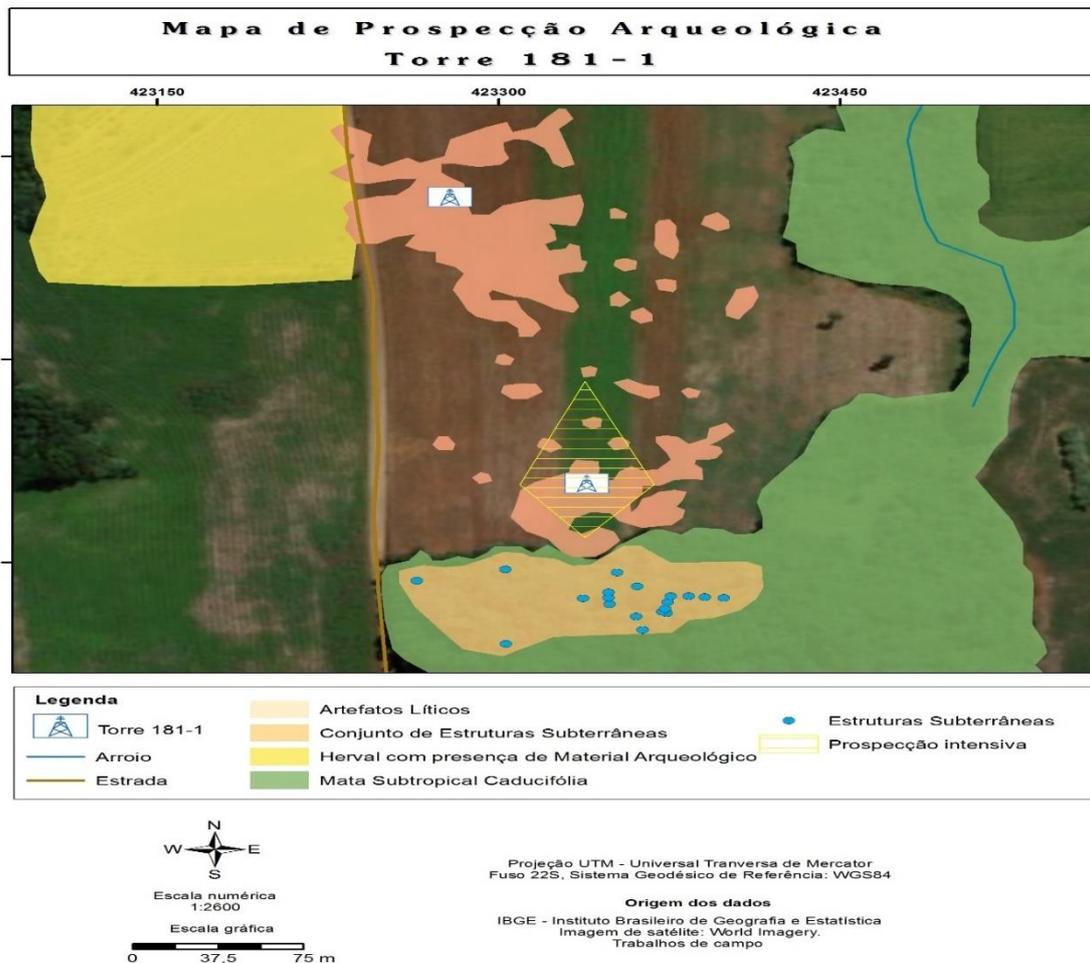
A localidade das Torres de transmissão elétrica está, hodiernamente, em meio a uma plantação de milho e de pastagem para o gado. Assim sendo, as atividades agrícolas realizadas durante os anos facilitaram a dispersão e dano dos artefatos, sem contar que cooperaram para a deterioração das formas habitacionais que existiam no período pré-colonial. Sobre essas recentes atividades realizadas, Copé afirma que:

Primeiramente o terreno foi utilizado para plantação de erva mate, plantação esta que foi retirada com o uso de trator e correntes para a retirada dos tocos, removendo o solo em mais de 50 cm. Depois a área foi utilizada para o cultivo de cana, por mais ou menos 10 anos, onde a prática de queima dos restos da colheita era utilizada com frequência. Nos últimos 15 anos, a área é utilizada para o cultivo de milho e pasto, rotativamente, tendo passado pelo arado de tração animal, arado mecânico e o uso de “pé de pato” (2016, p. 14).

Após a coleta dos remanescentes líticos e cerâmicos⁴⁴, as Torres foram construídas sob a condição de que a área do Sítio Arqueológico, onde ainda estão intactos o conjunto de 22 casas semissubterrâneas, fosse cercada e preservada. Porém, caso os proprietários decidam um dia intervir ou eliminar a vegetação local, o processo deve ser feito através do acompanhamento de um profissional do ramo da Arqueologia (COPÉ, 2016, p. 15).

No artigo 5º das normativas da Portaria nº 230, de 2002, do IPHAN, fica explícita a necessidade de se realizar um trabalho de Prospecção Intensiva em compartimentos ambientais onde determinado empreendimento será edificado, a fim de mapear o patrimônio arqueológico, delimitar sua extensão, caracterizá-lo e resgatá-lo de possíveis danos (MAPA 13).

Mapa 13 – Prospecção intensiva.



Fonte: IPHAN (2012, p. 4).

⁴⁴ A coleta foi necessária a fim de salvar os remanescentes dos contínuos danos que o território enfrenta devido aos processos agrícolas. Porém, ainda é necessária a realização de um trabalho mais aprofundado em todo o local.

O mapa acima ilustra como se deu o processo de investigação no Sítio Arqueológico. Percebe-se que a Prospecção Intensiva foi realizada nos entornos de onde seria edificada a Torre 181-2, onde foram encontrados diversos artefatos líticos e fragmentos de cerâmica. A localidade encontra-se próximo à estrada que liga o perímetro urbano de Vista Alegre do Prata à Capela Sagrado Coração de Maria⁴⁵, o que nos leva a crer, com base no estudo realizado no local, que também foi um agente que possibilitou a perda de materiais arqueológicos e alteração no terreno.

Também se constata a presença de ervais próximos à Torre 181-2 e de mata subtropical caducifólia, sendo essa última, possivelmente, a mata que ocupava toda a região onde agora é a lavoura de plantio. Há ainda um pequeno córrego que perpassa pelo local. O terreno é mais elevado em comparação ao restante e aplanado onde foram identificados os remanescentes indígenas.

Sobre as casas subterrâneas, a equipe responsável pela prospecção abriu quadrículas (FIGURA 31) em algumas das estruturas a fim de verificar se realmente eram abrigos pré-coloniais e coletar materiais que possibilitassem um estudo mais aprofundado. Sendo assim, Copé afirma que “os resultados das diversas intervenções nas estruturas semissubterrâneas do Sítio revelavam material cerâmico e lítico típico da tradição Taquara-Itararé, além das próprias estruturas arquitetônicas” (2016, p. 98). Constam também materiais orgânicos, como bambu, ossos e conchas, que permitem a realização da análise de carbono, objetivando a datação aproximada da ocupação da localidade.

Figura 31 – Escavação nas casas subterrâneas.

⁴⁵ Conhecida também como “Sétima Alta”.



Fonte: COPÉ (2016, p. 94-98).

Ainda sobre essa Tradição encontrada no município de Vista Alegre do Prata, cuja identificação se deu devido aos fragmentos de cerâmica encontrados durante os trabalhos de Prospecção Intensiva, Beber afirma que a Tradição Taquara/Itararé “ocorre desde o litoral atlântico até os Planaltos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, ocupando sítios a céu aberto, sítios compostos por casas subterrâneas e, atualmente, compreende também montículos, sítios litocerâmicos e abrigos com sepultamentos” (2004, p. 197). Além disso, cabe ressaltar que essa tradição está relacionada às populações humanas atualmente denominadas de Kaingang e Xogleng.

Assim como muitos outros grupos da família linguística Jês, praticavam o manejo florestal, especialmente de pinhão, praticavam também a agricultura e ocupavam “planaltos cobertos por campos, associados a floresta subtropical com pinheiros araucária (PARELLADA, 2008, p. 101).

A cerâmica Itararé-Taquara é caracterizada pelo pequeno volume e fina espessura. Beber a define “como pequena, de paredes finas, sem decoração ou restringindo-se a um engobo vermelho ou cinza e preto. Em alguns casos [...] caracterizando-se como ungulados, ponteados, incisos, carimbados” (2004, p. 66).

Um dos fragmentos encontrados durante a pesquisa realizada na propriedade de Augusto Grosseli (in Memoriam), cuja fotografia foi anexada no relatório de pesquisa realizada em Vista Alegre do Prata, representa como seria um artefato cerâmico dessa Tradição (FIGURA 32).

Figura 32 – Fragmento cerâmico.



Fonte: IPHAN (2013, p. 8).

Como pode ser observado, o fragmento possui cerca de 5 cm de comprimento, de cor marrom avermelhado, cuja decoração aparentemente é de pequenas incisões feitas com a ponta da unha, sendo caracterizada como *ungulado*. Cabe ressaltar que este é apenas um dos 19 fragmentos que estão resguardados na UFRGS.

Quanto aos artefatos líticos (FIGURA 33) identificados no Sítio Arqueológico, são 311 peças pertencentes à Tradição Taquara-Itararé, cujos objetos mais representativos são “as mãos de pilão, lâminas de machado lascadas ou polidas, geralmente em formato petalóide, talhadores, raspadores e lascas” (PARELLADA, 2008, p. 101), como bem representa a imagem abaixo.

Figura 33 – Artefatos líticos.



Fonte: IPHAN (2013, p. 6-7).

Sendo assim, após os trabalhos de resgate de materiais presentes no local e devido à considerável alteração natural do antigo assentamento indígena, que causou um alto grau de degradação, o Sítio foi considerado de baixa relevância (COPÉ, 2016, p. 72), o que permitiu a construção das Torres, sendo fortemente ressaltado que a localidade onde se encontram as casas subterrâneas devem receber um projeto de pesquisa à parte.

Cada um dos materiais resgatados foi devidamente higienizado de acordo com sua matéria-prima, resguardado em sacos plásticos e armazenados em caixas de papelão, a fim de garantir a preservação e durabilidade das peças (COPÉ, 2017, p. 8).

Todo esse acervo encontrado em Vista Alegre do Prata e também nas demais cidades dos três Estados do Sul brasileiro por onde o projeto de transmissão e construção das Torres de energia elétrica foi empreendido foi exposto para que toda a comunidade tivesse acesso. Assim sendo, Copé afirma que foi realizado:

uma exposição sobre a arqueologia e pré-história do Rio Grande do Sul; cursos para professores da rede pública municipal e estadual; um catálogo da exposição; a realização de um filme sobre o ofício do arqueólogo e outro sobre a arqueologia e pré-história do Rio Grande do Sul; a elaboração de caixas pedagógicas e de réplicas de material arqueológico

[...] As escolas de diversos municípios do Rio Grande do Sul, sul de Santa Catarina e uma de Curitiba, no Paraná, visitaram a exposição no Museu da UFRGS e receberam o catálogo da exposição. Os demais municípios e estados foram contemplados com palestras, doação do catálogo, com o empréstimo e a explanação sobre o conteúdo das caixas pedagógicas.

Além dos alunos/estudantes das redes municipais e estaduais, o público alvo abrangeu também as comunidades envolvidas durante as atividades arqueológicas de campo (visitação aos sítios e explicação sobre a pesquisa arqueológica, entrevistas, palestras) e os funcionários das empresas construtoras da linha de transmissão de energia elétrica (2017, p. 22).

Embora a população vista-alegrense, em sua maioria esmagadora, desconheça o projeto que fora realizado na propriedade de Augusto Grosseli, percebe-se a importância de se preservar o patrimônio histórico e cultural pré-colonial através de alternativas educacionais que visem abranger toda a população, desde a mais remota propriedade da área rural, até dentro das salas de aula, para que a história possa ser conhecida, bem como para que haja a compreensão da estrutura dos padrões socioculturais que moldam nossa sociedade hodiernamente. A história do imigrante não deve ser entendida como um fator isolado, nem o processo de formação político-administrativa de um município, para que um povo conheça sua história, deve-se resgatá-la ainda nas raízes pré-coloniais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Averiguar a história de Vista Alegre do Prata significa entender parte do processo de ocupação humana no estado do Rio Grande do Sul no período Pré-Colonial, bem como compreender o funcionamento da política de ocupação do território, os processos migratórios europeus e estabelecimentos das primeiras Colônias e seus tantos distritos, em que cada um possui sua história, que em muito se assemelha à do município em análise.

Conhecer a própria história significa conhecer a si mesmo, encontrar seu lugar na sociedade e entender-se como indivíduo ativo na construção da história do meio social em que está inserido. Vista Alegre do Prata é um município pequeno, porém possui uma bagagem histórica que merece ser reconhecida, não apenas pela comunidade que o forma, mas por toda a região, já que se percebe que os estudos arqueológicos e históricos nem sempre privilegiam locais com as características do município em análise. No mesmo sentido, Cordido salienta que:

A importância da conservação do patrimônio cultural [e material] implica na construção da identidade de um povo e na preservação da memória. Um povo sem memória é um povo despreparado à participação social, ficando à margem da vida política consciente e crítica. Conservar o patrimônio e incentivar o seu uso para fins de educação e cultura é um mecanismo, portanto, de promoção da cidadania (2014, p.15).

Parte do problema da falta de (re)conhecimento inicia-se dentro das próprias escolas, onde a história do meio em que os alunos estão inseridos é pouco abordada, não havendo uma metodologia adequada que possibilite ao aluno fazer a ligação da história global com a própria história. O professor tem o dever de situar o aluno no tempo e espaço – estes que são referências básicas para as diferentes áreas do conhecimento – e valorizar as atitudes dos diferentes indivíduos na construção das sociedades. Orientá-lo para que possa compreender as semelhanças e as diferenças culturais, bem como as mudanças e as permanências dos modos de pensar e agir ao longo do tempo.

O dever de preservar o patrimônio histórico e cultural é de competência da sociedade civil, mas, além dela, cabe de igual forma ao poder dirigente de cada Estado e Município⁴⁶ a

⁴⁶ Constituição Federal de 1988: Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I - Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público; [...] III - Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; V - Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

tarefa de zelar pela sua proteção e manutenção⁴⁷, embora seja evidente que o descaso se sobrepõe à ideia de conservação da história. Principalmente se essa história propriamente dita está relacionada a algo com que muitas das pessoas não se identificam, como é o caso das sociedades indígenas.

O Poder Público Municipal deve desenvolver movimentos de sensibilização aos munícipes, destacando a necessidade de se preservar e proteger os bens materiais do município. Não apenas aqueles que estão relacionados ao imigrante, mas aos povos que vieram antes deles, uma vez que, de uma forma ou de outra, os caminhos são cruzados durante a estrada bifurcada da história. Também compete ao município a tarefa de contatar profissionais do ramo histórico e arqueológico quando identificados remanescentes pré-coloniais, buscando auxílio e orientação, a fim de garantir o cuidado e a preservação do patrimônio para que as futuras gerações também possam desfrutar e conhecer.

Na atualidade, tem-se dado a devida importância ao que os indígenas têm a contar sobre o processo de colonização no Brasil e sobre o processo de imigração europeia, pois “do ponto de vista indígena, o Brasil não foi descoberto, mas invadido”. Na história indígena, “o período colonial ainda existe, é uma realidade atual” (MOONEN, 1983, p. 14), onde há luta constante contra a discriminação, pelos direitos humanos e pelo direito à terra. Amparo (2010, p. 21), ao tratar da constante luta dos povos indígenas, especificamente os Kaingang – que são o foco central de sua obra – afirma que “como as Araucárias que resistem aos pastos e às imensas plantações de soja em uma paisagem, muitas vezes, desoladora, também eles, os índios, resistem na terra, renascendo e ressurgindo a cada novo processo histórico que os assola”.

Por anos buscou-se “passar uma borracha” sobre a história e a cultura dos indígenas, apagá-los como se nunca tivessem existido. Esse fato é caracterizado como uma espécie de “negação da presença indígena, utilizada como forma de legitimar a conquista territorial” (AMPARO, 2014, p. 45). Como consequência, muito do que se tinha dos indígenas foi perdido ou destruído devido aos processos agrícolas enfrentados pelo ambiente em estudo ao longo do tempo. E o que não se perdeu simplesmente não possui valor significativo para a comunidade, visto que muitos desconhecem a história que antecedeu os imigrantes colonizadores.

Além de propor um resgate acerca do patrimônio arqueológico Pré-Colonial, o presente trabalho também visa apresentar os potenciais de pesquisa que se ampliam a partir das informações coletada, já que isso é apenas uma pequena peça de um grande quebra-cabeças incompleto. Ainda há muito a ser pesquisado e aprofundado. Ao fim do trabalho, surgiram

⁴⁷ No que se refere à preservação do patrimônio cultural material e imaterial, ver mais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, nos artigos 215 e 216.

novas informações que não foram incluídas, mas que oferecem subsídios para um outro projeto futuro.

Uma proposta para novos estudos pode incluir a identificação da Fase a qual pertencem os remanescentes e a datação das ocupações humanas. Ao finalizar o trabalho, ainda resta uma inquietação que ultrapassa as fronteiras do município: analisar a ocupação humana de Vista Alegre do Prata no âmbito regional, comparando as semelhanças e as diferenças com estudos já realizados nos municípios vizinhos. O que aproxima e o que afasta Vista Alegre do Prata das outras localidades? A que Tradição pertencem os povos da região circundante? Todos esses questionamentos podem e devem ser desenvolvidos com mais profundidade.

O município tem potencial para inúmeras outras pesquisas, não apenas acerca da história Pré-Colonial, mas sim em seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, religiosos e educacionais. Pequeno em índice populacional e em tamanho territorial, mas grande em história. Assim é Vista Alegre do Prata.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Marcos (coord.). Prospecção arqueológica de Superfície e de subsuperfície na área de instalação da Jazida E4A, no município de Porto Real do Colégio, estado de Alagoas. *Relatório*. Recife, 2012.

ALMEIDA, Fernando; CARVALHO, Jorge. Técnicas não intrusivas na prospecção arqueológica. In: MARTINS, Carla Maria Braz et al. *Povoamento e exploração dos recursos mineiros na Europa atlântica ocidental*. Braga: CITCEM, 2011. p. 503- 519.

ALVES, Maria Cristina dos Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de Pesquisa. In: III ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA, 2016, Ituiutaba: *Anais eletrônicos da IV Semana de História do Pontal*. Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia.

AMPARO, Sandoval dos Santos. *Sobre a organização espacial dos Kaingang: uma sociedade indígena Jê meridional*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

AMPARO, Sandoval dos Santos. *Sobre a organização espacial dos Kaingang: uma sociedade indígena Jê meridional*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, v. 20, p. 09-38, 2007.

BEBER, Marcus Vinicius. *O sistema de assentamentos dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: o caso da tradição Taquara-Itararé*. Tese de Doutorado em Estudos históricos latino-americanos. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2004.

BICHO, Nuno Ferreira. *Manual de Arqueologia Pré-Histórica*. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada

em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BROCHADO; José Proeza; MONTICELI, Gislene. Regras práticas na reconstrução gráfica das vasilhas de cerâmica guarani a partir dos fragmentos. *Estudos Ibero-Americanos*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, p. 107-118, dez. 1994.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os Métodos da História: introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*. Tradução de João Maia, 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

CARRINHO, Rosana Guedes. *Habitação de interesse social em aldeias indígenas: uma abordagem sobre o ambiente construído MBYÁ-Guarani no litoral de Santa Catarina*. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CELLART, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHILDE, Gordon. *Introdução à arqueologia*. S./l.: Europa-América, 1977.

CONSTANTINO, Núcia Santoro de. Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar (1889- 1930). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. *História geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007. v. 3.

COPÉ, Silvia Moehlecke (coord.). *Relação dos Sítios Arqueológicos na LT 525 kV Salto Santiago – Itá – Nova Santa Rita*. [Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul]. Rio Grande do Sul. *Relatório*. Porto Alegre, 2017.

COPÉ, Silvia Moehlecke (coord.). *Relatório da Prospecção Intensiva na ADA – AIA LT 525 Salto Santiago – Itá – Santa Rita Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul*. *Relatório*. Porto Alegre, 2016.

CORDIDO, Ruth Maria de Barros Reicao. *O tombamento do Patrimônio cultural imóvel do Brasil: Estudo de Casos no Município de Ribeirão Preto*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - curso de graduação em Direito, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

DETOGNI, Gilmar Antônio. *A travessia: a construção da ponte do Rio das Antas 1942 – 1952*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo fundo, 2006.

DIAS, Jeferson Luciano Zuch. *A tradição Taquara e sua ligação com o índio Kaingáng*. Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Latino-Americanos. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Sinos. São Leopoldo, 2004.

DIAS, Adriana Schmidt; HOELTZ, Sirlei Elaine. Indústrias Líticas em Contexto: O Problema Humaitá na Arqueologia Sul Brasileira. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 40-67, 2010.

FAUSTINO, Rosangela Célia (Coord). *Arte indígena: arte indígena no Paraná*. Maringá: [s. n.], 2010.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GALEAZZI, Zaira. *Vista Alegre do Prata: sua gente e sua história*. Casca: Hoje Edições Ltda, 2004.

GARCIA, Anderson Marques. Arqueologia pré-colonial: tipos de artefatos líticos e seus modos de Produção. In: VII SEMANA NACIONAL DE MUSEUS DA UNIFAL. *Anais...* Minas Gerais: 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GUAPINDAIA, Vera Lucia Calandrini; FONSECA, João Aires da. Metodologia de delimitação no sítio arqueológico Cipoal do Araticum na região do rio Trombetas, Pará, Brasil.

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 8, n. 3, p. 657-673, set.-dez. 2013.

GURAN, Milton. *Documentação fotográfica e pesquisa científica: notas e reflexões*. Labhoi - Laboratório de História Oral e Imagem (UFF). 2012. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/sites/default/files/doc_foto_pq.versao_final_27_dez.pdf>. Acesso em 18 de maio de 2020.

IBGE – *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Vista Alegre do Prata. 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/vistaalegredoprata.pdf>. Acesso em 20 out. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA)*. 2013. Disponível em: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGL10dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOorc-boq-iUihBIyiZB4-7uoucG_kxQP4gyN3Apd3gC6EccaFnJ. Acesso em 20 set. 2020.

IPHAN, Legislação. Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002.

KERN, Arno Alvarez. Antecedentes Indígenas: problemáticas teórico-metodológicas das sínteses sobre a pré-história regional. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 8, p. 15-24, 1998.

KERN, Arno. Pré-história e ocupação humana. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Coord.) KERN, Arno; SANTOS, Maria Cristina dos; GOLIN, Tau (Dir.). *Povos Indígenas*. Passo Fundo: Méritos, 2009, p. 15-50 (Coleção História Geral o Rio Grande do Sul, v. 5).

KOLLING, Lieli Coelho. *Abrigos subterrâneos e vestígios da história antiga em Novo Barreiro/RS*. 2020. Trabalho de Conclusão de curso (Especialização em História). Curso de Graduação em História, Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2020.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. São Paulo: Edusc, 2002.

LACERDA, Aline Lopes de. *A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012, p.283-302

LAROQUE, Luís Fernando da Silva; WEIZENMANN, Tiago; SCHÄEFFER, Jéferson Luís. Relações interétnicas: (des)encontros entre Kaingang e imigrantes holandeses no século XIX 25 em territórios das bacias hidrográficas Taquari-Antas e Caí, Rio Grande do Sul. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 19, n. 38, p. 103-128, jan./abr. 2019.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão et al. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990.

MACHADO, N. T. G.; SCHNEIDER P.; SCHEIDER, F. Análise parcial sobre a cerâmica arqueológica do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. *Cerâmica*, São Paulo, n. 54, p. 103-109, 2008.

MAESTRI, Mário. *Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais*. UPF Editora: Passo Fundo, 2010.

MOONEN, Francisco. *Pindorama conquista: repensando a questão indígena no Brasil*. João Pessoa: Alternativa, 1983.

NASCIMENTO, José Antonio Moraes do. História e cultura indígena na sala de aula. *Revista Latino- Americana de História*. São Leopoldo, vol. 2, n. 6, p. 150-170, ago. 2013.

NAVARRO, R. F. A evolução dos materiais: da Pré-história ao início da era moderna. *Revista Eletrônica de Materiais e Processos*, v.1, n. 1, p. 1-11, 2006. Disponível em: <<https://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/32246.pdf>>. Acesso em 16 de abr. 2020.

NEUBAUER, Fernanda. *Sítio Arqueológico Popper: um estudo da tecnologia lítica do período Arcaico Tardio em Grand Island, Michigan, EUA*. Trabalho de Conclusão de Curso

(Especialização em História). Curso de Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2009.

NOELLI, Francisco Silva. A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872 – 2000. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, p. 218-269, dez./fev. 1999-2000.

NUPARQ. Diagnóstico Arqueológico LT 525 KV Salto Santiago - Itá - Nova Santa Rita. Paraná - Santa Catarina - Rio Grande do Sul: *Relatório Técnico Científico*. Porto Alegre, 2012. 2v

NUPARQ. *Terceiro Relatório Parcial de Prospecção Intensiva*. Porto Alegre, 2013.

NUPARQ. *Terceiro Relatório Parcial de Prospecção Interventiva*. Porto Alegre, 2013. 2 v.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. *Transformações no mundo do trabalho: da Revolução Industrial aos nossos dias*. Caminhos de Geografia, Uberlândia, p. 84-96, fev. de 2004.

PARELLADA, Claudia Inês. Tecnologia e Estética da Cerâmica Itararé-Taquara no Paraná: dados etno-históricos e o acervo do Museu paranaense. *Revista de Arqueologia*. Curitiba, v. 21, p. 97-111, 2008.

PASTRE, Natan Ferrari. *O contato, o contexto e as representações: o indígena e o imigrante europeu no Rio Grande do Sul do século XIX*. Anais do Simpósio Nacional de História, Florianópolis, jul. 2015. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945018_263faba3f8c0ff999be0fee77ffc7f7c.pdf. Acesso em 17 de abril de 2020.

PROUS, André. *Arqueologia brasileira*. Universidade de Brasília: Brasília 1992.

PROUS, André; LIMA, Márcio Alonso. A tecnologia de debitagem do quartzo no centro de minas gerais: lascamento bipolar. *Arquivos do Museu de História Natural*. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, v.11, p. 91-111, 1985.

PROUS, André (et al). Os machados pré-históricos no Brasil descrição de coleções brasileiras e trabalhos experimentais: fabricação de lâminas, cabos, encabamento e utilização. *Canindé*, Xingó, n. 2, dez. 2002, p. 161-236.

PROUS, André; LIMA, Márcio Alonso. A tecnologia de debitagem do quartzo no centro de Minas Gerais: lascamento bipolar. *Arquivos*. Belo Horizonte, v.11, n. 3, p. 91-111, 1990.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RODRIGUES, Giselle; PIRES, Luciene Maria. A diversidade cultural dos povos indígenas do Brasil. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 2017, Centro Universitário de Maringá. *Anais...* Maringá: UNICESUMAR. p. 1-8.

ROGGE, Jairo Henrique. *Fenômenos de fronteira: um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul*. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2004.

SCHMITZ, Pedro Ignácio (Org.). *Arqueologia do Rio Grande do Sul: Brasil*. Instituto Anchietano de Pesquisas – UNISINOS: São Leopoldo, 2009.

SCHMITZ, Pedro. Ignácio (et al). *Prospecções Arqueológicas na Campanha Rio-Grandense*. In: Separata do livro Pré-História Brasileira do Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 173- 186, 1968.

SCHMITZ, Pedro Ignacio. *Pré-história no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisa. 2. ed. 2006.

SILVA, Kalina Vanderlei.; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos Históricos*. 2. ed. reimp. São Paulo: Contexto, 2009.

SOARES, André Luís R.. *Organização Sócio-Política Guarani: aportes para a investigação arqueológica*. 1996. dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Área de Concentração em Arqueologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, agosto de 1996.

SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

THOMPSON, John B.. *Ideologia e cultura moderna: teoria social eritka na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Trad. Lóio Lorenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TSCHUCAMBANG, Copacãm. *Artefatos arqueológicos no território Laklãnõ/Xokleng-SC*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2015.

TURCHETTI, Natália Gomes. *“A história em cacos:” A cultura material Jê pré-colonial – Sítio Lito-cerâmico Mato Seco, São Gonçalo do Abaeté, Minas Gerais*. 2018. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2018.

VICROSKI, Fabrício José Nazzari. *O Alto Jacuí na Pré-História: subsídios para uma arqueologia das fronteiras*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo: UPF, 2011.

VICROSKI, Fabrício José Nazzari. *Técnicas de laboratório em arqueologia: procedimentos básicos para a conservação de acervos*. Apostila de apoio ao curso de extensão. Passo Fundo: NuPHA/PPGH/UPF, 2012.

FONTES

LIVRO TOMBO número 1 da Paróquia São José, de Vista Alegre do Prata/RS (1914-1948).

LIVRO TOMBO número 2 da Paróquia São José, de Vista Alegre do Prata/RS (1948- 1978).

RELATOS ORAIS:

ALÉSSIO, Darci Cláudio. *Entrevista/questionário*. Vista Alegre do Prata. 07/10/2020, pág. 1

BOSCHI, Lourdes. *Entrevista/questionário*. Vista Alegre do Prata. 16/11/2020, pág. 2

GIOMBELLI, Marly. *Entrevista/questionário*. Vista Alegre do Prata. 19/11/2020, pág. 3

MILESKI, Constante. *Entrevista/questionário*. Vista Alegre do Prata. 10/11/2020, pág. 1

PEDRON, Marli. *Entrevista/questionário*. Vista Alegre do Prata. 4/10/2020, pág. 1

SOSTER, Périco. *Entrevista/questionário*. Vista Alegre do Prata. 15/10/2020, pág. 2

